



Fernanda Isabel Royer

**O PAPEL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO E  
PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL DA REGIÃO: ESTUDO DE CASO DE UM CAMPUS DO  
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, 2021

Fernanda Isabel Royer

**O PAPEL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO E  
PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL DA REGIÃO: ESTUDO DE CASO DE UM CAMPUS DO  
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida Santana Camargo

Cruz Alta - RS, julho de 2021

R891p

Royer, Fernanda Isabel

O papel de uma instituição de ensino tecnológico e profissional para o desenvolvimento econômico e social da região: estudo de caso de um campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/ Fernanda Isabel Royer. Cruz Alta, 2021.

164 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta / Unicruz, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, 2021.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Santana Camargo.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Institutos Federais de Educação. I. Camargo, Maria Aparecida Santana. II. Título.

CDU 377.36(816.5Ibirubá)

Catálogo Bibliotecária Eliane Catarina Reck da Rosa CRB-10/2404

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ  
Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.  
Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social –  
Mestrado Acadêmico

**O PAPEL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO E  
PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL DA REGIÃO: ESTUDO DE CASO DE UM CAMPUS DO  
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Elaborado por

Fernanda Isabel Royer

Como requisito parcial para obtenção do título de Mestre  
em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Santana Camargo – Orientadora  
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

---

Prof. Dr. Diego Pascoal Golle  
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

---

Prof. Dr. David Lorenzi Junior  
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

---

Prof. Dr. Rodrigo Krug  
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ (suplente)

Cruz Alta-RS, julho de 2021.

Dedico esta dissertação a todos aqueles que acreditam no  
poder transformador da educação;

## AGRADECIMENTO

Agradecer é um exercício que, por vezes, é negligenciado em nossa rotina. Deveríamos agradecer a cada nova oportunidade que Deus nos dá para sermos melhores e para fazermos a diferença. Assim, obrigada Meu Deus, por me proporcionar a vida, a saúde e as condições para a realização deste sonho;

Pai e Mãe! Obrigada por estarem presentes nas minhas lutas, mesmo quando a distância atrapalhava aquele abraço que eu tanto precisava! E obrigada pelo orgulho que sei que vocês sentem com as minhas conquistas! Um agradecimento especial aos meus irmãos Fábio, Márcio e Marcelo. Obrigada por me incentivarem, e obrigada pelos presentes mais lindos que já recebi: Ana Carolina, Isadora e Laura;

À minha melhor amiga e irmã do coração, Juliane... não há espaço neste agradecimento para tanto que eu poderia te dizer, mas resumindo: obrigada por sempre me incentivar;

Obrigada aos meus amigos Dionei, Marcos, Júlia, Eduardo e Felipe, por serem tão parceiros, compreensivos e colaborativos... Sei que nem sempre fui fácil, mas como eu sempre digo: Amo vocês! Gratidão também a todos amigos do coração, que de uma forma ou outra contribuíram para minha capacitação, seja com conhecimento ou com paciência;

Todo meu agradecimento e reconhecimento ao IFRS, por me permitir esta qualificação, seja nas liberações, flexibilizações e permissão de coleta de dados;

Um muito obrigada cheio de carinho à minha orientadora, Maria Aparecida! Você foi luz neste processo de criação! Da mesma forma, agradeço aos professores David e Diego, membros da banca avaliadora, pelas valiosas contribuições. Obrigada também aos demais professores do PPG, que me apresentaram um mundo cheio de pluralidades e novas possibilidades!;

Agradeço aos meus colegas de mestrado por todo apoio emocional que por vezes nos faltava, pelas trocas de saberes e pelas risadas! Levo cada um de vocês no meu coração;

Por fim, minha maior gratidão aos meus amores... Emerson, obrigada por me incentivar e acreditar no meu potencial, e por sonhar comigo... Obrigada também por entender os meus estresses, e as horas dedicadas à escrita desta dissertação! Te amo infinitamente... Benjamin, meu filho amado, obrigada por me escolher!!!

“Somos ignorantes porque não sabemos ou porque o que sabemos não conta como conhecimento?”

(Boaventura de Sousa Santos)

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

### **O PAPEL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO: ESTUDO DE CASO DE UM CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Autora: Fernanda Isabel Royer

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida Santana Camargo

Os Institutos Federais são estabelecimentos de ensino que foram reestruturados na década de 1990 com o intuito de sanar uma dívida histórica com a formação profissional, técnica e tecnológica no Brasil, bem como contribuir com a interiorização do ensino técnico e superior, com o desenvolvimento local, e com o acesso de grupos vulneráveis e/ou minoritários através de cotas e programas de permanência. Dessa forma, se vê que estas instituições devem ter um estreito vínculo com a comunidade onde estão inseridas, e colaborar com as demandas desta população. Esta pesquisa tem como tema entender essa relação a partir do olhar interno ao IFRS, através de seus docentes, técnicos administrativos e estudantes. Observando as premissas postas na Lei nº 11.892/2008 (Lei de criação dos IFs), se constrói a questão norteadora do estudo: O IFRS – Campus Ibirubá está, efetivamente, contribuindo para o desenvolvimento social da região onde está inserido? Se sim, por quais ferramentas, e em caso negativo, quais as possíveis deficiências? Para responder esta indagação se propôs como objetivo geral identificar os impactos das ações educacionais e sociais do IFRS – *Campus* Ibirubá no contexto econômico e social da região de inserção, para compreender o processo educacional que acontece de forma orgânica, ou seja, de dentro do IF para além muros. Quanto à metodologia utilizada, este estudo de caso observa as vivências e atividades internas do *Campus* Ibirubá que podem refletir na esfera externa, ouvindo todos os segmentos (docentes, TAEs e discentes) que compõem a instituição através de entrevistas semiestruturadas que tratam da identidade institucional, atividades pedagógicas e a relação entre o IFRS e a comunidade externa. No suporte teórico da dissertação, visto se tratar de um estudo interdisciplinar, há uma breve retomada da Teoria da Educação Libertadora de Paulo Freire, da Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos, da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough e da Teoria do Capital Humano. Ao longo da organização do estudo tem-se os capítulos de introdução, questões metodológicas, exposição do tema e objetos da pesquisa, as teorias interdisciplinares embasadoras, a análise e discussão dos dados, considerações finais, apêndices e anexos. Por fim, no que tange aos resultados encontrados, as falas dos entrevistados evidenciaram uma lacuna no conhecimento da identidade institucional que necessita ser sanada tanto para a comunidade interna quanto externa. Além disso, sugere-se uma revisão em algumas modalidades de oferta de cursos que não possuem índices satisfatórios no quesito procura e êxito, sobre a formação integral (humana e técnica) dos estudantes que não estaria sendo contemplada em todos os públicos, e sobre um possível afastamento entre as esferas IFRS x comunidade que prejudica a contribuição ao desenvolvimento local. Contudo, apesar das dificuldades identificadas, o estudo concluiu que o IFRS tem potencial para auxiliar no desenvolvimento econômico e social da região de inserção, principalmente do município de Ibirubá e, segundo os participantes da pesquisa, estes benefícios já estariam sendo sentidos pela comunidade, mesmo que de maneira sutil.

Palavras Chave: Institutos Federais; Educação Profissional; Desenvolvimento socioeconômico.

## **ABSTRACT**

### **THE ROLE OF A TECHNOLOGICAL AND PROFESSIONAL EDUCATION INSTITUTION FOR THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF THE REGION: CASE STUDY OF A CAMPUS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF RIO GRANDE DO SUL**

Author: Fernanda Isabel Royer

Advisor: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Santana Camargo

Federal Institutes are educational establishments restructured in the 1990s to resolve a historical debt with professional, technical, and technological training in Brazil, as well as contributing to technical and higher education interiorization, with local development, and with the access of vulnerable and/or minority groups through quotas and permanence programs. Thus, it is seen that these institutions must have a close bond with the community where they are located, and collaborate with the demands of this population. The theme of this research is to understand this relationship from the internal perspective of IFRS, through its professors, administrative technicians (TAEs), and students. Observing the premises set out in Law No. 11,892/2008 (Law for the creation of IFs), the guiding question of the study is built: Is the IFRS – Campus Ibirubá effectively contributing to the social development of the region where it operates? If so, by which tools, and if not, what are the possible shortcomings? To answer this question, the general objective was to recognize the impacts of educational and social actions of IFRS - Campus Ibirubá in the economic and social context of the region of insertion, to understand the educational process that takes place organically, that is, from within the IF beyond walls. As for the methodology used, this case study observes the experiences and internal activities of the Campus Ibirubá that can reflect in the external sphere, listening to all segments (professors, TAEs, and students) that make up the institution through semi-structured interviews, dealing with institutional identity, pedagogical activities and the relationship between IFRS and the external community. In the theoretical support of the dissertation, as it is an interdisciplinary study, there is a brief review of the Theory of Liberating Education by Paulo Freire, the Sociology of Absences by Boaventura de Sousa Santos, the Critical Discourse Analysis by Norman Fairclough, and the Theory of Human Capital. Throughout the organization of the study, there are introductory chapters, methodological issues, theme exposition, and research objects, interdisciplinary underlying theories, data analysis and discussion, final considerations, appendices, and annexes. Finally, regarding the results found, the interviewees' statements evidenced a gap in the institutional identity knowledge that needs to be remedied for both the internal and external community. In addition, we suggest a review of some modalities of course offerings that do not have satisfactory indexes in terms of demand and success, on the comprehensive training (human and technical) of students that would not be contemplated in all audiences, and on a possible gap between the IFRS x community spheres that hinders the contribution to local development. However, despite the difficulties identified, the study concluded that the IFRS has the potential to help in the economic and social development of the insertion region, especially in the city of Ibirubá and, according to research participants, these benefits are already being felt by the community, even that in a subtle way.

Key-Words: Federal Institutes; Professional education; Socioeconomic development.

## LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
Art.	Artigo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
NAAF	Núcleo de Ações Afirmativas
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NEPGS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
RS	Rio Grande do Sul

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIA	Sistema de Informações Acadêmicas
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SPMDR-RS	Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Estado da Questão compreendida entre os anos de 2008 e 2019 pelo Catálogo Capes e BDTD.....	18
Quadro 02 – Síntese da organização capitular da dissertação.....	21
Quadro 03 - Comparação entre o universo interno da pesquisa e a amostra selecionada.....	29
Quadro 04 – Síntese metodológica utilizada na pesquisa.....	31
Quadro 05 – Síntese do processo histórico da Educação Brasileira.....	62
Quadro 06 – Ações dos processos de Dominação e Libertação.....	66
Quadro 07 – Quadro síntese das teorias interdisciplinares.....	83
Quadro 08 – Síntese dos resultados por segmento.....	138
Figura 01 – Estrutura simplificada da Educação Brasileira.....	42
Figura 02 – Mapa de distribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	50
Figura 03 – Distribuição dos <i>campi</i> do IFRS.....	55
Figura 04 – Percentuais de matrículas nos diferentes níveis e modalidades.....	56
Figura 05 – Localização geográfica da Região do Alto Jacuí.....	60
Figura 06 – Desenvolvimentismo: núcleo comum principal.....	74
Figura 07 – Modelo Tridimensional da ADC.....	80
Figura 08 – Possível evolução do modelo tridimensional da ADC.....	81

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>2 CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Processos epistemológicos.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Processos metodológicos.....</b>	<b>25</b>
<b>3 DESVENDANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 O processo de transformação da educação brasileira: uma retomada histórica.....</b>	<b>33</b>
3.1.1 A educação profissional e tecnológica na expansão da educação técnica e superior brasileira.....	41
<b>3.2 Os Institutos Federais de Educação: contexto de criação e finalidades.....</b>	<b>47</b>
<b>3.3 O IFRS, o <i>Campus</i> Ibirubá e sua região de abrangência.....</b>	<b>54</b>
3.3.1 O IFRS.....	54
3.3.2 O IFRS – Campus Ibirubá.....	57
3.3.3 A região do Alto Jacuí e o município de Ibirubá.....	59
<b>4 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: TEORIAS INTERDISCIPLINARES NA SUSTENTAÇÃO INVESTIGATIVA.....</b>	<b>63</b>
<b>4.1 A educação libertadora x a educação bancária: a contribuição pedagógica.....</b>	<b>63</b>
<b>4.2 A crítica à razão metonímica: a contribuição sociológica através da Sociologia das Ausências.....</b>	<b>69</b>
<b>4.3 A perspectiva desenvolvimentista aplicada à esfera educacional: a contribuição econômica.....</b>	<b>73</b>
<b>4.4 A análise de discurso crítica: a contribuição da linguagem.....</b>	<b>79</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A VOZ DO <i>CAMPUS</i> ATRAVÉS DE SEUS SEGMENTOS.....</b>	<b>84</b>
<b>5.1 Análise dos resultados da esfera interna: Segmento Docente.....</b>	<b>85</b>
<b>5.2 Análise dos resultados da esfera interna: Segmento Técnico Administrativo em Educação.....</b>	<b>100</b>
<b>5.3 Análise dos resultados da esfera interna: Segmento Discente.....</b>	<b>118</b>
<b>5.4 Uma intersecção entre os segmentos e as teorias educacional, sociológica e desenvolvimentista.....</b>	<b>134</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>

<b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE DOCENTES DO IFRS.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE TAEs DO IFRS.....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE DISCENTES DO IFRS.....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE D - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ORIGEM DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NO IFRS – CAMPUS IBIRUBÁ ENTRE 2010 E 2019.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE E - CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE F - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>163</b>

# 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Criados em 2008, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) têm objetivos maiores do que a simples oferta de vagas em cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, como se pode verificar em seus documentos reguladores. Uma característica marcante destas instituições é a verticalização do ensino, oferecendo cursos em diferentes níveis no mesmo eixo temático. Estes eixos temáticos são definidos a partir de uma análise do contexto social e econômico da região de abrangência, e buscam desenvolver estas potencialidades já existentes.

Alguns fragmentos da lei anteriormente citada explicitam estas particularidades e as finalidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), objeto central desta pesquisa, apontando algumas passagens relevantes para esta dissertação, como se pode ver no “Art. 6o: [...] I - ofertar educação profissional e tecnológica, [...], formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, **com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional**<sup>1</sup>;” Além desta passagem, outros trechos reforçam estas marcas, como “II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às **demandas sociais e peculiaridades regionais**;”. Ainda, “IV - orientar sua oferta formativa em benefício da **consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais**, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural [...]”; (Grifos do autor)

Neste sentido, o processo educacional destas instituições, inclusive do IFRS, favorece a ocorrência de ações que promovam desenvolvimento social, seja pela construção do conhecimento, pelos projetos de pesquisa, ensino, ou extensão, ou pela transformação de vida dos discentes, que vislumbram, a partir daí, uma perspectiva de evolução na carreira profissional. Quanto maior for a atuação dos Institutos Federais, maiores poderão ser as oportunidades de prosperidade para seu público e para a comunidade externa, havendo desenvolvimento da economia, e minimização dos efeitos da desigualdade social. Ainda, preveem alguns objetivos voltados para o desenvolvimento econômico e social da região de inserção. Estes objetivos referem-se aos processos educacionais da instituição com foco no crescimento e aprimoramento da comunidade atendida, promovendo soluções técnicas e tecnológicas às demandas locais, emprego e renda. Dessa forma, esta pesquisa se propõe a

<sup>1</sup>Os grifos do trecho foram feitos pela pesquisadora, a fim de marcar a importância dos destaques, diretamente relacionados com a temática da pesquisa.

responder a seguinte questão: O IFRS – *Campus* Ibirubá está, efetivamente, contribuindo para o desenvolvimento social da região onde está inserido? Se sim, por quais ferramentas, e em caso negativo, quais as possíveis deficiências?

Para auxiliar o desvelamento desta incógnita e visando a eficiência do estudo, foram propostos alguns objetivos a serem alcançados ao final do processo de análise dos dados. O objetivo geral da pesquisa é identificar os impactos das ações educacionais e sociais do IFRS – *Campus* Ibirubá no contexto econômico e social da região de inserção. Para aprofundar a discussão e obter informações mais pormenorizadas, propôs-se os seguintes objetivos específicos: - Apresentar a identidade do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, bem como seus objetivos e sua história, em nível institucional e de *Campus*, no intuito de conscientizar seu público interno e externo das finalidades destes estabelecimentos; - Descrever o contexto social e econômico da região de abrangência do IFRS – *Campus* Ibirubá, a fim de compreender o ambiente e as peculiaridades de onde este IF está inserido; - Reconhecer as percepções dos diferentes segmentos internos do IFRS – *Campus* Ibirubá em relação ao tema estudado, observando a pluralidade de opiniões, culturas e ideologias; - A partir dos resultados encontrados, refletir acerca das deficiências e contribuições do IFRS – *Campus* Ibirubá para comunidade externa, em uma perspectiva desenvolvimentista<sup>2</sup>, buscando encontrar pontos fortes e fracos nas atividades institucionais.

Para que seja possível atingir os objetivos propostos, com qualidade, imparcialidade e veracidade, será necessário inserir no estudo a região de atuação do *campus* em questão, representada pelo município de Ibirubá, contextualizando-o. Dessa forma, estas duas dimensões comporão um objeto de análise mais completo, levando em consideração as características institucionais dos IFs (principalmente do *campus* citado), e as peculiaridades locais do espaço de atuação (sociais, culturais e econômicas), bem como seu arranjo produtivo. Esta análise se baseará em um período compreendido entre 2010-2019 (implantação do *Campus* Avançado de Ibirubá - atualidade).

O critério de escolha do município que representará a região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS se deu por meio de um levantamento quantitativo de matrículas realizadas entre 2010 e 2019. Encontrou-se um total de 95 cidades de origem dos estudantes efetivamente matriculados desde o início das atividades do *campus*, até a presente data. Ibirubá, pertencente à microrregião do Alto Jacuí, soma, isoladamente, 44,68% das matrículas totais já efetivadas pela instituição, entre 2010 e

<sup>2</sup>Termo interdisciplinar, usado especialmente pela Economia, para caracterizar o crescimento econômico e social de determinada sociedade ou grupo.

2019, considerando estudantes regulares, trancados, evadidos e concluídos. A informação relevante nesta busca foi a origem dos estudantes, e representam as cidades de moradia dos discentes no ato da matrícula, não sua naturalidade. Os referidos dados foram extraídos do sistema de informação acadêmica (SIA) do IFRS.

Pertencente à região geográfica do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí – COREDE), e com um perfil econômico-social em níveis positivos, Ibirubá contempla uma realidade essencialmente agrícola, seja na produção agropecuária ou na fabricação de implementos e máquinas agrícolas. A Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento regional (2015, p.08) refere que esta região “[...] possui um eixo industrial formado pelos municípios de Não-Me-Toque, Ibirubá e Cruz Alta, voltado principalmente ao segmento de Máquinas e Implementos Agrícolas. Também se destaca a criação de bovinos e cultivo de grãos, o que lhe confere certo dinamismo”.

Alinhado a esta realidade socioeconômica, o IFRS - *Campus* Ibirubá foi criado em junho de 2009, dando início a suas atividades letivas em 2010, de acordo com o histórico institucional do *campus*. Atualmente, segundo dados do SIA e SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), o *campus* conta com 1036 discentes distribuídos em seus 10 cursos presenciais, sendo estes divididos em 4 modalidades:

- Modalidade Integrada ao Ensino Médio: Técnico em Agropecuária; Técnico em Informática; Técnico em Mecânica (todos com duração de 3 anos);
- Modalidade Subsequente ao Ensino Médio: Técnico em Eletrotécnica; Técnico em Mecânica (ambos com duração de 2 anos);
- Modalidade Superior: Agronomia (duração de 10 semestres); Ciência da Computação (duração de 9 semestres); Engenharia Mecânica (duração de 10 semestres); Licenciatura em Matemática (duração de 8 semestres);
- Modalidade Pós-graduação: Especialização em Ensino, Linguagens e suas Tecnologias (duração de 2 anos).

Além destes, o *campus* também oferta cursos presenciais e EAD para a comunidade externa, sem a necessidade de vínculo acadêmico. Os cursos EAD são disponibilizados pela plataforma Moodle e perpassam por diversas áreas do conhecimento, como ambiente e saúde, ciências exatas e aplicadas, ciências humanas, educação, gestão e negócios, idiomas, informática, produção alimentícia, recursos naturais, turismo e hospitalidade e pré-IF (preparatório para provas de seleção). Já os cursos presenciais estão relacionados com os projetos de extensão mantidos pelo IFRS, em áreas como processamento de alimentos,

informática, soldagem, entre outros, diretamente vinculados às necessidades da comunidade, principalmente do arranjo produtivo local.

Diante destas apresentações contextuais, os questionamentos e características desta relação entre o IFRS e a sociedade externa, possibilitam a formulação de algumas hipóteses que podem responder às indagações feitas pela pesquisadora, como:

- O IFRS – *Campus* Ibirubá, como uma instituição de ensino profissional e tecnológica, tem potencial para desenvolver socialmente o seu entorno;
- A comunidade externa não sofre interferência pelas atividades realizadas pelo IFRS – *Campus* Ibirubá;
- Os discentes e/ou egressos do IFRS – *Campus* Ibirubá são absorvidos pelas demandas da região.

Tendo em vista cada uma destas hipóteses, a temática desta investigação mostra-se relevante pelo fato de ser necessário esclarecer se os objetivos da implantação dos *campus* dos Institutos Federais, neste caso o *Campus* Ibirubá do IFRS, estão sendo atingidos, uma vez que a previsão legal, através da Lei nº 11.892/2008, determina que estas instituições devem desenvolver social e economicamente a região onde estão inseridas, de acordo com suas demandas e peculiaridades, consolidando seus arranjos produtivos, sociais e culturais.

Ainda, o tema escolhido tem correlação com o ‘Programa de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social’ e com a linha de pesquisa ‘Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea’ pelo fato de ser voltado para as transformações sociais decorrentes das ações educacionais do IFRS – *Campus* Ibirubá. Este vínculo se mantém, também, pelo fato do assunto escolhido discutir aspectos interdisciplinares, que perpassam pela área educacional, econômica, social e cultural do mundo contemporâneo.

A escolha do tema também sofreu influência por ser o local de trabalho desta pesquisadora, e por estar introduzida no ambiente a ser investigado. Dessa forma, o interesse particular por esta temática surgiu do desejo de averiguar se o trabalho realizado está sendo eficaz, com benefícios ao público atendido e à comunidade externa.

Não obstante, esta pesquisa apresenta relevância científica por não haver estudos com este viés social no âmbito do IFRS – *Campus* Ibirubá, e por ser importante a esta instituição conhecer os reflexos de seu trabalho para a sociedade. Além disso, as detecções feitas através desta investigação podem servir para implementar melhorias na relação ‘Estabelecimento Educacional x Mundo do Trabalho’.

Assim, a temática desta pesquisa é, justamente, refletir sobre o IFRS - *Campus* Ibirubá no tocante ao cumprimento de seus objetivos propostos em lei, e o quanto estão conseguindo

atender às demandas econômicas e sociais regionais. Esta se mostra relevante pois, após a realização do Estado da Questão, que é o levantamento de pesquisas já realizadas a respeito de determinado tema – de forma menos aprofundada -, percebeu-se que há poucos estudos anteriores que tragam informação similares ao objeto desta pesquisa, uma vez que não foram encontrados resultados específicos ao IFRS - *Campus* Ibirubá e sua relevância para o desenvolvimento regional e local. Desta forma, será possível identificar pontos positivos, adequações e/ou mudanças necessárias nas atividades educacionais, pois as respostas aos questionamentos desta pesquisa poderão apresentar realidades desconhecidas ou negligenciadas por todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Neste Estado da Questão, utilizou-se como base para a busca o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O período averiguado compreendeu os anos entre 2008 e 2019, em virtude da data de criação dos Institutos Federais até a atualidade, e utilizou-se como termos chave “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, “Ibirubá”, “Desenvolvimento Socioeconômico” e “Desenvolvimento local”. Abaixo, quadro demonstrativo dos resultados encontrados:

Quadro 01 - Estado da Questão compreendida entre os anos de 2008 e 2019 pelo Catálogo Capes e BDTD

<b>Termo de busca/Plataforma</b>	<b>Catálogo CAPES</b>	<b>BDTD</b>
<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Ibirubá</b>	Teses: 196.137 Dissertações: 522.955  Teses: 07 Dissertações: 09	Teses: 482 Dissertações: 1.664  Teses: 07 Dissertações: 12
<b>Desenvolvimento socioeconômico</b>	Teses: 47.782 Dissertações: 126.636	Teses: 1.377 Dissertações: 3.680
<b>Desenvolvimento local</b>	Teses: 57.504 Dissertações: 150.790	Teses: 5.510 Dissertações: 13.671
<b>Resultados contemplando os quatro termos</b>	Teses: 196.141 Dissertações: 522.966	Teses: 05 Dissertações: 19

Os dados constantes na tabela acima, principalmente na coluna do Catálogo Capes, são muito expressivos, porém, analisando alguns títulos das obras elencadas, percebe-se que o resultado apresenta diversas teses e dissertação que não condizem com a busca, em termos de instituição, município e objetivos, reduzindo significativamente as pesquisas correlatas. No entanto, os dados trazidos na tabela mantiveram-se fiéis às conclusões do rastreo.

Quanto à organização metodológica, esta dissertação terá abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa escolhido foi o Estudo de Caso. O contexto de realização será na perspectiva interna ao IFRS. Dessa forma, o *corpus* para as coletas será composto por 10 (dez) docentes, 5 (cinco) técnicos administrativos, e 10 (dez) estudantes regulares e egressos. Os participantes serão

escolhidos mediante sorteio, e todos deverão ser maiores de idade. O total dos 25 (vinte e cinco) convidados serão entrevistados, e o instrumento aplicado será semiestruturado. Ainda em relação ao instrumento, o mesmo foi elaborado pela pesquisadora, estando alinhado à questão norteadora e aos objetivos propostos.

Os dados serão analisados por meio da Análise de Discurso Crítica, à luz dos teóricos, Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, principalmente. Ao encontro do tema desta pesquisa, Freire (2011) já mencionava que se a humanidade deseja homens livres, capazes, e críticos, não deve a sociedade aliená-los e/ou mantê-los alienados, mas fazê-los entender que são parte do mundo, com capacidade de modificá-lo, e não apenas de reproduzir mecanicamente atos determinados por outrem. A este modelo de educação mecânica e alienista Freire deu o nome de ‘concepção bancária’, uma vez que apenas se depositam ideias nas cabeças acríticas dos estudantes.

Esta concepção tem sua dicotomia com a ‘educação libertadora’, ou problematizadora, que encara a formação dos educandos como uma construção não linear da realidade, nem única, onde os indivíduos estejam inseridos no processo de busca e elaboração das respostas, pautados pelo diálogo e pela troca de saberes, uma vez que Freire (2011, p. 112) declara que “[...] a autossuficiência é incompatível com o diálogo”. No âmbito do conhecimento, a educação libertadora é o antônimo da educação bancária. Segundo Freire (2011), esta metodologia que preza pela dialogicidade entre educador-educando, ou educando-educador, é a superação da opressão, é a construção conjunta de uma realidade mediatizada pelo mundo e, além disso, “[...] implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo” (2011, p. 98).

Assim, a concepção educacional libertadora servirá de base para a análise das questões de ensino do IFRS, como suas metodologias, seus objetivos, e seus princípios norteadores. A reflexão acerca do ensino da referida instituição é primordial para compreender que tipo de profissional está sendo devolvido à sociedade e ao mundo do trabalho, e ainda, se o trabalho desenvolvido no *Campus* Ibirubá condiz com os fundamentos ideológicos dos Institutos Federais.

Complementando a teoria anterior, e apresentando uma visão da subjetividade fenomenológica das ciências sociais, Boaventura de Sousa Santos (2010) comenta que na racionalidade hegemônica, imposta pela razão metonímica, apresenta-se um procedimento de superação para as heterogeneidades: a sociologia das ausências. Esta sociologia pretende transformar objetos impossíveis em possíveis, através da superação da monocultura do saber (critérios únicos e exclusivos de verdade), monocultura do tempo linear (sentido e direção única da história), monocultura da naturalização das diferenças (categorização hierárquica das

populações), monocultura da escala dominante (universal e global) e, por fim, a monocultura da produtividade capitalista (crescimento econômico inquestionável).

Para Santos (2010) torna-se necessário, para evoluir da racionalidade indolente – apática -, a substituição das monoculturas pelas ecologias. A partir destas reflexões, esta pesquisa buscará compreender qual o tipo de racionalidade presente na sociedade onde está inserido o IFRS, bem como o perfil ideológico desta instituição. Estes critérios serão relevantes para poder analisar o grau de influência e relevância social e econômica de uma instituição de ensino profissional e tecnológico para sua região de abrangência.

Neste ponto as ideias de Freire e Santos se encontram, quando a ideologia dominadora/opressora rejeita o que lhe é diferente, então vê-se os dois autores criticando a indolência desta racionalidade. Freire (2011) sustenta a versão de que o educador opressor deposita no educando um conhecimento invariável, pronto e socialmente aceito. Já Santos (2010, p. 99) sustenta que há “[...] uma totalidade que, por truncada, tem de ignorar o que não cabe nela e impor sua primazia sobre as partes que, para não fugirem ao seu controle, têm de ser homogeneizadas como partes”. Santos (2010) ainda afirma que a compreensão destas relações de poder e a radicalização das lutas por elas geradas são construídas, na mente dos dominados como, sendo estes, indivíduos livres de dominação.

Por fim, para viabilizar a análise dos dados desta dissertação, levando em consideração todos os aspectos sociais das entrevistas, foi utilizada a Análise de Discurso Crítica (ADC). De acordo com Fairclough (2001), tem-se nesta teoria a linguagem como ferramenta de uso social, moldada na interação entre os sujeitos que produzem textos com significados heterogêneos, sobrepostos e até contraditórios. Assim, os pontos estudados na ADC partem desde o texto e toda sua estrutura (vocabulário, gramática, coesão), a prática discursiva, sendo a produção, distribuição e consumo textual (força, coerência e intertextualidade), e a prática social, marcadas pela ideologia e pela hegemonia.

Esta teoria auxiliou o presente estudo no que diz respeito à interpretação destas ideologias, marcas pessoais, sociais e culturais dos participantes da pesquisa, e na construção das possíveis respostas aos questionamentos levantados pela pesquisadora, oportunizando a análise da relevância do IFRS – Campus Ibirubá para o desenvolvimento econômico e social da sua região de inserção, representado nesta investigação pelo município de Ibirubá.

Deste modo, a organização capitular desta dissertação iniciará por estas considerações introdutórias ao tema, objetivos, contexto de realização, metodologia e amparo teórico da pesquisa, e outros pontos úteis para ajudar o leitor na compreensão do que virá a seguir. Logo após, o segundo capítulo será dedicado para a apresentação da metodologia utilizada, tanto

epistemológica quanto metodológica, abordando de forma detalhada todo o processo de construção dos instrumentos, escolha do *corpus*, contexto de realização da pesquisa, coleta dos dados e o processo de análise das informações.

No terceiro capítulo, já no referencial teórico, será feito um levantamento histórico da educação brasileira e da educação profissional e tecnológica (EPT), bem como uma apresentação e caracterização dos Institutos Federais, primeiramente de modo geral e, depois, especificamente do *Campus* Ibirubá. Ainda, uma seção deste capítulo será direcionada para a descrição e histórico da região de abrangência do IFRS, e para o município de Ibirubá.

O quarto capítulo contemplará a continuação do referencial teórico, evidenciando o entrelaçamento interdisciplinar da pesquisa. Neste capítulo serão trabalhadas as contribuições pedagógicas e educacionais, sociológicas, econômicas e de linguagem que estarão presentes ao longo desta pesquisa, sustentando a busca por respostas e as análises realizadas.

O quinto capítulo compreenderá as análises, discussões e resultados dos dados coletados, observando as respostas de cada um dos segmentos participantes através do processo tridimensional da comunicação, levando em conta o texto (ou fala), a prática discursiva e, por fim, a sua intencionalidade, ideologia ou hegemonia. A partir daí se iniciará uma delimitação do papel do IFRS para com a comunidade onde está inserido. Finalmente, o sexto e último capítulo desta dissertação serão as considerações finais, com o fechamento do estudo e os acréscimos pertinentes que não tenham sido abordados nas seções anteriores.

Quadro 02 – Síntese da organização capitular da dissertação

<b>CAPÍTULO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	Apresentação da temática e da organização da pesquisa.
CAPÍTULO 2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS	Apresentação dos processos epistemológicos e metodológicos da pesquisa.
CAPÍTULO 3 - DESVENDANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Histórico da educação brasileira e da EPT, caracterização e história dos Institutos Federais e do IFRS, do <i>Campus</i> Ibirubá, da região do Alto Jacuí, e do município de Ibirubá.
CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: TEORIAS INTERDISCIPLINARES NA SUSTENTAÇÃO INVESTIGATIVA	Entrelaçamento interdisciplinar da pesquisa através da Educação e Pedagogia, Sociologia, Administração e Economia, e Linguística, como arcabouço de amparo teórico.
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÕES E RESULTADOS: A VOZ DO <i>CAMPUS</i> ATRAVÉS DE SEUS SEGMENTOS	Análise dos dados, e construção da compreensão do papel do IFRS no desenvolvimento regional.
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	Contribuições finais para a pesquisa.

## 2 CAMINHO METODOLÓGICO

A decisão de iniciar uma pesquisa, normalmente, é tomada por alguma inquietação de vida prática do pesquisador. Buscando respostas para as perguntas que se apresentam, e para que se possa atingir os objetivos propostos, é necessário estar amparado por uma metodologia bem elaborada e delinear as concepções epistemológicas e metodológicas que darão cientificidade e amparo teórico à pesquisa.

### 2.1 Processos epistemológicos

A epistemologia se ocupa de uma reflexão exaustiva e fundamental sobre a ciência. Esta pesquisa se debruçou sobre três processos epistemológicos relevantes para sua busca, sendo eles a Ecologia dos Saberes, as Práticas Socioculturais e a Interdisciplinaridade, que podem explicar racionalmente o conhecimento científico e tradicional, relacionando-os à temática proposta.

O conhecimento gera debate nas diversas esferas da Ciência, seja social, exata, da natureza... Enquanto isto, a epistemologia se ocupa por explicar reflexivamente os polos de teoria e prática do saber, sendo privilegiado pela academia, segundo Santos, em sua obra “A gramática do tempo” (2010), o conhecimento científico, ou seja, aquele que consegue a comprovação de sua veracidade, ou ainda, que ultrapassou o limite do senso comum.

No entanto, o autor traz à tona uma discussão importante, de que não há apenas uma explicação para a realidade, afirmando que qualquer imposição de opinião é mero “juízo de valor”. Assim, dissolvendo esta dicotomia do certo e errado, outro ponto importante do debate de Santos (2010) é a relevância social do conhecimento e os impactos causados por estes em benefício da sociedade.

Partindo destes pressupostos, Santos (2010, p. 154) transcende este paradigma da monocultura epistemológica em sua teoria da Ecologia dos Saberes. Segundo o autor, multiculturalismo do conhecimento “[...] é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para às credibilizar e fortalecer”. Santos ainda afirma, esclarecendo incisivamente a teoria, que “O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é auto-conhecimento” (2010, p. 157).

Santos (2010, p. 163) divide sua teoria em 17 teses, que serão abordadas ao longo desta dissertação. No entanto, uma destas teses merece um destaque especial neste momento: “A ecologia dos saberes visa ser uma luta não ignorante contra a ignorância”. ‘Re-admirando’ esta

afirmação, pode-se inferir que a teoria de Santos (2010) impulsiona a sociedade à busca pelo(s) conhecimento(s), pelas respostas ainda não concebidas (e talvez inesgotáveis) de um mundo plural a ser descoberto.

Por meio desta busca científica, que visa a compreensão da relação social da educação x mundo do trabalho, poderá ser possível relacionar as epistemologias do conhecimento no processo pedagógico, social e produtivo, respeitando sua diversidade, e permitindo expandir as concepções de realidade, muitas vezes limitante, às quais os agentes deste processo são apegados. Para isso, foram ouvidas opiniões de todos os participantes deste sistema educacional, sejam elas baseadas em fatos científicos ou em crenças populares e, a partir delas, construiu-se uma análise teórico-crítica como apresentação dos resultados.

Diante disso, e no intuito de superar esta dicotomia entre saber científico e tradicional, as práticas socioculturais indulgentes, ou seja, àquelas que se predispõem a serem tolerantes às diferenças, têm se mostrado muito efetivas na busca por uma organização social respeitosa às diversidades, às lutas por mais igualdade, à disseminação da pluralidade cultural, religiosa, educacional, entre outros pontos que favorecem um ambiente mais humano. Neste sentido, Scheifler e Lauxen (2019, p.25) declaram que

O processo da luta de classes e da organização social coloca-se como uma ferramenta de rompimento da ordem corrente e efetivação dos direitos sociais. A compreensão dessa análise histórica é o que determina uma sociedade consciente e engajada com a mudança ou omissa e subordinada aos interesses dominantes.

Estes tipos de práticas socioculturais podem ser identificados nesta pesquisa em seu caráter educacional e de desenvolvimento regional, com benefícios direcionados à comunidade local. O retorno social ao qual se propõe o IFRS está grafado em seus documentos, e nas características dos Institutos Federais, que foram criados com um perfil de expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica.

No contexto das práticas educacionais, Coelho et al. (2019) afirmam que a construção da profissionalidade é entrelaçada com o reconhecimento do âmbito e do espaço da ação, por meio de uma construção de suas práticas socioeducativas, fortalecendo o papel da educação no desenvolvimento pessoal e sociocomunitário.

Já a dimensão sociocultural do ser social, no caso dos convidados desta pesquisa, é traduzida por Melo (2012, p.24) como um ser “[...] construtor de sua própria vida social e de sua própria história, sendo que essa construção se dá em sociedade com outros indivíduos”. Estas trocas de leituras de mundo enriquecem as relações interpessoais e salvam os indivíduos da imposição generalista das regras sociais.

A partir destes objetivos de melhorar a vida dos indivíduos e da coletividade nas esferas social, cultural e econômica, oportunizando uma educação gratuita e de qualidade, esta investigação deverá desvelar se a dimensão sociocultural das atividades desenvolvidas pelo IFRS – *Campus Ibirubá*, promovem o crescimento pessoal, cultural e profissional de seus discentes e comunidade local, através do ensino ofertado.

No tocante ao viés interdisciplinar, uma pesquisa pode ser formada por diferentes áreas do conhecimento que se entrelaçam ao longo da sua construção. Nas pesquisas de cunho social, várias facetas se apresentam, uma vez que levam em consideração questões humanas, filosóficas, econômicas, entre outras, que perpassam pela esfera de compreensão da organização e desenvolvimento da sociedade.

Faria (2015, p. 106) descreve a interdisciplinaridade como uma crítica à ciência moderna, que tenta separar as ciências, como se houvesse um conflito irremediável entre estas, e afirma que “a interdisciplinaridade provoca um momento de forte intensidade na produção do conhecimento, pois resulta da interação entre as disciplinas. O conhecimento não se limita à fronteira, mas a ultrapassa”.

Este estudo, que objetivou compreender a relação do IFRS com a sociedade e seu arranjo produtivo, apresentou esta faceta interdisciplinar. Pelo prisma institucional do IFRS, vê-se as abordagens de diferentes áreas como, a educação e a pedagogia através de seus procedimentos didático-metodológicos, a administração em seus documentos norteadores, legislação e arquivos e a sociologia nas relações interpessoais e organização do ambiente.

Já na perspectiva da sociedade e do mundo do trabalho, representado pelo município citado anteriormente, bem como por sua característica mercadológica, pode-se destacar, além da sociologia - que responderá questões a respeito da constituição e organização social regional -, a economia explicando fatores de geração de emprego e renda, a geografia e a história explicitando os fatores culturais, demográficos e de formação dos arranjos produtivos.

Ainda, de modo geral, a pesquisa fará uso da linguagem nos contatos orais e escritos com os convidados, para a leitura dos documentos e bibliografia, para a escrita da dissertação de mestrado. Todas estas áreas são necessárias para dar conta de resolver um quebra-cabeças complexo como a ciência social. Faria (2015, p. 107) afirma que

A natureza complexa, dinâmica e contraditória desses problemas exige não só diálogos entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas também diálogos entre disciplinas de áreas diferentes, como uma interação entre os saberes disciplinares, e entre estes e os não disciplinares oriundos da sociedade, das relações de produção das condições materiais de existência e das culturas.

Assim, a interdisciplinaridade responde por um aspecto importante da pesquisa, a de não negligenciar nenhum ponto da investigação para não perder informações relevantes que possam transformar os resultados finais. Como já disse Faria (2015), a interdisciplinaridade compreende os fatos como se eles fossem aspectos de um mesmo fenômeno.

## 2.2 Processos metodológicos

De acordo com Gil (2016, p. 08), “A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos”. Respeitando esta premissa, e no intuito de atingir os objetivos propostos, esta pesquisa qualitativa utilizou o método do estudo de caso para compreender a relação entre o IFRS – *Campus* Ibirubá e o seu contexto de inserção. O estudo de caso é um método muito utilizado pela pesquisa social, incidindo sobre um caso particular, e de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 155), “[...] tal investigação permitirá inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto”. Já Yin (2001, p.21) define esta metodologia da seguinte forma:

Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. [...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Segundo Yin (2001, p. 28 e 29) o estudo de caso enfrenta alguns preconceitos em relação a suas estratégias, como por exemplo, a falta de rigor científico que pode influenciar e/ou equivocar suas conclusões, a pouca base de generalização científica pelo fato dos resultados estarem baseados em apenas uma situação, além da morosidade de realização. No entanto, para esta investigação científica o estudo de caso permitiu conhecer de forma mais concreta a identidade do IFRS e seu entorno social e econômico, bem como proporcionou informações importantes sobre as contribuições da referida instituição ao desenvolvimento da região. Tudo isto, pautado em um rígido processo metodológico para evitar falhas e incertezas.

Para Gil (2002), o estudo de caso permite conhecer profundamente um determinado objeto, inclusive, há casos onde não se aplicariam outras técnicas, mais estruturadas e experimentativas, dado seu viés subjetivo.

Nas ciências sociais a distinção entre o fenômeno e seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores; o que, muitas vezes, chega a impedir o tratamento de determinados problemas mediante procedimentos caracterizados por alto nível de estruturação, como os experimentos e levantamentos. Daí, então, a crescente utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências. (GIL, 2002, p. 54)

Contudo, Gil (2002) frisa que este método não é de fácil execução, entretanto muitos pesquisadores iniciantes se deslumbram com sua característica de flexibilidade, e optam pelo estudo de caso acreditando ter um campo vasto de possibilidades e interpretações quando, na verdade, deparam-se com dados indecifráveis e sem valia, caso o método seja mal empregado.

Dessa forma, a fim de evitar situações como esta, o pesquisador deve munir-se de ferramentas e estratégias de coleta e análise de dados seguras, confiáveis e bem estruturadas. Um dos instrumentos mais utilizados no estudo de caso é a entrevista, uma vez que permite ao investigador um contato pessoal com seu público, e informações internas muito ricas.

A entrevista foi um dos procedimentos adotados para a coleta dos dados desta pesquisa, sendo aplicada ao público interno e externo, a fim de chegar a informações não acessíveis em documentos, leis, e termos de cooperação. Este material traz visões mais profundas a respeito da compreensão individual dos convidados sobre a responsabilidade social do IFRS, em comparação ao que dizem seus documentos norteadores. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões abertas e específicas ao objetivo-alvo da pesquisa, em que os participantes tinham certa autonomia na elaboração de novas questões e direcionamento do diálogo.

Os instrumentos aplicados aos participantes foram construídos pela própria pesquisadora, alinhados aos objetivos da investigação e oportunizando diálogos que possam responder à questão norteadora posta inicialmente. Houve a aplicação de 03 (três) instrumentos diferentes, sendo eles destinados aos: docentes (Apêndice A), TAEs (Apêndice B) e discentes (Apêndice C). Os instrumentos passaram por avaliação de especialistas, sendo aprovados antes do envio ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unicruz.

Para ratificar a relevância e a complexidade da execução deste instrumento de coleta, é imprescindível trazer, brevemente, algumas conceituações. Marconi e Lakatos (2010, p. 178) trazem que “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Ainda segundo as autoras, esta conversação ocorre de maneira metódica, e tem como objetivos principais a averiguação de fatos, determinação de opiniões e de sentimentos, descoberta de planos de ação, bem como determinar motivação para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Marconi e Lakatos (2010) explicam as características da entrevista semiestruturada dizendo que o entrevistador pode desenvolver cada situação da maneira que achar conveniente. No entanto, esta técnica de entrevista mais flexível não pode ser confundida com interferência ou influência na aplicação das perguntas.

Este tipo de ingerência na entrevista semiestruturada coloca em risco todo o processo de pesquisa, uma vez que as informações coletadas não serão fieis ao caso, gerando resultados equivocados. Richardson (1999, p. 219) dizia, neste sentido, que “[...] as consequências do mau uso (da entrevista) dependem exclusivamente do pesquisador”. Por vezes, equivocadamente, o pesquisador busca por respostas que ele considera desejáveis, negligenciando a verdade, crendo que respostas ‘A’ fossem mais interessantes que respostas ‘B’ para seu projeto, maquiando situações não esperadas ou não desejadas. O objetivo geral da entrevista é a obtenção de informações, detalhes, e aspectos relevantes ao objeto de estudo. No entanto, segundo Oliveira (2016, p. 86), “[...] é preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado (a), limitando-se a ouvir e gravar a fala dele (a). [...] Jamais deve direcionar as respostas”.

Por fim, outro instrumento de coleta utilizado nesta pesquisa será a análise documental. Para Gil (2002, p. 46) “[...] os documentos constituem fonte rica e estável de dados”. Além disso, o autor frisa o baixo custo deste tipo de coleta. Esta técnica se mostra essencial para a referida pesquisa, pois os principais nortes do estudo estão nas bases legais, documentos pedagógicos e arquivos acadêmicos do IFRS, bem como nos relatórios do COREDE Alto Jacuí e da Prefeitura Municipal, sendo imprescindíveis na caracterização dos objetos da investigação.

Como já mencionado anteriormente, esta é uma investigação de abordagem qualitativa e, segundo Gil (2016), trabalha incessantemente com a reflexão sobre o tema estudado, e seus dados são coletados em um ambiente natural. Além disso, é a abordagem mais utilizada para estudos relacionados às pesquisas sociais, e como esta pesquisa se propõe a elucidar a relação entre instituição de ensino e a sociedade, em um viés de desenvolvimento econômico-social, os dados coletados terão esta perspectiva reflexiva, não mensurável quantitativamente.

Em função desta peculiaridade do viés social da pesquisa, esta investigação tem objetivo exploratório, haja vista a necessidade de familiarizar-se com a situação a ser estudada e de construir uma melhor compreensão e conhecimento a respeito da temática, e uma vez que não há muitos estudos ou levantamentos sobre a influência (ou não) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no desenvolvimento regional de sua área de inserção, e nenhuma investigação neste sentido para a região do Alto Jacuí. Esta afirmação foi possível após a realização do Estado da Questão<sup>3</sup>, onde não foi encontrada nenhuma pesquisa que relacione os objetivos institucionais do IFRS com o desenvolvimento socioeconômico da região de abrangência do *Campus* Ibirubá. Assim, contextualizando a pesquisa exploratória, Fernandes e Gomes (2003, p. 07) declaram que “trata-se de uma modalidade de pesquisa utilizada quando não existe

3 Ver Tabela 1 - Estado da Questão compreendida entre os anos de 2008 e 2019 pelo Catálogo Capes e BDTD.

trabalho científico anterior, pois fundamentalmente se está buscando um conhecimento maior sobre o tema, uma vez que este não foi ainda objeto de pesquisa”.

Quanto ao contexto de realização da pesquisa e o *corpus* de amostra, esta se propunha a correlacionar o trabalho educacional do IFRS – *Campus* Ibirubá com a comunidade externa. Por comunidade externa se delimitou o município de maior incidência em matrículas realizadas pelo *campus* em questão, sendo definido, assim, o município de Ibirubá. O critério de escolha do representante da região de abrangência do IFRS se deu por meio de um levantamento quantitativo das matrículas realizadas entre 2010 e 2019, com as informações extraídas do sistema acadêmico da instituição, conforme pode ser visto no Apêndice D. Noventa e cinco (95) cidades compuseram esta relação de origens dos estudantes efetivamente matriculados no IFRS – *Campus* Ibirubá até a presente data, sendo Ibirubá a mais recorrente por ter 44,68% das matrículas efetivadas.

O IFRS – *Campus* Ibirubá está inserido na região do Alto Jacuí e, de acordo com dados da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul, publicados no Perfil Socioeconômico do COREDE (RIO GRANDE DO SUL, 2015), esta é predominantemente agrícola, com ênfase na produção de grãos, além de ser um polo metal-mecânico, justificando os eixos temáticos dos cursos ofertados pela instituição, contemplando o arranjo produtivo local.

A população interna desta pesquisa foi formada pelos segmentos técnicos, docentes e discentes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, do município de Ibirubá, que são as peças fundamentais para a concretização do processo de ensino-aprendizagem proposto pela instituição. O IFRS – *Campus* Ibirubá conta com aproximadamente 1.036 (mil e trinta e seis) discentes, distribuídos nos Cursos Técnicos em Agropecuária, em Informática, em Mecânica (modalidade integrado); Curso Técnico em Eletrotécnica, em Mecânica (modalidade subsequente); Cursos Superiores de Agronomia, Ciência da Computação, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Matemática; e Curso de Pós-Graduação de Especialização em Ensino, Linguagem e suas Tecnologias. Além destes, a instituição conta com 50 (cinquenta) técnicos administrativos em educação (TAEs) e 70 (setenta) docentes.

Deste universo, definiu-se a participação de 25 (vinte e cinco) convidados internos, sendo 10 (dez) docentes, 05 (cinco) TAEs, e 10 (dez) estudantes - 5 (cinco) regulares e 5 (cinco) egressos, sendo esta uma amostra por conveniência. Para a escolha dos convidados discentes se utilizou como critério o sorteio, observando algumas particularidades: ter atingido a maioria e não ser estudante da pós-graduação. A escolha dos convidados técnicos e docentes foi feita através de sorteio. Em relação ao tamanho da amostra, optou-se por estes quantitativos

em virtude da peculiaridade metodológica de análise dos dados, sendo inviável uma amostra maior, e por ser suficiente para responder às indagações da investigação. Abaixo, quadro demonstrativo da seleção da amostra interna em comparação ao universo total:

Quadro 03 - Comparação entre o universo interno da pesquisa e a amostra selecionada

	<b>Universo</b>	<b>Amostra</b>	<b>Tamanho da amostra em comparação ao total do universo (%)</b>
<b>Docentes</b>	70	10	14,3
<b>TAEs</b>	50	05	10
<b>Discentes regulares</b>	1036	05	0,48
<b>Discentes egressos</b>	753	05	0,66

Os dados foram analisados por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC). Trata-se de uma teoria tridimensional que tenta descrever o discurso a partir do texto (oral ou escrito), do evento comunicativo (ou prática social), e da prática discursiva, e tem como principal teórico Norman Fairclough, para quem a análise crítica descreve a prática discursiva e mostra como o discurso é influenciado pelas relações de poder e ideologia, e os efeitos que o discurso exerce sobre as identidades e relações sociais.

Segundo Fairclough (2001), a ADC constitui um modelo teórico-metodológico que trata de diversas práticas sociais, estabelecendo um mapeamento das conexões entre relações de poder e recursos linguísticos, e esta prática discursiva auxilia na construção reflexiva da vida dos indivíduos, enquanto seres inseridos em uma coletividade. Assim, as análises de discurso críticas foram feitas a partir das entrevistas concedidas pelos convidados, levando em consideração a marca tridimensional da ADC que observa as falas, os contextos enunciativos, e as intencionalidades do locutor. As entrevistas semiestruturadas direcionaram o diálogo, sem interferência, para o viés de relevância social do IFRS – *Campus Ibirubá*.

Com base nos critérios sociais e culturais da ADC, relevantes nesta pesquisa para a compreensão destas relações heterogêneas entre instituição educacional e sociedade, a interpretação dos dados se deu à luz das reflexões da Educação Libertadora de Paulo Freire, educação esta que luta contra o ensino domesticador e anestésico, oportunizado aos educandos um saber reflexivo, crítico, desafiador, mas principalmente, onde o conhecimento se constrói concomitantemente entre educandos e educadores, respeitando as ‘bagagens’ de saberes de todos os envolvidos.

Em outro viés teórico, contou-se com as contribuições sociológicas de Boaventura de Sousa Santos, em sua crítica da razão indolente, que abordam questões de estruturas sociais, reações e práticas de todas as camadas hierárquicas, e a necessidade de luta contra o

exclusivismo do conhecimento (monocultura do saber), promovendo a ecologia dos saberes. Estas teorias, discutidas adiante, se complementam, e são pertinentes com a busca desta pesquisa, que apresenta ambas perspectivas - educação x sociedade -, e procura analisar a influência de uma sobre a outra, principalmente, no quesito de desenvolvimento social e econômico.

Por fim, fazem parte dos processos metodológicos os cuidados éticos na realização da pesquisa. Estes cuidados iniciam-se com a aprovação do projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unicruz, tendo sido esta pesquisa já aprovada conforme parecer consubstanciado (Anexo A), sob o número do parecer 3.820.665, em 04 de fevereiro de 2020. Na sequência, iniciando a etapa de coleta, foi necessário ater-se a alguns cuidados em relação aos convidados e aos dados. Na pesquisa social estes cuidados são importantes pela especificidade de seu objeto de estudo, os seres humanos e seu contexto. É preciso zelar pelo bem-estar físico e emocional de todos os envolvidos, do mesmo modo, é preciso preservar sua dignidade humana, respeitando o direito de escolha à participação ou não do estudo, e seu direito de abstenção de resposta. Além disso, esta pesquisa trabalhou com o sigilo das identidades dos envolvidos e das informações por eles prestadas, conforme Termo de Sigilo fornecido aos participantes (Apêndice F).

Ainda nos cuidados com os participantes, foi fornecido a todos os convidados (maiores de idade ou emancipados) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice G) para que manifestassem seu aceite em participar da pesquisa, e como garantia da preservação de seus direitos e cuidado com sua integridade plena. Os termos foram fornecidos em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e outra para o convidado. As vias originais, preenchidas e assinadas, destes termos serão arquivadas pela pesquisadora pelo prazo de 5 anos. Menores de idade não participaram da pesquisa.

Em relação aos benefícios aos convidados e à comunidade, pode-se citar a possibilidade de melhoria das atividades de ensino-aprendizagem do IFRS em função das opiniões prestadas nas entrevistas, adequando-se, também, às expectativas da sociedade, se estas forem viáveis. Ainda, poderão se estreitar as relações entre a instituição e a região de inserção, comunidade em geral e empresas. Por fim, pode-se citar como benefício o desvelamento destas informações para o IFRS, a fim de que conheçam a relevância e os reflexos de seu trabalho para com a região onde estão instalados.

Ainda, para a socialização dos resultados, se fará uma reunião de compartilhamento dos resultados com todos os envolvidos, sendo membros do IFRS de todos os segmentos, convidados externos, e comunidade em geral, a qual servirá para expor as respostas encontradas

pelo estudo, bem como proporcionar a integração entre instituição e comunidade externa. Além disso, a pesquisa poderá gerar artigos científicos a respeito da temática.

Quadro 04 – Síntese metodológica utilizada na pesquisa

<b>Concepções embasadoras</b>	<b>Técnicas e processos utilizados</b>
Caminhos Epistemológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ecologia dos saberes: multiculturalismo do conhecimento;</li> <li>- Práticas Socioculturais: ações e organizações socialmente compartilhadas (em âmbito grupal ou universal) e comumente realizadas;</li> <li>- Interdisciplinaridade: diálogo, parceria e complementaridade entre as diversas áreas do Saber.</li> </ul>
Caminhos Metodológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa Qualitativa;</li> <li>- Exploratória;</li> <li>- Técnica do Estudo de Caso;</li> <li>- Procedimento de coleta: entrevista semiestruturada e análise documental;</li> <li>- Análise dos dados através da ADC;</li> </ul>

### 3 DESVENDANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Para iniciar um diálogo a respeito da educação, vale refletir sobre o que significa, de fato, educar. Segundo Paiva e Araújo (2019), o ato de educar é uma tarefa multi-intencional, variando seus significados de acordo com cada grupo ou contexto social da ação, que tem por objetivo geral a instrução e o repasse de conhecimentos – científicos ou tradicionais – com a finalidade de preparar os educandos para o futuro.

Nesta direção, Freire (2008, p. 24) caracteriza o termo ensinar – sinônimo ao anterior -, afirmando que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”. Freire traz uma visão mais crítica a este processo, diferenciando-se da primeira conceituação no momento em que deixa de ser mero replicador de informações e propõe uma educação ativa, criadora e libertadora.

Construída a base dicotômica da educação – supondo-se estas como normativa e reflexiva -, pode-se partir para a discussão de sua evolução. Assim, a história mostra que a educação brasileira passou por várias fases, transformando-se desde o período do descobrimento até a modernidade. Paiva e Araújo (2019) referem um primeiro formato de educação ligado à conservação de tradições e valores de um povo, remetendo à cultura indígena. Muito tempo depois, em busca do progresso imposto pelo colonialismo, houve a expansão do ensino para a formação de mão-de-obra, e este foi o modelo educacional que perdurou até a atualidade. Houveram algumas adaptações pedagógicas na educação, principalmente no que tange à democratização do ensino, mas este formato rígido de ensinar e aprender prevaleceu por décadas. Hoje, é possível ver movimentos sociais que buscam uma formação mais autônoma e crítica, no entanto, com pouco campo conquistado, mantendo a hegemonia do ensino onde o professor sabe e o aluno, que por sua vez não sabe, aprende, ou finge aprender.

Para compreender o *status* da educação brasileira contemporânea, e visualizar estas disparidades pedagógicas, bem como entender quais são os seus objetivos, finalidades e princípios, é necessário perpassar pelo processo histórico que determinou a sua transformação, desde a sua gênese até a expansão da rede federal de ensino. Esta expansão, ocorrida principalmente a partir de 2008, foi a responsável pela intensificação na oferta, e pela valorização da educação profissional e tecnológica (EPT), que ampliou a oportunidade educacional a uma parcela desprestigiada da sociedade.

Assim, neste primeiro capítulo teórico haverá esta imprescindível retomada histórica da educação brasileira, perpassando por todas as modalidades de ensino, mas aprofundando-se na EPT. Além disso, este capítulo trará seções destinadas à caracterização dos Institutos Federais

de Educação, Ciência e Tecnologia, uma vez que estes foram grandes fomentadores da democratização educacional. Por fim, este capítulo ainda fará a caracterização do contexto de realização desta pesquisa, apresentando o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), o *Campus* Ibirubá, e a sua região de atuação, representada pela cidade de Ibirubá – RS.

### **3.1 O processo de transformação da educação brasileira: uma retomada histórica**

A educação é uma oportuna ferramenta social de desenvolvimento humano e local, e mesmo que de forma inconsciente, ela existe desde a antiguidade, quando o saber era uma forma de herança cultural. Ao lançar luz à evolução deste sistema, especificamente do Brasil, Alves (2009) apresenta uma linha do tempo que divide este processo educacional em 3 (três) momentos: Brasil Colônia, Brasil Monárquico e Brasil República.

Durante o período histórico do Brasil Colônia, compreendido entre 1500 a 1822, o principal objetivo dos colonizadores em relação à terra recém descoberta era a obtenção de lucros a partir da extração de matérias-primas, recursos naturais e metais preciosos, ficando a educação muitos níveis abaixo na escala de prioridades, já que instrução não serviria aos colonos, e nem aos indígenas que eram tidos como selvagens (ALVES, 2009).

No entanto, de acordo com Alves (2009), por volta de 1549, a estratégia de povoar as colônias e de implantar imensos latifúndios de cana-de-açúcar para o abastecimento do mercado europeu demandou um maior número de trabalhadores, fazendo com que os colonizadores vissem os indígenas como mão-de-obra. No entanto, para que esta relação se consolidasse seria necessário ‘humanizar os selvagens’ através do catolicismo. Assim, a catequese jesuítica vem a ser a primeira forma de educação no Brasil. Esta versão é corroborada por Aranha (2006, p. 140):

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega. Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola "de ler e escrever". Era o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759, ocasião em que os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal.

Aranha (2006) constrói uma cronologia da educação no período do Brasil Colônia, sendo que este primeiro contato, caracterizado pela catequese, durou de 1549 a 1570 e recebeu o nome de fase heroica. Conforme consta em Alves (2009, p. 15-16), neste período, o Padre

Manuel da Nóbrega elabora um plano de ação para humanizar o “povo selvagem” que se aproximou da fé cristã

[...] tendo as seguintes leis: proibir que comessem carne humana; impedir que fizessem guerra sem licença do governador; não permitir aos homens ter mais que uma mulher; que se vestissem, ao menos após batizados; proibir a presença de feiticeiros; fazê-los viver em paz entre si e com os cristãos; impedir o nomadismo, fixando-os na terra para facilitar a catequização e que suas terras fossem repartidas com a Companhia.

Após este período vem a segunda fase, chamada de consolidação, que durou de 1570 a 1759 e consistiu em educar os filhos dos senhores e intelectuais, elevando o seu nível de instrução para além de ler e escrever, tendo em vista a importância da educação para o domínio político (ARANHA, 2006). A partir deste momento inicia-se a segregação entre povos dominadores e dominados de forma mais transparente, com raras exceções, como vê-se na passagem trazida por Alves (2009, p. 24)

Os indígenas, além de passarem pelo processo de catequização, recebiam ensino elementar: ler, escrever, contar e ensino de humanidades. Aprendiam também artes, retórica, música e formação para o trabalho agrícola, que garantiam ao grupo uma de suas fontes de renda. Os mais adiantados continuavam seus estudos junto com os filhos dos portugueses nos colégios da Ordem, próximos das reduções.

A terceira fase (1759 a 1808) foi marcada pelas reformas pombalinas, quando o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e institui a educação leiga, e de responsabilidade do Estado. Este fato cria a primeira versão da educação pública e com modalidades diferentes, pois haviam, de acordo com Aranha (2006, p. 175) “os chamados *Estudos Menores*, que correspondiam ao ensino fundamental e médio” e os “*Estudos Maiores*, quando se reestruturou a Universidade de Coimbra”, em 1722. Pombal também proíbe o uso das línguas nativas e toda cultura indígena. Para Alves (2009, p. 34) “[...] esse novo sistema trouxe um período de tremenda obscuridade e ignorância na educação no Brasil”, isso por que este projeto privilegiou a alguns poucos membros da elite colonial.

Por fim, para Aranha (2006) a quarta fase vai de 1808 ao fim do período colonial em 1822, quando é declarada a Independência do Brasil. Esta fase ficou conhecida como período joanino, dada a chegada da família real ao Brasil, principalmente de Dom João VI, quando houve na terra colonizada uma tentativa de transformá-la em uma extensão de Portugal. Com esta vinda houve um significativo aumento das atividades educacionais e culturais no país, bem como uma oferta com mais qualidade. De acordo com Alves (2009), muitas criações surgiram neste período como a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, a Academia

das Guardas-marinhas e Academia Real Militar, além de escolas de ensino superior e cursos para formação de técnicos em economia, agricultura e indústria.

Por maior que tivesse sido o esforço, o período joanino também não foi suficientemente eficaz no que diz respeito à educação, cabendo aos jesuítas, que se mantiveram por 210 (duzentos e dez) anos à frente do sistema educacional, o mérito do ensino mais eficiente do período do Brasil Colônia.

Rompendo o primeiro momento histórico, e ingressando no Brasil Monárquico, após a Proclamação da República em 07 de setembro de 1822, é outorgada pelo imperador D. Pedro a primeira Constituição Política do Império do Brasil, a qual estabelecia a monarquia hereditária, constitucional e representativa. Segundo Alves (2009, p. 40-41) “[...]a Constituição contemplava a gratuidade do ensino a todos os cidadãos, porém os recursos, tanto quantitativos como qualitativos eram insuficientes para a educação”, tanto em recursos didáticos, de infraestrutura e de recursos humanos qualificados.

Em 15 de outubro de 1827, Dom Pedro promulga uma Lei Geral que prevê a criação de escolas de primeiras letras, escolas primárias para o sexo feminino e determinava a formação e contratação de professores, sendo que “Foi a primeira e única lei geral para o ensino público elementar até 1946” (ALVES, 2009, p. 41). Ainda em 1827, foi decretada a segunda e última lei imperial para a educação, criando duas Faculdades de Direito, sendo uma em São Paulo e uma em Olinda, como aborda Alves (2009). Estes fatos se deram durante o primeiro império (1822-1831), em que Dom Pedro I era o regente, e apesar de toda as promessas e expectativas, não foram efetivas, pois tanto a educação elementar como o nível superior continuaram sendo de acesso restrito e de qualidade duvidosa, conforme afirma Aranha (2006).

Durante o segundo império (1840-1889) da Monarquia brasileira, com Dom Pedro II como regente, também foram fundadas, entre 1835 a 1846, as primeiras escolas normais com duração de 2 (dois) anos, a fim de suprir a demanda por estes profissionais em um tempo mais curto. Aliás, esta demanda crescente por professores surgiu em virtude do decreto de gratuidade do ensino primário em todas as províncias, mas a qualidade na formação dos docentes não acompanhou o projeto de expansão, como afirma Alves (2009, p. 42) “São freqüentes as reclamações quanto à má formação e preparo dos professores”. Já o ensino superior continuou sem grande representatividade, com foco profissionalizante, e destinado somente à elite. E dados todos estes pontos críticos, o preconceito com os povos nativos e escravizados continuava, conforme comenta Alves (2009, p. 46), “Merece destaque uma Lei de 1857, que manda recusar no Colégio de Artes Mecânicas do Rio Grande do Sul as matrículas de crianças de cor negra, os escravos e pretos, ainda que libertos.”

Neste ínterim, precisamente em 1837, o Seminário São Joaquim foi transformado no Colégio Pedro II, sendo esta a primeira forma de organização do ensino secundário no Brasil e, de acordo com Alves (2009, p. 48) “Este colégio foi, durante muitos anos, o único ginásio oficial do Brasil”.

Segundo Alves (2009), em 1879 houve a Reforma Leôncio de Carvalho, com um viés positivista, que defendia uma educação com liberdade no ensino, novas propostas pedagógicas e livre de preconceitos culturais e religiosos, tornando-se uma das propostas mais revolucionárias para a educação durante o Brasil Monárquico. Esta ideia tornou-se, em 1885, a Escola da Neutralidade. Aranha (2006, p. 225) complementa a ideia da Reforma de 1879 alegando que esta “Estimulou ainda a organização de colégios com propostas divergentes, como, por exemplo, os de tendência positivista, que, valorizando as ciências, pudessem superar o ensino acadêmico e humanista da tradição colonial.”

Apesar das boas proposições, nem toda a Reforma de 1879 foi concretizada, mas incentivados por este ideal de mudança para a educação, Rodolfo Dantas e Rui Barbosa (relator), apresentam um projeto na tentativa de melhorar os problemas vividos até então. Eis que surge o movimento da Escola Nova, e de acordo com Aranha (2006, p. 232)

O extenso parecer em que ele analisa a situação do ensino no Brasil ficou famoso pela erudição e eloquência. Apesar de fazer também um levantamento cuidadoso do ensino nos países mais adiantados, resultou daí “um plano ideal e teórico”, distante da realidade brasileira, portanto incapaz de soluções eficazes. De qualquer forma, essa fermentação de ideias alimentou durante muito tempo as esperanças de transformação da sociedade por meio da educação universal, no espírito que mais tarde iria caracterizar o otimismo da Escola Nova, confiante no caráter de democratização da educação.

Contudo, ainda que ao final do período imperial surgissem ideias para uma reforma do sistema educacional, pouco se conquistou ao longo de quase um século, e com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil Republicano recebeu como herança uma população com altos índices de analfabetismo, e com lacunas importantes para preencher na democratização e qualidade do ensino (ARANHA, 2006).

Com a agitação da transição de um sistema monárquico para o republicano, e com a disputa pelo poder entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais<sup>4</sup>, o sistema educacional acabou ficando em segundo plano, mas o desenvolvimento urbano cobrava estas reformas. Esta

4 Este período ficou conhecido como República do Café com Leite, dado os arranjos econômicos dessas regiões e os representantes políticos envolvidos, que eram membros importantes da elite econômica e política da época, precisamente da aristocracia cafeeira e leiteira. (ALVES, 2009)

negligência com a educação fica latente quando da promulgação da primeira Constituição, que se omite quase completamente desta temática (ALVES, 2009).

O ensino superior brasileiro, inaugurado durante o Brasil Colônia com vínculo a instituições europeias, teve seu primeiro curso fundado em 1908 por monges Beneditinos, sendo a Faculdade de Filosofia de São Paulo. Além destas afirmações, Alves (2009, p. 57) complementa

Voltando um pouco à história vamos descobrir que foi o setor privado quem criou o primeiro curso superior no Brasil. [...] A faculdade beneditina era filiada à célebre Universidade de Lovaina, da Bélgica, e estava confiada a direção técnica ao Monsenhor Sentroul, sacerdote e professor belga, titular da mesma Universidade. Essa Faculdade será o embrião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que virá ser criada em 1946.

No entanto, apesar de ter sido uma aspiração do Dom João VI, a primeira Universidade do país – Universidade do Rio de Janeiro - foi criada somente no século XX, em 1920, no Estado do Rio de Janeiro, pelo então presidente Epiácio Pessoa. Em 1937 esta instituição passou a se chamar Universidade do Brasil, após a fusão com a Universidade do Distrito Federal. Em 1965 “o governo militar muda seu nome para Universidade Federal do Rio de Janeiro, e por fim, a 30 de novembro de 2000, ganha na justiça o direito de voltar o nome de Universidade do Brasil” (ALVES, 2009, p. 57).

Ainda de acordo com Alves (2009), esta instituição abriu caminho para a expansão do ensino, que foi uma dimensão política abordada na Segunda República, após Getúlio Vargas assumir o poder amparado pela Revolução de 1930. Com a crise econômica mundial de 1929, abriram-se portas para a entrada do Brasil no cenário produtivo global, no entanto, era necessário qualificar e profissionalizar a mão-de-obra. Assim, a fim de tornar a economia brasileira competitiva e rentável, investimentos em várias áreas foram despendidos, inclusive na educação. Esta situação é evidenciada por Aranha (2006, p. 301)

Após a Primeira Grande Guerra, com a industrialização e a urbanização formou-se a nova burguesia urbana, e estratos emergentes de uma pequena burguesia exigiam o acesso à educação. Retomando, porém, os valores da oligarquia, esses segmentos aspiravam à educação acadêmica e elitista e desprezavam a formação técnica, considerada inferior. O operariado precisava de um mínimo de escolarização, e começaram as pressões para a expansão da oferta de ensino. A situação era grave, já que na década de 1920 o índice de analfabetismo atingira a alta cifra de 80%.

Segundo Aranha (2006, p. 304), um manifesto foi publicado em 1932 com o objetivo de “[...] superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite”, e reiteravam a importância do Estado assumir a responsabilidade pela educação. Este evento foi chamado de

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, liderados por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Neste sentido, uma das primeiras ações de Vargas foi a criação do Ministério da Educação através do Decreto nº 19.402 e, a partir desde momento, se inicia um árduo trabalho de organizar a educação secundarista e superior. Como aliado neste trabalho, outro dispositivo importante foi a segunda Constituição, de 1934. Segundo Alves (2009, p. 59)

Como o resultado para a educação, destaca-se: contempla a educação como direito de todos, e, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos; surge a novidade do subsídio do governo para o ensino privado, ou seja, prevê isenção de qualquer tributo para as instituições de ensino particular, desde que fossem reconhecidas como idôneas e aparece pela primeira vez a determinação de que em todos os estabelecimentos, oficial e privado, o ensino fosse ministrado em português, idioma oficial do país.

Ainda em 1934, são criadas a Universidade do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo, frutos do Decreto nº 19.851, sobre normas e estatutos de universidades brasileiras. Estas criações ocorreram antes da implantação do regime ditatorial da Era Vargas, de 1937 a 1945. Um dos marcos iniciais deste regime foi a terceira Constituição Republicana, que trouxe significativos ganhos à educação, como a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, conforme dito por Alves (2009, p. 60)

[...] cabe ao governo federal traçar as diretrizes da educação em todo país e fixar o plano nacional de educação; criação do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação; determina a aplicação de nunca menos de 10% da parte dos municípios e nunca menos 20% da parte dos Estados, da renda relativa aos impostos para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

No entanto, nem todos os arranjos educacionais da reforma podem ser vistos como adequados, igualitários e democráticos, uma vez que se propunha um tipo de formação tecnicista às camadas mais pobres, e o ensino academicista era destinado à elite nacional. Segundo Alves (2009), houve aí um corte na sociedade brasileira, já que “o trabalho intelectual deve estar ao alcance da classe mais abastada, ao passo que o trabalho manual, especialmente o ensino profissional, para a classe pobre”.

Em 1937 os estudantes criam a União Nacional dos Estudantes (UNE), que para Poerner (2004, p. 120) foi “Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil”. Influenciados por ideais antifascistas e comunistas, havendo outra ala integralista, estes grupos iniciaram reuniões, congressos e conselhos, preocupados com o intento da 2ª Guerra Mundial. Durante a Era Vargas, os estudantes mostravam seu descontentamento com a ditadura imposta e, de acordo

com Poerner (2004), em 1945 iniciaram um movimento pela democratização do país, obtendo êxito na derrubada do Estado Novo.

Entretanto, antes deste intento contra o Estado Novo, alguns avanços foram conquistados, como a Lei Capanema em 1942. Este decreto-lei propunha a criação, por exemplo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI -, entre outras escolas de ensino profissionalizante, além de impor ao empresariado da época percentuais de contratação de trabalhadores matriculados nestas escolas, como destaca Alves (2009). Ainda de acordo com este mesmo autor (2009, p. 62), “[...] a Lei Capanema respondeu às aspirações da corrente que desejava a volta dos estudos clássicos e formadores de personalidade”. Porém, conforme Alves (2009), mesmo com todos os pontos positivos advindos desta lei, ela encontrou resistência dos políticos mais conservadores, e acabou vencida. Neste mesmo período vários colégios e ginásios gratuitos são abertos, mas com baixíssima qualidade formativa.

Apesar dos trabalhos contrários, a Lei Capanema continuou espelhando reformas, pois em 1946, quando o Estado Novo já havia sido derrubado, foi criada o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Além disso, ao final do período ditatorial e com um novo governo se ambientando, regulamentou-se o ensino primário (ALVES, 2009).

De acordo com Alves (2009), com o advento da Segunda República e o brado social por uma redemocratização, o novo governo é incumbido de criar uma nova Constituição, a quarta em 55 (cinquenta e cinco anos). Esta chegou a ser considerada a mais democrática das Constituições, mas sem grandes avanços para a área educacional, ficando vigente até o golpe militar de 1964.

Ressalta-se nesta gestão, a criação das Universidades Católicas. No entanto o novo governo prepara uma grande reforma para a educação, organizando estudos divididos em 3 (três) subcomissões: ensino primário, médio e superior. Após longos anos de análises e ajustes, em 20 de dezembro de 1961 é promulgada a Lei nº 4.024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e Alves (2009, p.66) afirma que

A LDB determina que a educação seja um direito e, deve ser assegurado pelo poder público, reforçando principalmente a obrigatoriedade do ensino primário para todos, porém a criança só poderá ser matriculada a partir dos 7 anos de idade. No que diz respeito ao ensino religioso determina que seja disciplina para as escolas públicas, mas, não especifica os graus; é de matrícula facultativa, e deverá ser ministrada sem despesas para os cofres públicos. Ainda determina a liberdade da iniciativa privada de atuarem em todos os níveis da educação.

5 Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente, contrariando clamores populares que indicavam Getúlio Vargas se mantendo no poder (ALVES, 2009).

Contudo, Aranha (2006) comenta que 13 anos de preparação até a sua publicação, fez com que a LDB estivesse defasada para uma sociedade semiurbana e industrializada. Ainda, afirma que este documento se manteve muito próximo à reforma Capanema, além de que “[...] a legislação sempre reflete os interesses apenas das classes representadas no poder”.

Ainda em 1961, aliada à democratização da educação, surge um revolucionário pedagógico, que viria a ser um dos principais estudiosos da educação do Brasil: Paulo Freire. É neste ano que ele inicia seus trabalhos na educação popular, propondo alfabetizar adultos em 40 horas. Contudo, este projeto teve uma curta duração, sendo boicotado com o novo golpe militar de 1964. Mas este não foi o único problema encarado pela educação durante o período da ditadura. O medo foi espalhado nestas instituições, impedindo ideologias contrárias às do movimento no poder (ALVES, 2019).

O movimento estudantil também foi retaliado. Um dos períodos mais turbulentos para a entidade foi, justamente, a Ditadura Militar. Neste contexto, a UNE foi atacada e considerada ilegal, obrigando os estudantes a agirem clandestinamente. A repressão aos ideais antiditatoriais foi muito violenta, e houveram muitas mortes e prisões de estudantes com posicionamentos contrários ao governo. Somente na década de 1980 que o movimento começa a renovar as forças (UNE, 2020).

Em meio a toda conturbação, é promulgada em 1967 a quinta Constituição do Brasil, sem alterações evidentes ao processo educativo, em relação ao documento anterior. Mas ainda assim, houveram alguns fatos importantes para a educação nacional, como a Reforma Tecnista que, de acordo com Aranha (2006, p. 315), pretendia “aplicar na escola o modelo empresarial, que se baseia na “racionalização”, própria do sistema de produção capitalista”; A Reforma Universitária, que entre outros pontos, desenvolveu e implantou programas de pós-graduação; e a Reforma do 1º e 2º Graus, que aumentou a obrigatoriedade escolar de 4 (quatro) para 8 (oito) anos e reestruturou o supletivo, além de estruturar o currículo em educação geral e profissional. Vale ressaltar que nem todos os pontos propostos por estas reformas foram implantados ou obtiveram sucesso.

Dessa forma, no início da década de 1980 já era visível que a LDB havia sido frustrada. O regime ditatorial também se mostrava enfraquecido, e com o seu fim era tempo de recuperar a valorização do magistério e das escolas públicas. Com toda a transformação social ocorrendo e a retomada da democracia, uma nova Constituição foi proposta em 1988, e nela constavam inúmeros itens educacionais: gratuidade do ensino público; ensino fundamental e médio obrigatórios e gratuitos; creches e pré-escolas para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos; acesso à educação obrigatória gratuita é direito subjetivo; plano de carreira para o magistério público;

autonomia universitária; percentuais mínimos de investimento para a educação aos 3 (três) poderes; e plano nacional de educação (ARANHA, 2006).

Assim, Aranha (2006) comenta que é através deste novo molde constitucional que houve a reformulação da LDB, em 1996. Aliás, este novo documento seria pioneiro nas discussões democráticas, pois o debate não se deteve à esfera executiva, mas sim à comunidade educacional. Ainda assim, houveram críticas ao projeto, pois este não garantia o acesso democrático à educação.

Contemporaneamente, em termos de normativas e organização, a educação vem seguindo as diretrizes estipuladas pelas LDB de 1996, lutando ainda por um espaço mais democrático, inclusivo e reflexivo, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento do país, da economia, e principalmente, do seu povo e de sua cultura. Certamente haveriam muitos outros marcos históricos importantes a serem lembrados, mas não cabe a esta pesquisa esgotar este tema, o que, aliás, seria pretencioso demais, pois estes fatos mereceriam um estudo somente para si. Porém, a próxima seção se encarregará de aprofundar algumas questões relevantes a este estudo, tanto históricos quanto pedagógicos, a respeito da educação profissional e tecnológica, especificamente.

### 3.1.1 A educação profissional e tecnológica na expansão da educação técnica e superior brasileira

A educação profissional e tecnológica não é recente na história brasileira, mas a sua expansão e o reconhecimento ocorreram há pouco mais de 10 anos. Por ser uma modalidade recente, a EPT é, por vezes, incompreendida ou desconhecida, tanto em suas práticas como em sua essência. Se faz necessário nesta pesquisa apresentar e contextualizar esta natureza. Segundo Haddad, no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2008, p. 18), “Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis.” Já o MEC (2010, p. 06) explica esta modalidade de uma forma mais profunda, afirmando que

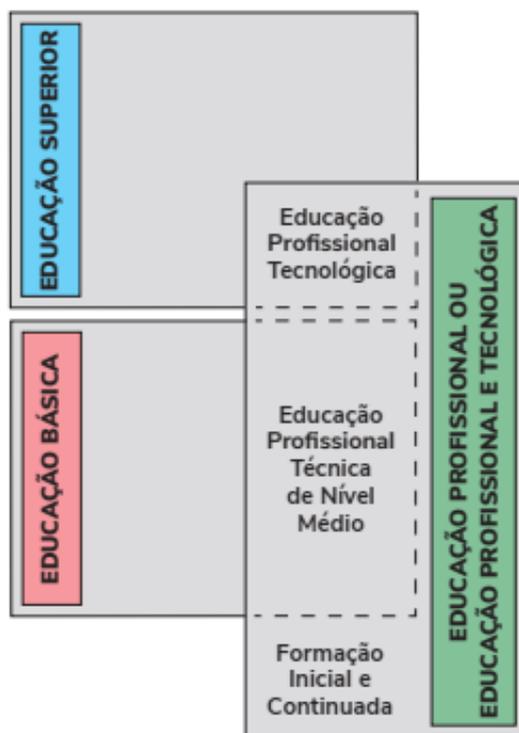
[...] a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as

atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais

Ratificando a visão, a LDB de 1996 explica que a EPT é uma modalidade de ensino que se articula com os diferentes níveis e modalidades educacionais e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Além disso, a LDB prevê que esta modalidade oferecerá cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Moraes e Albuquerque (2019) comentam que há uma lacuna na construção deste conceito. A perspectiva semântica da EPT não dá conta desta conceituação, inclusive pelo preconceito com o termo ‘profissional’. Então, se ampararam na estrutura legal, e criaram uma estrutura simplificada da educação brasileira, que mostra a inter-relação entre todas as modalidades, e esclarece que a EPT está presente em todos os níveis, atendendo a todos os públicos. Abaixo, a figura 01 apresenta a referida estrutura.

Figura 01 – Estrutura simplificada da Educação Brasileira



Fonte: Moraes e Albuquerque (2019, p. 17)

Como evidenciado na seção anterior, é fato histórico que a educação brasileira sempre atuou na dualidade social, segmentando suas ações entre ricos e pobres, dominadores e dominados, chefes e empregados, cientistas e técnicos. Este senso dicotômico é observado na

fala de Alves (2009, p. 60), quando relata que o princípio educacional “Consagra a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, mas, estranhamente diz que o ensino técnico destina-se às classes menos favorecidas”. Amaral e Oliveira (2010, p. 168) evidenciam esta situação ao afirmar que “[...] a educação profissional, destinada às camadas menos favorecidas, foi quase sempre marginalizada e estigmatizada, assumindo tanto um caráter assistencialista e de preparação para um ofício, quanto um cunho pragmático, de atendimento aos interesses do setor produtivo.

A partir daí, e muitas conquistas depois, no ano de 2009, o país comemora o centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que teve seu início com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (também chamadas de Liceus), pelo então presidente Nilo Peçanha, no ano de 1909, com a assinatura do Decreto nº 7.566. Este documento teve como um dos principais objetivos o acesso das ‘classes desprovidas’ aos avanços científicos e tecnológicos, de acordo com o histórico do Ministério de Educação (BRASIL, 2016).

Entretanto, apesar deste marco, o ensino profissional teve sua gênese muito antes do século XX, com a formação dos colonos, indígenas e escravos visando a formação para o trabalho. Com a descoberta do ouro, e a implantação das casas de fundição, se fez necessário uma qualificação mais especializada para a atuação neste setor, sendo, logicamente, destinado aos filhos dos homens brancos. Esta preparação durava em média 5 (cinco) anos e ao término, os exitosos recebiam uma certidão de aprovação (MEC, 2020). Ainda de acordo com dados do MEC (2020, p. 01)

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Neste contexto, segundo histórico do MEC (2020), com a chegada da família real muitos avanços educacionais vieram na bagagem cultural. Como exemplo se pode citar o Colégio das Fábricas, que objetivava a instrução de artistas e aprendizes portugueses. Mais adiante, o ano de 1906 foi marcante para a educação profissional, pois foi nesta ocasião que o então governador Nilo Peçanha inaugurou o ensino técnico no país com 4 (quatro) escolas profissionais destinadas ao ensino de ofícios e aprendizagem agrícola.

Além destas ações, neste mesmo ano foi encaminhado “ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial” onde os aprendizes seriam instruídos a utilizarem instrumentos laborais, sem mencionar o aumento no orçamento para a implantação e manutenção destas escolas técnicas. Assim foi dada a abertura para que em 1909 Nilo Peçanha, agora presidente, criasse 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices (MEC, 2020).

A constituição de 1937 passa a referenciar a educação profissional, mas ainda com um viés estratificado socialmente, pois volta este tipo de ensino aos mais vulneráveis, ou filhos de operários e associados, segundo dados do MEC (2020). No entanto, esta inclusão legal ainda assim pôde ser vista como um avanço importante, pois refletiu inclusive na Reforma Capanema (1941) que passou a reconhecer a educação profissional como de nível médio. Porém, manteve o caráter discriminatório contra esta modalidade, uma vez que não permitia a seus egressos acessarem o ensino superior (AMARAL e OLIVEIRA, 2010).

Da mesma forma, a década de 1970 também trouxe alterações significativas para o ensino técnico, como é o caso da LDB que impõe esta modalidade de ensino de forma compulsória a todo o currículo do ensino médio, como exposto pelo MEC (2020). Nesta mesma década houve a transformação de algumas escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, sendo que esta migração foi expandida a partir de 1994. Quando da publicação da nova LDB, em 1996, vê-se que também há um novo olhar para a educação profissional, como colocado pelo MEC (2020, p. 05)

[...] dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Ainda de acordo com informações do Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2016), com o surgimento de um novo cenário mercadológico inovador na década de 1980, esta instituição de ensino expandiu seus cursos e ampliou a qualidade de sua oferta, visando proporcionar qualificação profissional para os mais diversos setores da economia brasileira, bem como desenvolver novas ferramentas e processos para colaborar com o crescimento do arranjo produtivo.

Ainda nesta aspiração de expansão, em 1999, há a transformação das Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFETs, que mais tarde vieram a dar espaço

aos Institutos Federais – IFs, e estes receberam autonomia para criar e implantar cursos em todos os níveis educacionais, de forma a possibilitar a verticalização. Além disso, a EPT estaria “[...] apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (MEC, 2010, p. 14).

No entanto, até 2002 haviam apenas 140 (cento e quarenta) instituições desta natureza, com a contrapartida de uma demanda crescente. Diante disso, segundo informações do MEC (2020), no ano de 2005 houve o “lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino”, e pretendiam levar estas unidades aos locais mais remotos e vulneráveis. A segunda fase foi lançada em 2007 e tinha a pretensão de mais do que dobrar a oferta já existente, passando a contar com 354 (trezentos e cinquenta e quatro) unidades até 2010, distribuídas em todas as regiões brasileiras. Este novo molde da EPT abarcaria todos os níveis educacionais, desde o ensino técnico, superior e pós-graduação, e deveria se alinhar às realidades e necessidades locais (MEC, 2020).

Diante disso, o MEC (2020, p. 07) vê que “a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma”. Moraes e Albuquerque (2019) afirmam que a EPT é “[...] uma possibilidade para a transição do sistema educacional ao mundo do trabalho”, independente de níveis, se profissionalizantes, médio ou superior.

Dialogando sobre esta formação, Kuenzer (2016, p. 40) comenta que as instituições escolares “Ao invés de profissionais rígidos, competentes nos fazeres que se repetem através da memorização, há que formar profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea.”, e este é um dos ideais da EPT, através da relação vivência pedagógica x vivência prática.

No entanto, Moraes e Albuquerque (2019) mostram que as estatísticas da EPT apresentam uma realidade de desinteresse pela formação profissional, independente de sua relevância social, pois a instrução para o trabalho e sua materialidade são associados à pobreza e à servidão, herança do passado escravocrata brasileiro. Como comprovação desta afirmação, os autores mostram que apenas 8% dos jovens com idade entre 15 e 19 anos estão matriculados na EPT, e este percentual continua precário em estudantes com idades mais avançadas, sendo que apenas 14% das matrículas de estudantes com 25 (vinte e cinco) anos ou mais ocorrem na EPT, contrariando uma tendência de que a educação profissional atrairia discentes que estivessem há algum tempo afastados das salas de aula.

Outra estatística importante apresentada por Moraes e Albuquerque (2019) é o aumento na renda *per capita* familiar do profissional que conta com um curso técnico. Segundo os autores, o curso técnico incrementa 11,7% o salário do trabalhador que esteja cursando e 20% a mais no ganho do egresso, em comparação àqueles que possuem apenas o ensino médio regular.

Estes dados podem contribuir para a valorização da formação técnica e profissional, pois além do ganho econômico, há o impacto social na vida destes estudantes, adaptações na produção, e a quebra da hegemonia dominada pela ciência academicista. Kuenzer e Grabowski (2006) comentam que toda ação educacional gera um reflexo para o trabalhador e para o processo produtivo. Dizem ainda que é um equívoco pensar que a ciência se faz no isolamento da esfera social, mesmo que deva existir uma neutralidade sobre quem a frequenta – não existindo público seletivo, mas sim universal –, o objetivo-fim é a qualificação profissional e o desenvolvimento local. Kuenzer e Grabowski (2006, p.302) explicam que

O trabalho e a ciência, dissociados por efeito das formas tradicionais de divisão do trabalho, voltam a formar uma unidade pela mediação da tecnologia, conseqüência do próprio desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e como forma de superação aos entraves postos ao processo de acumulação. Estabelecem-se, então, novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais, que passam a demandar o domínio integrado dos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Seria graças a esta associação entre o social e a ciência que, segundo Kuenzer e Grabowski (2006) o trabalhador adotaria um comportamento racional em todas as dimensões de suas atividades, ocupando, inclusive, postos de discussão política. Um pensamento diverso deste, que dissocie ciência e razão, apenas imobilizaria a educação profissional, sendo que esta deveria ser “[...] ampliada e de qualidade, para todos os que vivem do trabalho” (KUNZER e GRABOWSKI, 2006, p. 307).

Estes autores afirmam, partindo destas premissas, que o fim desta confusão poderia surgir com a troca do termo ‘educação profissional’, que na visão deles seria “[...] vinculado a uma concepção de qualificação estreita e precarizada com foco na ocupação para atender aos interesses do setor produtivo”, por ‘educação dos trabalhadores’ que “[...] integra educação básica e especializada para atender às demandas da transformação social”, a fim de integrar ações intelectuais com as práticas laborais, sendo que a primeira era uma prerrogativa estritamente da burguesia, antes desta ascensão da classe trabalhadora (KUENZER e GRABOWSKI, 2006, p. 307). Assim, estes autores (2006, p. 310) complementam

[...] o desenvolvimento das competências exigidas pelo modo de produção capitalista tal como se desenvolve a partir da base microeletrônica só pode ocorrer com uma sólida Educação Básica inicial, complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sóciohistórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura.

Já em uma esfera política, Ambrosini e Escott (2019) discutem sobre a dualidade ‘igualdade e inclusão’ na formação educacional, uma vez que a educação é um direito constitucional a todo cidadão. No entanto, o capitalismo criou um sistema regulatório que acaba gerando desigualdade e exclusão, dado o evidenciamento das classes sociais, sendo que as políticas públicas não vêm para eliminar estes problemas, mas para garantir um equilíbrio entre eles.

Ao encontro desta questão, Ambrosini e Escott (2019) seguem no raciocínio da educação, e afirmam que a inserção educacional tem o poder de incluir o cidadão neste processo, salvando-o da exclusão, mas não consegue superar o vínculo da desigualdade. Assim, a educação acaba sendo uma política de democratização, e derrubar a barreira da desigualdade é um efeito da meritocracia, ou do esforço individual. Entretanto, a questão do mérito é questionada quando o assunto é igualdade de oportunidades.

Para a EPT, uma das maneiras encontradas para viabilizar o acesso e o êxito formativo, considerando a inclusão e a busca por igualdade, corrigindo injustiças sociais, foram as implantações dos programas e políticas de ações afirmativas como, por exemplo, as cotas. Além disso, a EPT propõe a verticalização, onde o estudante tem a chance de iniciar a sua formação, adentrar no mundo do trabalho, contribuindo com o desenvolvimento local e melhorando sua qualidade de vida e, após isso, seguir seus estudos em outro nível, superior ou pós-graduação.

Esta é uma história que começou a ser construída há mais de 100 anos e que, graças aos esforços sociais e políticos para a evolução do ensino no Brasil, conseguiu superar muitos problemas, deficiências e injustiças, apesar de a democracia educacional ainda não ser uma realidade tão factível. Porém, são trabalhos como da EPT que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social de um país com cicatrizes das dominações colonialistas e capitalistas. Nesta direção, uma das ações públicas propostas foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

### **3.2 Os Institutos Federais de Educação: contexto de criação e finalidades**

Partindo da concepção da EPT, continua-se a tecer a trama da formação do trabalhador e do desenvolvimento regional. Assim, esta história entra na contemporaneidade com a criação

dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que visam, justamente, este progresso humano e socioeconômico. Conforme as concepções e diretrizes dos IFs, publicadas pelo MEC (2010, p. 02)

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Com este norte, retorna-se à gênese dos Institutos Federais (IFs), que foram criados em 2008, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e ofertam vagas em cursos técnicos (nas modalidades integrada, concomitante e subsequente), superiores e de pós-graduação. A criação desta política pública de princípios sociais esteve aliada à expansão de toda a Rede Federal de EPT, com objetivos de ampliar a oferta de cursos técnicos presenciais ou EaD, qualificar os profissionais da Rede Federal, elevar a escolaridade daqueles que se inserem no mundo do trabalho, e oportunizar uma formação humana e cidadã onde o estudante possa continuar a se desenvolver (MEC, 2010).

Este projeto surge para atender um caráter social da educação, reafirmado pelo MEC (2010, p. 15) como sendo “ [...] uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida.”, além de superar uma formação que reproduza as ideologias do Estado e os valores das classes dominantes. Assim, os IFs surgem como autarquias que ofertam educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, em estruturas multicampi, dialogando diretamente com o poder público e com as comunidades onde estão inseridas.

Esta estreita relação com a comunidade local – em uma inter-relação com o universal e com a construção da cidadania propõe um diálogo vivo, onde “A interferência no local propicia alteração na esfera maior. Eis por que o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento” (MEC, 2010).

Em se tratando do currículo, o documento das concepções e diretrizes dos IFs, veiculado pelo MEC (2010), vê nestes a sua transversalidade e a pluralidade de eixos formativos, com propostas pedagógicas que sincronizem a formação com as demandas sociais, éticas, culturais e econômicas, tudo isso com uma infraestrutura de apoio importante, com laboratórios, salas de aula, bibliotecas, entre outros, que incrementam e facilitam o processo de aprendizagem. Para complementar, o MEC (2010, p. 26) ainda explica

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores.

Outro ponto importante nesta caracterização dos IFs, segundo o MEC (2010) é a indissociação entre ensino, pesquisa e extensão, onde o estudante em formação tenha autonomia para o desenvolvimentos de soluções, de forma criativa, reflexiva, e que auxilie na resolução de problemas da comunidade externa. E com a mesma importância, objetivam a formação de professores, haja vista que esta é uma demanda de dimensões nacionais, principalmente nas áreas das ciências da natureza e exatas.

Dessa forma, em modos gerais, para Ambrosini e Escott (2019, p. 19) os IFs integram “[...] as experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social.”, e vão além, proporcionando relacionar teoria e prática “visando um processo integrado de formação do ser humano.”, com uma pretensão muito ambiciosa, de transformar a sua realidade.

A lei nº 11.892 de 29 de dezembro, responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cita todos estes pontos apresentados até o momento, inclusive elenca os 38 Institutos Federais criados por este dispositivo, além de instituir os percentuais de atendimento em cada modalidade de oferta, prevendo um mínimo de 50% das suas vagas para o ensino técnico, 20% para as licenciaturas, e o restante – graduações e pós-graduações - organizado de acordo com as demandas locais. Nesta direção, Aguiar e Pacheco (2017, p. 20) descrevem

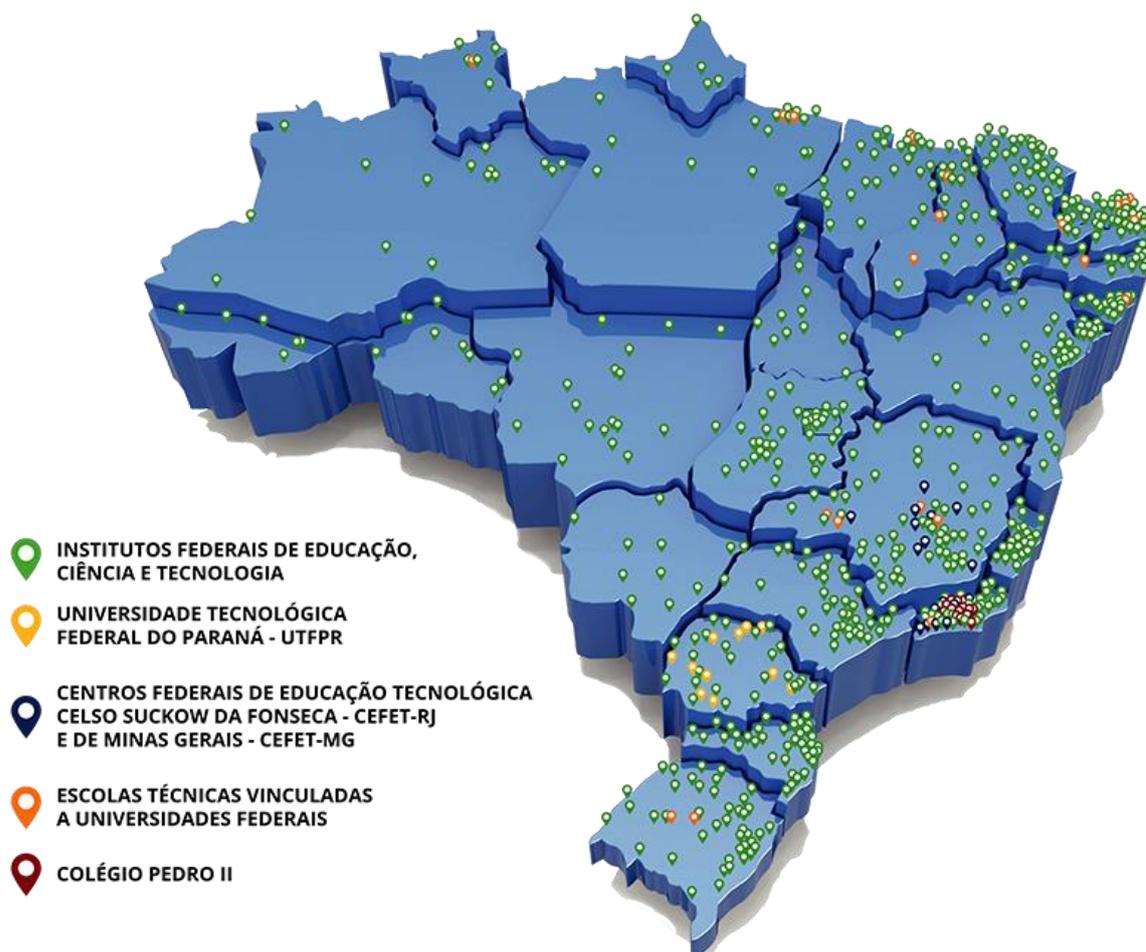
Constituíram-se 38 institutos, com seus campi espalhados por todo território nacional, atuando no ensino técnico de nível médio, nas suas diversas modalidades, em que se obrigam a manter 50% de seus recursos sendo 20% em formação de professores, com destaque para os cursos de licenciatura, e 30% nos cursos superiores de tecnologia, bacharelados tecnológicos e engenharias, podendo ainda oferecer especializações, mestrados e doutorados nas modalidades profissionais e acadêmicas.

Com isso, atualmente os IFs contam com 644 *campi* distribuídos em todos os Estados brasileiros, oferecendo cursos em diferentes níveis no mesmo eixo temático. Estes eixos temáticos são definidos a partir de uma análise do contexto social e econômico da região de abrangência, e buscam desenvolver estas potencialidades já existentes (BRASIL, 2016). Ratificando estas características, Pacheco *et al.* (2010, p. 74) referem que os IFs devem

[...] pautar-se pela indissociabilidade entre formação geral e profissional, na perspectiva da educação integral, e manter uma vinculação orgânica com os arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões brasileiras, visando à inclusão de milhares de mulheres e homens deixados à margem da sociedade brasileira, seja no que tange à escolaridade, seja na perspectiva de sua inserção no mundo do trabalho.

Abaixo, mapa das instituições criadas ou ligadas a EPT através da Lei nº 11.892, e sua presença e distribuição em todo Brasil, com suas estruturas multicampi.

Figura 02 – Mapa de distribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: MEC (2020)<sup>6</sup>

Vê-se neste mapa a pulverização das instituições criadas pela Lei nº 11.892/2008, e a sua presença em absolutamente todos estados do país. Com este cenário, a busca pelo desenvolvimento social, cultural e econômico nacional, regional e local é tida por Pacheco *et al.* (2010) como subsídio de políticas públicas, visto que analisam estes avanços de forma endógena, através das potencialidades locais, e exógena, reconhecendo as iniciativas regionais.

<sup>6</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 01 jun. 2020.

Além disso, os autores apresentam outro objetivo dos Institutos: superar o perfil de subordinação do profissional, e prepará-lo para uma vida cidadã e democrática, e não apenas a suprir a necessidade do mercado. Neste mesmo sentido, o MEC (2010, p. 33) já prevê que

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, firma-se. Isto significa dizer que as propostas de formação estariam contemplando os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade.

Tudo isto também é evidenciado no artigo sexto da lei de criação, onde se apresentam as finalidades e características dos IFs. Para esta dissertação é importante trazer os incisos deste artigo na íntegra, a fim de que todas as dimensões sejam abordadas com clareza, além do intuito de viabilizar uma aproximação do leitor com a base legal institucional.

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Vê-se em cada um dos incisos legais a cristalina proposta de integrar as instituições com a comunidade local e toda a realidade circundante, de forma a colaborar com o seu desenvolvimento humano e produtivo. Ainda, outras finalidades previstas estão ligadas a soluções de demandas locais por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a formação e

qualificação de docentes para aprimorar a educação básica, e a preocupação com a preservação do meio ambiente, uma vez que este é essencial para a vida humana.

Quanto aos objetivos previstos na lei de criação, está indicado como alvo institucional a formação técnica integrada ao ensino médio (prioritariamente) e EJA, além de cursos de aperfeiçoamento aos trabalhadores, ensino superior (bacharelados e licenciaturas) e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Ainda, de maneira bem alinhada às finalidades anteriormente apresentadas, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão com benefícios estendidos tanto para o público interno como para a comunidade local, articulando-os sempre com o mundo do trabalho<sup>7</sup>. Abaixo, de forma mais detalhada, os incisos do artigo sétimo da Lei nº 11.892/2008

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

<sup>7</sup> Segundo o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (2011, p. 57) “Educar para o trabalho difere-se de educar para o mercado de trabalho, considerando o primeiro conceito mais amplo que o segundo, visto que o trabalho é considerado uma mercadoria que o trabalhador **vende** de acordo com os valores, protocolos e requisitos deste mercado que o define. Educar para o mundo do trabalho significa compreender que o trabalho é a atividade humana necessária à produção e reprodução da vida para a consecução de seus objetivos. Significa entender que o trabalho é a maneira pela qual os homens produzem bens, produtos e serviços e, ao mesmo tempo, produzem a si mesmos, permitindo conhecer-se, conhecer o outro e o mundo, em uma perspectiva em que não se descolam trabalho, ciência e cultura”.

A partir destes pressupostos legais é possível fazer uma distinção prática entre os Institutos Federais e as Universidades, uma vez que aquelas, tendo em vista tudo que foi exposto até este momento, são instituições que aliam diferentes níveis de ensino, desde a formação técnica até a pós-graduação, oportunizando aos estudantes uma caminhada de qualificação vertical dentro do mesmo eixo temático. Já a Universidade – pública ou privada -, de acordo com o art. 52 da LDB (9.394/1996), é reconhecida como uma instituição pluridisciplinar que forma profissionais de nível superior, e que está amparada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Ainda, a universidade se caracteriza pela produção intelectual, pelo corpo docente constituído por pelo menos um terço de mestres ou doutores, e a mesma proporção dos docentes em regime integral.

Segundo legislações vigentes, como o Decreto nº 9.235/2017 em seu art. 15 § 4º, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação. Sendo esta paridade apenas no âmbito regulatório, e dada a necessidade desta informação, já é possível afirmar que estas instituições não são correlatas. Certamente há momentos de aproximação entre ambas, vista a oferta do ensino superior, mas existem pontos discrepantes, começando pela oferta do nível médio, pela interiorização dos *campi*, e por todos os aspectos sociais.

Além da oferta da educação básica, os IFs vieram para absorver uma demanda das localidades mais remotas do país. Este ponto é desenvolvido no processo de expansão da Rede Federal, frisando a necessidade da interiorização do ensino, favorecendo a parcela da população que não teria condições de se deslocar aos grandes centros – onde se encontravam as universidades públicas – para se qualificar. Desta forma, também estaria atendendo a um público mais vulnerável, atingindo uma parte do seu objetivo social. Esta diferenciação também foi feita na página institucional do IFRS (2020) e cita “Ambos são instituições federais, mas possuem atuação diferente. Uma universidade federal oferece cursos de graduação e pós-graduação. Os institutos federais atuam em diversas modalidades de ensino, desde o médio técnico até a pós-graduação.”

Ao fim desta seção já se tem um panorama da educação brasileira, da educação profissional e tecnológica, e também dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ressaltando seu histórico e características. Esta visão facilitará a apresentação da sequência, que irá contextualizar o Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, o *Campus* Ibirubá, e a região do Alto Jacuí, representado pelo município de Ibirubá.

### 3.3 O IFRS, o *Campus* Ibirubá e sua região de abrangência

Uma das finalidades de um Instituto Federal, segundo constatado nos documentos basilares destas instituições, é aliar-se à região onde está inserido, e colaborar no desenvolvimento local e regional. Para isto, é necessário um mapeamento prévio destas localidades, a fim de reconhecer suas potencialidades, suas características, seu arranjo produtivo, e sua situação socioeconômica. A partir deste estudo preliminar pode-se delinear a formatação de cada um dos *campi* destas instituições.

Assim, esta seção será destinada à exposição da conjuntura histórica, legal e perfil de atuação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, e do mesmo modo do *Campus* – Ibirubá que constitui uma das duas dimensões de análise desta pesquisa. A segunda dimensão é estabelecida pelo município de Ibirubá, localizado na região do Alto Jacuí.

#### 3.3.1 O IFRS

Esta conceituação não parte do zero. O processo de nascimento do IFRS, conforme abordado na seção 3.2, se dá pela Lei de criação dos Institutos Federais nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e se deu a partir da união de três autarquias federais: CEFET Bento Gonçalves, Escola Agrotécnica Federal de Sertão e Escola Técnica Federal de Canoas, e mais tarde uniram-se a ele a Escola Técnica Federal da UFRGS e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. Sua natureza jurídica de autarquia lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Em visita ao *site* institucional, pode-se ler a visão do IFRS: “Ser referência em educação, ciência e tecnologia como uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social”. Seguindo esta premissa, estipulou-se como valores a Equidade e justiça social, a Democracia, a Cooperação, a Solidariedade, a Sustentabilidade, a Ética, o Desenvolvimento humano, a Inovação, a Qualidade e Excelência, a Autonomia, o Respeito à diversidade, e o Compromisso social.

A Reitoria do IFRS localiza-se na cidade de Bento Gonçalves - RS, e a sua estrutura multicampi divide-se em 16 (dezesesseis) *campus* e 1 (um) *campus* avançado, presentes em diferentes regiões do Estado, distribuídos conforme o mapa abaixo, divulgado em *site* institucional do IFRS.

Figura 03 – Distribuição dos *campi* do IFRS

Fonte: IFRS8

Segundo o Estatuto do IFRS (2017), como uma instituição com uma causa social bem definida, o IFRS tem como princípios norteadores (art. 3º) a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática, e além destes, a oferta do ensino público e gratuito. No âmbito do ensino, prevê a verticalização e a relação com pesquisa e extensão. Outro princípio é a eficiência na formação profissional, e a busca por soluções que colaborem com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais. Propõe também a inclusão de pessoas com necessidades específicas, afrodescendentes, indígenas e em vulnerabilidade social. Quanto às suas finalidades e características, estabelecidas no art. 4º

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e científica.

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

VIII - qualificar-se como centro de pesquisa em metodologias de ensino e currículo para educação básica e profissional;

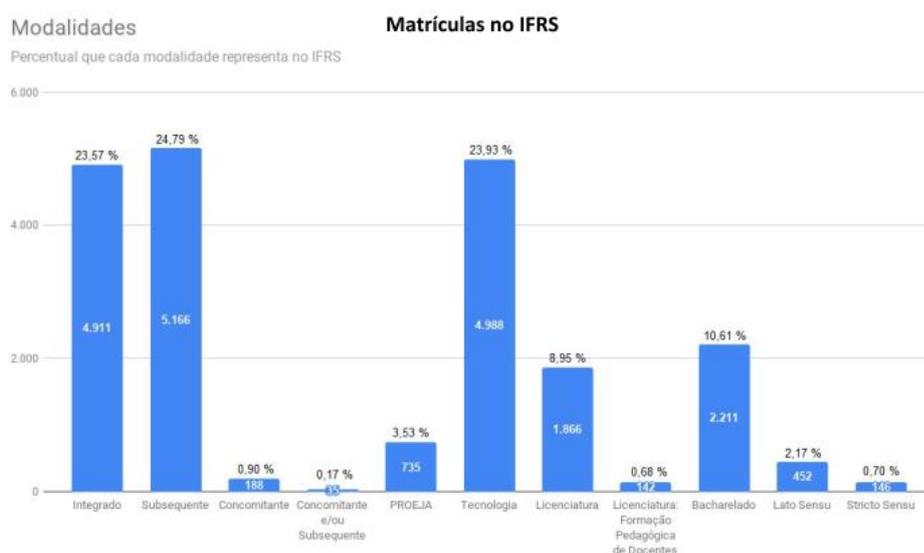
IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e à inclusão social; e

X - desenvolver ações de extensão e de divulgação científica, tecnológica e cultural.

Quanto aos objetivos institucionais, aponta-se no Estatuto, em seu art. 5º, ministrar educação profissional de nível médio, ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, realizar pesquisas aplicadas que objetivam soluções científicas e tecnológicas que possam ser estendidas à comunidade, estimular condições de permanência e êxito, ministrar cursos superiores de tecnologia, licenciaturas (sobretudo na área das ciências e matemática), bacharelados e engenharia, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, desenvolver atividades de extensão que se articulem com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, estimular e apoiar processos educativos que gerem trabalho, renda, emancipação cidadã e desenvolvimento humano e socioeconômico.

Além dos documentos norteadores, a instituição mantém um Observatório de Permanência e Êxito do IFRS, que contém informações gerais sobre os estudantes. Os últimos dados divulgados são referentes ao ano de 2019. Neste período o IFRS contava com 20.840 discentes regularmente matriculados, divididos nos níveis e modalidades conforme figura:

Figura 04 – Percentuais de matrículas nos diferentes níveis e modalidades



Fonte: Observatório de Permanência e Êxito do IFRS (2019)

Quanto ao perfil destes alunos, o Observatório (2019) expõe que aproximadamente 68% do público estudantil é formado por pessoas de até 22 (vinte e dois) anos, e 79% são estudantes autodeclarados brancos, enquanto dos 18,6% dos estudantes negros apenas 6,1% ingressou pela cota destinada a este público. Quanto aos anseios futuros, o documento ainda revela que menos da metade dos estudantes que frequentam o ensino médio integrado pretendem atuar na área em que estão se profissionalizando, enquanto no ensino subsequente e superior este dado chega a quase 90%.

Visando atender a pluralidade social, cultural, econômica, identitária e de necessidades específicas, o IFRS publicou em 2014 sua Política de Ações Afirmativas que promove o respeito às diversidades. Este instrumento regulamenta também os Núcleos que atuam em cada *campi*, sendo eles o Núcleo de Ações Afirmativas (NAAf), o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS).

No sentido didático-pedagógico, o IFRS conta com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que normatiza os rumos políticos pedagógicos de todos os *campi*, inclusive do *Campus Ibirubá*. Neste documento se evidencia a visão que a instituição tem da educação, afirmando que é algo “complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Além disso, deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se auto-identifiquem do ponto de vista histórico”.

Outro ponto importante em relação ao processo educacional, apresentado pelo PPI (p. 11), é de que este não deve ser pensado como subordinado às necessidades do mercado de trabalho, uma vez que a educação deve levar em conta a formação do trabalhador como pivô desta engrenagem “transformando-os em atores e sujeitos dos processos produtivos” articulando trabalho e educação.

As políticas educacionais a que referem o PPI são o compromisso com a educação profissional, a verticalização do ensino, um currículo que contemple as mais diversas experiências de aprendizagem e os elementos da realidade local e dos sujeitos envolvidos, uma avaliação diagnóstica e participativa criteriosa dos processos educativos, inclusão, acesso e permanência como ferramenta de igualdade de oportunidade e justiça social.

### 3.3.2 O IFRS – *Campus Ibirubá*

Com o objetivo de cumprir sua função social, e de relacionar teoria e prática, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus Ibirubá*, foco central

desta pesquisa, foi criado em 06 de junho de 2009, como *Campus* Avançado, após a federalização da Escola Técnica Alto Jacuí. Ocupando uma área de 101 hectares, doados pelo Município de Ibirubá, e pela Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda. – Cotribá, o *Campus* iniciou suas atividades em fevereiro de 2010. No ano de 2013, deixa a nomenclatura de *Campus* Avançado, recebendo o status de IFRS - *Campus* Ibirubá.

Atualmente, a instituição conta com 1.036 (mil e trinta e seis) discentes, de acordo com dados atualizados do SIA e SIGAA, distribuídos nos Cursos Técnicos em Agropecuária, em Informática, e em Mecânica (modalidades integradas ao ensino médio); Curso Técnico em Eletrotécnica, e em Mecânica (modalidades subsequentes ao ensino médio); Cursos Superiores de Agronomia, Ciência da Computação, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Matemática; e Curso de Pós-Graduação de Especialização em Ensino, Linguagem e suas Tecnologias.

Pertencendo à região do Alto Jacuí, o *Campus* atingiu uma área de abrangência de, aproximadamente, 95 municípios, tendo estudantes, inclusive, de outros Estados do Brasil e do exterior. Segundo dados da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul, publicados no Perfil Socioeconômico dos COREDES (2015), a região onde o IFRS – *Campus* Ibirubá está instalado é predominantemente agrícola, com ênfase na produção de grãos e segmento de máquinas e implementos agrícolas, o que justifica os campos profissionais ofertados pela instituição.

Além do conhecimento, o IFRS oferece aos seus alunos suporte pedagógico (laboratórios, acervo bibliográfico, campo de estágio, projetos, etc.), psicológico (orientação educacional, psicólogo) e assistencial (bolsas, auxílios estudantis, atendimento especializado) objetivando o maior aproveitamento para os estudantes, o bem-estar e a segurança dos mesmos.

O *Campus* Ibirubá, com base em seu Regimento Interno, busca atender sua missão de disseminar e aplicar o conhecimento acadêmico ao contexto social, zelando pelo cumprimento de seus princípios, como a justiça social, a verticalização do ensino, suporte aos arranjos produtivos locais, a inclusão, e a gratuidade dos serviços, entre outros não menos relevantes, como pode ser visto no art. 3º de seu Regimento Interno Complementar

Art. 3. O IFRS – Ibirubá tem como missão produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo, em conformidade com os princípios e finalidades estabelecidos no Estatuto do IFRS.

Como forma de atender e dialogar com as diversidades dentro do *campus*, estabeleceram-se núcleos de atendimentos e/ou estudos e pesquisa, conforme já apresentados no âmbito institucional geral. O Regimento Interno Complementar do *Campus* Ibirubá prevê a organização e finalidade destes núcleos, sendo descritos da seguinte maneira:

NAPNE: este núcleo propositivo e consultivo medeia a educação inclusiva do campus. Segundo o art. 36 do Regimento Interno Complementar este “é facilitador e disseminador de ações inclusivas, buscando não apenas a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nos bancos escolares, mas, também, sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão.”

NEABI: outro núcleo propositivo e consultivo, o NEABI “estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações etnicorraciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa”, conforme descrito no art. 39 do Regimento Interno.

NEPGS: de acordo com a Resolução nº 37/2017 do Conselho Superior, em seu art. 1º, este é um núcleo “propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade.”

NEAD: o Núcleo de Educação à Distância prevê a promoção da gestão administrativa e pedagógica das atividades de EAD no *Campus*, além de implementar programas e projetos desta natureza.

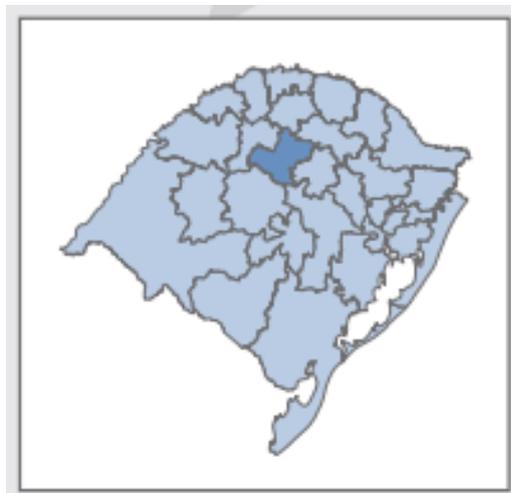
Assim, estabelece-se o caráter social desta instituição, bem como sua preocupação com o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade de inserção, o que influenciou a problemática desta pesquisa, e incitou a busca por respostas a respeito de sua relevância para a região que será apresentada a seguir.

### 3.3.3 A região do Alto Jacuí e o município de Ibirubá

Ao longo deste capítulo muito se falou sobre a proximidade dos IFs com a sua comunidade circundante, bem como seu papel de desenvolvedor das potencialidades locais. Dessa forma, se faz necessário contextualizar a região geográfica que delimita esta pesquisa, a fim de elucidar quais são os principais aspectos encontrados nesta localidade. A região do Alto Jacuí, onde está instalado o *Campus* Ibirubá do IFRS, é composta por quatorze municípios, sendo eles: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos,

Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Sana Bárbara do Sul, Selbach e Tapera.

Figura 05 – Localização geográfica da Região do Alto Jacuí



Fonte: Perfil Socioeconômico Corede Alto Jacuí (2015)

Em 2015, a Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SPMDR-RS) divulgou um Perfil Socioeconômico dos COREDEs, e a referida região foi caracterizada como polo de produção metal-mecânico de máquinas e implementos agrícolas, criação de bovinos e produção de grãos. Este dinamismo econômico auxilia na manutenção positiva dos indicadores sociais, o que não foi suficiente para evitar a diminuição e esvaziamento populacional que ocorreram entre os anos de 2000 a 2010.

Este esvaziamento se deve a vários motivos, mas pode-se citar a mecanização agrícola como uma destas causas. A produção em escala empresarial dificulta a manutenção do pequeno produtor na zona rural, fazendo-o migrar para a cidade. Dessa forma, diminuem os trabalhadores do setor primário (produção de matéria-prima), que mesmo diante deste cenário tem valores significativos na região do Alto Jacuí (11,6%), e aumentam os percentuais do setor secundário ou de transformação (26,6%), e do setor terciário ou de serviços (61,8%).

No quesito renda, de acordo com o documento acima citado, que divulga dados de 2012, a região ocupa a quarta posição no *ranking* estadual, tendo bons resultados também em saúde e educação, onde a taxa de analfabetismo entre a população maior de 15 anos é de 4,75%. O Produto Interno Bruto (PIB) da região representa 1,9% do total estado (R\$ 5,1 bilhões), o que a coloca na segunda posição em relação aos 28 COREDEs do Rio Grande do Sul.

Outro ponto apresentado pelo relatório do perfil socioeconômico é a presença das instituições de ensino superior na região. Em Cruz Alta, além da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, responsável pelo Núcleo de Extensão Produtiva e pelo Polo Tecnológico, há uma

unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Além destas, o município de Ibirubá conta com um *campus* do IFRS.

Em se tratando especificamente do município de Ibirubá, que é a cidade-alvo desta pesquisa, vê-se que a história deste município, inicialmente chamado de Barão de São Jacob, é marcada pela agricultura e pelo legado de trabalho de seus colonizadores. Antigo distrito de Cruz Alta, a cidade foi emancipada em 15 de dezembro de 1954. O nome da cidade, Ibirubá, significa ‘pitangueira do mato’ em Tupi-Guarani, e surgiu pela grande quantidade desta árvore encontrada na localidade, além da simbologia de ser uma planta que está sempre crescendo, assim como o município (GARCES et al., 2019).

Com uma população estimada em, aproximadamente, 20.350 pessoas no ano de 2019, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), a cidade ocupa a segunda posição em densidade demográfica em sua microrregião, atrás apenas de Cruz Alta. Segundo o IBGE (2019), a área territorial de Ibirubá é de 607,390 km<sup>2</sup>.

Seu PIB per capita em 2012 foi o maior da microrregião, com um valor R\$ 42.705,99, colocando a cidade na 21ª posição entre os 497 municípios do Estado, conforme os dados divulgados no Perfil Socioeconômico da SPMDR – RS, em 2015. Outro dado relevante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em que, conforme Garces et al. (2019, p.92), Ibirubá apresenta o índice de 0,765, o que significa que a cidade tem alto desenvolvimento humano, impulsionada por sua longevidade, renda e educação. A taxa de escolarização entre crianças até 14 anos é de 99%.

De acordo com a página do IBGE (2019) destinada a informações dos municípios brasileiros, em 2017 o salário médio mensal da população de Ibirubá era de 2.9 salários mínimos, sendo que 36,0% das pessoas tinham uma ocupação laboral. Em relação a estes dois dados apresentados, em comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 31 de 497 e 63 de 497, respectivamente. Nestes mesmos critérios, a nível nacional ficava na posição 236 de 5570 e 265 de 5570, respectivamente. Ainda de acordo com os dados do IBGE (2019), “Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 23.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 387 de 497 dentre as cidades do Estado e na posição 5363 de 5570 dentre as cidades do Brasil”.

A partir destes dados, percebe-se que Ibirubá é uma cidade que está em ascensão, tendo bons resultados de desenvolvimento socioeconômico, e buscando por melhorias dos desafios encontrados. Ainda, vê-se que o município apresenta bons índices de empregabilidade, segurança e educação, o que vem atraindo a migração populacional de diferentes regiões do Estado e do país para esta cidade.

Quadro 05 – Síntese do processo histórico da Educação Brasileira

<b>Período histórico</b>	<b>Acontecimento</b>
Brasil Colônia (1500 – 1822)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1549: início da catequização indígena;</li> <li>- 1570: gênese da educação formal brasileira, com a educação dos filhos dos senhores e intelectuais;</li> <li>- 1749: expulsão dos jesuítas, e repassada a responsabilidade da educação leiga ao Estado;</li> <li>- 1808 a 1822: período de grandes avanços como a implantação da Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, a Academia das Guardas-marinhas e Academia Real Militar.</li> </ul>
Brasil Império (1822 – 1889)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1827: criação de escolas de primeiras letras; criação de escolas primárias para o sexo feminino; criação da Faculdade de Direito de São Paulo e Faculdade de Direito de Olinda;</li> <li>- 1835 a 1846: fundação das primeiras escolas normais;</li> <li>- 1837: organização do ensino secundário brasileiro, com a transformação do Seminário São Joaquim no Colégio Pedro II;</li> <li>- 1882: Criação da Escola Nova.</li> </ul>
Brasil República (1889 – atual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1906: início do ensino técnico brasileiro, com a criação de escolas profissionais de ofícios e agrícolas;</li> <li>- 1909: criação dos Liceus;</li> <li>- 1920: fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro;</li> <li>- 1937: criação da UNE;</li> <li>- 1961: promulgação da primeira LDB;</li> <li>- 1996: promulgação da nova LDB;</li> <li>- 2008: criação dos Institutos Federais.</li> </ul>

## **4 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: TEORIAS INTERDISCIPLINARES NA SUSTENTAÇÃO INVESTIGATIVA**

A trajetória educacional inicia-se na infância e pode adentrar na vida adulta. Educação infantil, básica, ensino médio e/ou técnico profissionalizante, superior e, por fim, pós-graduação. Este ciclo de aprendizado, independentemente do tempo de duração, tem como objetivo educar para um mundo de conhecimentos científicos, técnicos, humanos e sociais. Os educandos são preparados para o labor, para a vida em comunidade, sabendo de seus direitos e deveres, e sobre um universo infinito de fatos, fórmulas e regras que vão desde a matemática à língua, passando por tantas disciplinas que relacionadas abrem caminhos para que cada um descubra sua vocação ou interesse.

As áreas do conhecimento são variadas, diferentes entre si, e ainda assim, capazes de dialogarem. Esta capacidade é chamada de interdisciplinaridade. Neste contexto, segundo Ramos e Ferreira (2020) esta teoria não se pauta somente em matérias escolares, mas sim em estruturas mais profundas, e que por vezes parecem rígidas e inarticuladas, ou até mesmo frugais, relacionando-as em concomitantes empréstimos de conceitos, como se estivessem em uma reunião. Assim, estas autoras (2020, p. 202) explicam que

As disciplinas, ao se ampliar a análise científica para todo assunto e com a abertura de uma sucessão potencialmente ilimitada de abstrações, pareciam ser um mecanismo social para a produção de conhecimento sem restrições previsíveis. Esse movimento interno às disciplinas também contou com motivações externas decorrentes de mudanças nos contextos de aplicação dos conhecimentos científicos aos processos de produção econômica, aumentando a demanda por novos conhecimentos e ampliando a concorrência entre as disciplinas.

Procurando por este diálogo e complementaridade, esta investigação se utilizará da interdisciplinaridade entre a pedagogia, a sociologia, a economia e a administração, e a linguagem para responder às inquietações decorrentes da relação entre o IFRS e a sociedade. Cada uma destas áreas tem contribuições relevantes para a busca deste estudo, mas juntas elas poderão responder aos objetivos com maior perícia e qualidade.

### **4.1 A educação libertadora x a educação bancária: a contribuição pedagógica**

A educação, como já mencionado, tem o poder de transformar realidades de pessoas e de comunidades inteiras através do progresso humano, social e econômico. No entanto, esta contribuição pode ficar comprometida quando a própria instituição responsável por esta função

não sabe ou não quer oportunizar autonomia e liberdade no processo de objetivação do mundo e do saber.

Este tipo de educação que boicota e aliena os educandos foi chamada por Paulo Freire, um dos mais célebres e notáveis educadores do mundo e Patrono da Educação brasileira, de “Concepção Bancária da Educação”. Esta ideia foi abordada em sua mais famosa obra “Pedagogia do Oprimido”, publicado originalmente em 1968. O autor aborda esta teoria de forma dicotômica, trazendo à baila da educação os papéis de opressores e oprimidos, ou seja, aqueles que “conhecem e ensinam” e os que “não conhecem e devem ser ensinados”. O termo bancário é utilizado em analogia aos depósitos burocraticamente realizados. Assim, o conhecimento seria depositado na mente dos educandos, sem qualquer tipo de reflexão ou intermediário, ao gosto do educador.

Neste ato educacional bancário – alienador e desumano – o educador apresenta os saberes e o mundo como algo inexorável, sem possibilidade de leituras plurais, “preto e branco”. Ainda, nesta concepção o oprimido é considerado incapaz, e deve ser moldado ao “mundo ideal do opressor”. De tanto ouvir sobre esta incapacidade, o oprimido crê nesta sentença, crê também que não há horizonte que não seja aquele desenhado pelo seu dominador. Desta forma ambos têm medo da liberdade. O opressor a teme pelo risco de perder seu controle absoluto, e o oprimido a teme por entendê-la como destrutiva à única realidade que ele conhece (FREIRE, 2011).

Para Sartori (2010, p. 135), a prática bancária pretende manter os oprimidos imersos a um mundo restrito, onde a reprodução é a forma correta de educar, mantendo os educandos como seres ingênuos e acrílicos, presos em falsos entendimentos das coisas, “[...] reprimindo a curiosidade, desestimulando a capacidade de desafiar-se, de arriscar-se, tornando-se um sujeito passivo”. Assim, a educação bancária trabalha pela formação de homens submissos. Nas palavras de Freire (2011, p. 83 e 84)

Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores. [...]. Para isto se servem da concepção e da prática “bancárias” da educação, a que juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de “assistidos”.

No entanto, como se saberá o homem um ser dominado, se ele não tem consciência de outra possibilidade? Apesar de complexa, a resposta para esta questão é: libertando-se. Libertar a si e aos opressores. Freire (2011) afirmou que a libertação não é assistencialista, mas sim uma oportunidade de construir sua própria visão, sua própria humanidade. Para que isto seja

possível, não se pode pensar na reflexão e na ação como movimentos isolados. Estas são, na verdade, atividades interligadas e complementares, pois não basta ficar apenas na reflexão vazia de atos, e tampouco se pode agir impulsivamente. Sem ambas, permanece-se na submissão, com elas se conquista a liberdade dos homens.

Através desta liberdade o homem se torna capaz de transformar o mundo, e são chamados por Freire (2011) de “homens-mundo”. No entanto, o autor (2011, p. 109) frisa que esta capacidade de mudança não é de exclusividade da elite dominante, ou dos educadores, “Precisamente por isso, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com a qual rouba a palavra aos demais”. Assim, todo homem deve pronunciar o mundo, a seu modo, em constante respeito mútuo aos pronunciamentos dos outros, criando uma realidade flexível, criativa, colorida e “ecológica”.

A concepção Libertadora – ou Problematizadora – da Educação prevê esta luta pelo direito criativo dos educandos. Freire (2011, p. 98) reitera que o homem deve se sentir desafiado para crescer e, conseqüentemente, desalienar-se. Os desafios requerem a reflexão “[...] sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente”. Assim, Sartori (2010, p. 135) complementa, explicando que

[...] o ato de problematizar é um ato dialético, uma vez que ao sujeito que problematiza é muito difícil que não se sinta comprometido com o processo que instaura. Na perspectiva problematizadora, a educação desafia a procurar a emersão das consciências, para que aconteça a inserção crítica do sujeito na realidade, facilitando a construção da consciência reflexiva e politizada acerca dos fios que tecem a realidade social.

A educação problematizadora se dá, principalmente, pela ação dialogal que pode levar o homem a uma transitividade crítica que, por sua vez, apresenta responsabilidade social e profunda reflexão e conhecimento dos problemas do mundo. Para tal, é preciso que este homem esteja livre de preconceitos e aberto ao novo (sem recusar o antigo). Dessa forma se caminha ao encontro da real democracia (FREIRE, 1999).

Através desta *práxis*, Freire aponta uma grande conquista política, social, cultural e histórica para os homens desumanizados pela opressão social: a emancipação. Segundo as ideias de Freire (2011), a emancipação é a ruptura com um sistema injusto e opressor e a conquista de sua autonomia. Moreira (2010, p. 146) afirma que

O processo emancipatório freiriano decorre de uma intencionalidade política declarada e assumida por todos aqueles que são comprometidos com a transformação das condições e de situações de vida e existência dos oprimidos. [...] O projeto de emancipação defendido por Paulo Freire também contempla o chamado

multiculturalismo, no qual o direito de ser diferente numa sociedade dita democrática, enquanto uma liberdade conquistada de cada cultura, também deve proporcionar um diálogo crítico entre as diversas culturas, com o objetivo de ampliar e consolidar os processos de emancipação.

No caso de as massas populares não atingirem este nível de consciência crítica, permanecem em um *status* que Freire (1999) chama de transitividade ingênua, onde a “mudança” ou a inércia são ditadas pela elite que os objetifica, os aliena e os cala. O que se vê nesta situação são homens vazios de si e do mundo, temendo a liberdade e pouco ou nada integrados com seus pares, desempenhando uma função de fantoche, muito útil, àqueles que os massificam.

Estes dois processos – antialogismo (dominação) e dialogismo (libertação) – passam por algumas fases possíveis de serem caracterizadas. Abaixo, insere-se um quadro demonstrativo destes estágios, inspirado nas ideias de Freire (2011):

Quadro 06 – Ações dos processos de Dominação e Libertação

<b>Processo Antidualógico – Dominação</b>	<b>Processo Dialógico - Libertação</b>
<b>Conquistar:</b> este ato implica a posse do dominado pelo dominador, sendo que este impõe àquele sua forma. Esta se dá de forma sistemática e com tom assistencialista;	<b>Co-laboração:</b> os sujeitos da ação transformam o mundo conjuntamente. Não há espaço para proprietarismo, e o ato se pauta na dialogicidade;
<b>Dividir:</b> dividir para manter a opressão, bem como sua hegemonia. Esta atitude enfraquece os grupos dominados, não permitindo sua organização;	<b>Unir:</b> união dialógica e acional dos dominados em busca da libertação, através da práxis e da transformação de uma realidade injusta;
<b>Manipular:</b> pactos não dialógicos que pretendem conformar os oprimidos aos objetivos e finalidades dos opressores. Este ato vem travestido de apoio e/ou amizade;	<b>Organização:</b> arranjo dialógico e sistemático das massas populares com o objetivo de libertação, através de ação revolucionária para transformar a realidade mediatizadora;
<b>Invasão cultural:</b> penetração no contexto cultural dos dominados, cerceando sua criatividade, moldando-os, e fazendo-os crer em um mundo e cultura unidimensionais.	<b>Síntese cultural:</b> superação da invasão cultural através da ação dialógica. É a saída da alienação e o empoderamento do seu próprio contexto cultural.

Porém, ao longo deste decurso nem todo oprimido segue para a libertação. Este fato ocorre, não pela falta de oportunidade revolucionária, mas, pelo conhecimento prejudicado que o homem tem de si e da realidade. Ser um “homem novo” na perspectiva do oprimido, é ser como aquele que o domina, “tornando-se opressores de outros” (FREIRE, 2011, p. 44). Assim, ao invés de alguém liberto, ele se torna um sujeito ajustado, e este ajustamento cria uma “aderência” deste ao opressor. Pode-se dizer que o indivíduo oprimido passa a admirar seu opressor e, portanto, deseja ser como ele. Para Freire (1999, p. 42), este ser ajustado “[...] vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e as suas decisões já não são suas, porque resultadas de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se”.

Até aqui, o estudo apresentou a figura do indivíduo oprimido/dominado, seu antagonista opressor/dominador, e as possibilidades libertadoras/revolucionárias que levam este sujeito à transformação de si mesmo e do mundo mediatizado, superando uma concepção “bancária”. Estes conceitos foram abordados pela perspectiva da Educação. Outrossim, vale advertir que a educação é plural, e se dá em lugares e de formas diferentes. No entanto, tradicionalmente falando, qual é a função da instituição escolar neste processo? Como a escola pode viabilizar a libertação? E quais os ganhos, para educandos, educadores e sociedade, com a implantação de uma perspectiva dialógica/problematizadora/libertadora na formação integral do sujeito?

Refletindo sobre estes questionamentos, traz-se para a discussão uma análise de Gadotti (2003) sobre a visão freireana da educação. Ele afirma que a educação não é somente ciência, mas também *práxis*; é criar vínculo, e não decorar conteúdo; é fugir da alienação e instaurar a esperança. No entendimento de Gadotti (2003, p. 110)

Os novos espaços da formação (mídia, rádio, TV, vídeo, igrejas, sindicatos, empresas, ONGs, espaço familiar, Internet...) alargaram a noção de escola e de sala de aula. A educação tornou-se comunitária, virtual, multicultural e ecológica e a escola estendeu-se para a cidade e o planeta. Hoje se pensa em rede, se pesquisa em rede, trabalha-se em rede, sem hierarquias.

Além disso, outro aspecto a ser considerado no processo educacional são os seus agentes. Educandos e educadores trazem consigo uma bagagem repleta de experiências pessoais, culturais, sociais e dialógica que não pode ser negligenciada no decorrer do ato de aprender e ensinar. Respeitar estas particularidades, bem como incentivar a criatividade, a curiosidade e a emancipação, são formas de possibilitar uma educação dialógica.

Neste sentido, Gadotti (2003, p. 117) sugere 7 teses fundamentais para o ato de educar, complementares às teorias de Freire:

- 1º: Aprendemos a vida toda;
- 2º: Aprender não é acumular conhecimento, mas saber onde, como e para que aplicá-lo;
- 3º: O importante é aprender a pensar;
- 4º: É o sujeito que aprende, e é através de sua experiência;
- 5º: Aprende-se o que é significativo;
- 6º: É preciso tempo para aprender;
- 7º: Aprende-se quando há um projeto de vida.

Com isso, percebe-se que a função da escola é oportunizar um mundo pluridimensional, onde o educando seja capaz de refletir sobre os fatos e possibilidades, criando seus próprios conceitos, fazendo suas próprias relações, valendo-se da sua criatividade, desejos e

necessidades. A escola não é um livro definitivo com cores pré-definidas, mas sim um desenho a ser colorido pelo aluno, com tonalidades que levam em conta sua consciência, experiências, e características socioculturais. Para viabilizar este modelo dialógico, a escola pode libertar-se de toda forma de dominação e opressão, trazendo ao ambiente institucional o respeito a todas às consciências de mundo, permitindo que professores e alunos se eduquem mutuamente em um processo de troca constante.

Ao atingir este ideal educacional é possível prospectar benefícios à comunidade escolar, bem como à sociedade de forma geral. A transformação – para melhor – da vida de todos os indivíduos, sejam eles alunos, professores, familiares, empregadores, ..., é uma busca constante da educação problematizadora. Cidadãos críticos, conscientes e reflexivos tendem a conseguirem condições financeiras satisfatórias, colocações empregatícias mais justas, além de contribuírem de forma mais efetiva para o desenvolvimento do meio onde se encontram através de soluções eficientes para a resolução de problemas, ou na criação de inovações. A liberdade permitiria a ascensão social daqueles que por muito tempo encontravam-se em situação de alienação, preconceito e privação (econômica, cultural, geográfica, entre outras), e colaboraria com o crescimento econômico e social de toda uma região, ações estas cerceadas pela concepção bancária da educação.

Ao observar a estreita relação da educação com os efeitos, positivos ou negativos, em todos os segmentos societários, nota-se uma incontestável característica interdisciplinar. A área pedagógica, através da educação libertadora ou problematizadora, lança o olhar para diversas outras áreas, como a linguagem, a sociologia, e a economia. A educação libertadora é, por sua essência, dialógica e, com isso, ela conversa diretamente com o viés social da ADC, sobre quem fala, com quem fala, como fala e porque fala. Já na dimensão sociológica, é possível ver as ramificações da educação no que tange ao funcionamento da sociedade humana, seus padrões, suas hierarquias, sua evolução e sua bagagem histórica, de maneira que o homem liberto seja agente ativo na construção do amanhã. Por fim, um indivíduo educado na perspectiva libertadora não é conformado e, tampouco, inerte. Assim, ele busca constantemente por melhorias, soluções e novidades – valendo-se de sua capacidade criativa - que possam transformar sua realidade e a si próprio, gerando crescimento e desenvolvimento econômico, social e cultural.

## 4.2 A crítica à razão metonímica: a contribuição sociológica através da Sociologia das Ausências

Compreender as relações sociais, o meio-ambiente e a profundidade de uma sociedade múltipla e de seus indivíduos plurais, exige uma reflexão a respeito da relação entre as ciências naturais e as ciências sociais, afirmando que estas sempre foram vistas como antagônicas, garantindo à primeira uma maior aceitabilidade científica em virtude da dificuldade do cumprimento do cânone metodológico da última (SANTOS, 2011).

Entretanto, nenhuma novidade nesta informação. Porém, ao longo de seu pensamento, Santos (2011) trabalha com a perspectiva de que há alguns obstáculos intransponíveis para a efetivação de um consenso paradigmático nas ciências sociais, uma vez que esta trabalha com fenômenos radicalmente subjetivos. Estes obstáculos dizem respeito à variabilidade dos dados e dos sujeitos. Não há, neste tipo de estudo, de acordo com Santos (2011), teorias explicativas fixas e nem leis universais, uma vez que os seres sociais mudam seu pensamento e comportamento constantemente, além disso, há a inevitabilidade da participação do pesquisador, que está inserido no contexto da pesquisa.

Dessa forma, parte-se destes pressupostos de sujeitos plurais e mutáveis para ratificar a ideia de Santos (2010) de que a sociedade atual está perdendo experiências ao negligenciar as diversidades ideológicas, como se houvesse apenas uma lógica que regesse o todo e suas partes (o que, inclusive, pode ser visto como uma das causas para o atraso das ciências sociais).

Propondo um novo modelo de racionalidade social, Santos (2010) faz uma crítica à razão indolente - fortemente difundida na atualidade, que se baseia em um conhecimento hegemônico, dominador, que descarta qualquer outro saber não científico. Santos (2010, p. 97) explica que “[...] a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros”. A razão indolente se constrói em quatro pilares:

- Razão impotente: quando se pensa que nada pode ser feito contra uma necessidade concebida;
- Razão arrogante: quando não age por pensar-se incondicionalmente livre;
- Razão metonímica: acredita que é a única forma de racionalidade totalitária, e ocupa as demais como matéria-prima;
- Razão proléptica: não pensa sobre o futuro, pois acredita saber tudo sobre ele.

Para esta pesquisa a razão metonímica tem maior importância pois, segundo Santos (2010, p. 97), ela se preocupa com “[...] uma homogeneidade entre o todo e as partes”, além de trabalhar muito com a dicotomia, a simetria e a hierarquia. O autor (2010, p. 99) argumenta que

“[...] a multiplicidade de mundos é reduzida ao mundo terreno e a multiplicidade de tempos é reduzida ao tempo linear”.

Ao não aceitar leituras diferentes e impor uma única consciência verdadeira, a razão metonímica reforça a divisão do mundo em Hemisfério Norte e Sul<sup>9</sup>, Ocidente e Oriente, dicotomizando a humanidade em certo e errado, bom ou ruim. Em um interdiscurso com a ação antidialógica de Freire (2011) e a hegemonia da fala na ADC de Fairclough (2001), Santos (2010, p. 100) afirma que

Porque é uma razão insegura dos seus fundamentos, a razão metonímica não se insere no mundo pela via da argumentação e da retórica. Não dá razões de si, impõe-se pela eficácia da sua imposição. E essa eficácia manifesta-se pela dupla via do pensamento produtivo e do pensamento legislativo; em vez da razoabilidade dos argumentos e do consenso que eles tornam possível, a produtividade e a coerção legítima.

Neste ponto, as ideias de Freire, Fairclough e Santos se encontram e ocorre uma intersecção entre elas. No momento em que a ideologia dominadora/opressora rejeita o que lhe é diferente, vê-se os três autores criticando a indolência desta racionalidade. Freire (2011) ratifica a versão de que o educador opressor deposita no educando um conhecimento invariável, pronto e socialmente aceito. Fairclough (2020) comenta que um discurso ideológico tende a dominar os mais vulneráveis. Já Santos (2010, p. 99) sustenta que há “[...] uma totalidade que, por truncada, tem de ignorar o que não cabe nela e impor sua primazia sobre as partes que, para não fugirem ao seu controlo, têm de ser homogeneizadas como partes”. Santos (2010) ainda afirma que a compreensão destas relações de poder e a radicalização das lutas por elas geradas são construídas na mente dos dominados como, sendo estes, indivíduos livres de dominação.

A racionalidade hegemônica, imposta pela razão metonímica, acaba funcionando como uma ferramenta de alienação, antilibertadora. No entanto, Santos (2010) apresenta um procedimento de superação para as heterogeneidades: a sociologia das ausências. Esta sociologia pretende transformar objetos impossíveis em possíveis, através da superação da monocultura do saber (critérios únicos e exclusivos de verdade), monocultura do tempo linear (sentido e direção única da história), monocultura da naturalização das diferenças (categorização hierárquica das populações), monocultura da escala dominante (universal e

<sup>9</sup> A razão metonímica apresenta uma hierarquia entre o que é válido/científico/elitizado e o que é descreditado/popular/primitivo. Por exemplo, acredita-se que a cultura do Norte geográfico (cultura europeia) tenha mais valor e seja mais produtiva que a cultura do Sul geográfico, vista como subdesenvolvida, improdutiva, estagnada. Percebe-se a relação direta entre colonizadores e colonizados, onde até hoje ambos continuam em seus papéis históricos de dominação (SANTOS, 2010).

global) e, por fim, a monocultura da produtividade capitalista (crescimento econômico inquestionável).

Conforme Santos (2010) se faz necessário, para evoluir da racionalidade indolente metonímica, a substituição das monoculturas pelas ecologias<sup>10</sup>. O autor apresenta cinco tipos de ecologias:

- Ecologia dos saberes: confronta a hegemonia com a identificação de outros saberes existentes nas práticas sociais, permitindo a discussão dos critérios de validação destes conhecimentos. Ainda, diz que não há saber geral e nem ignorância geral, uma vez que “a aprendizagem de determinados saberes pode implicar o esquecimento de outros” (SANTOS, 2010, p. 106).
- Ecologia das temporalidades: possibilita regras distintas do tempo social, que o autor chama de multi-temporalidade.
- Ecologia dos reconhecimentos: é a representação das diversidades sociais e culturais que lutam por sua emancipação e buscam por reciprocidade, ou por diferenças iguais.
- Ecologia das trans-escalas: afirma que não há globalização sem localização, e foge da universalização hegemônica, pois seria este, excessivo e fraudulento.
- Ecologia da produtividade: valorização de sistemas alternativos de produção, advindos de nichos de produção solidária, democrática, sustentável e equitativa.

Estas cinco ecologias possibilitam, de forma eficiente, a superação da histórica condição de dominação e alienação sofrida pela camada populacional mais suscetível a estes abusos. Em um viés educacional, atitudes ecológicas fortalecem o dialogismo e, conseqüentemente, a libertação dos educandos e dos educadores. Já no ponto de vista sociológico, as ecologias permitem observar o mundo de ângulos diversos, considerando todos os fatos e conjecturas como aceitáveis para os padrões de interações sociais, culturais e ambientais cotidianas.

A partir destas reflexões, esta pesquisa busca compreender qual o tipo de racionalidade presente na sociedade onde está inserido o IFRS, bem como o perfil ideológico desta instituição. Estes critérios serão relevantes para poder analisar o grau de influência e relevância social e econômica de uma instituição de ensino profissional e tecnológico para sua região de abrangência, bem como estes aspectos colaboram com o desenvolvimento local.

Estas evoluções qualitativas e quantitativas do homem consigo e do homem com o meio é o que Sztompka (2010) chamou de desenvolvimento social. Para o autor, este tipo de desenvolvimento possui 3 características: ser direcional (conhecer o ponto de chegada para onde se está andando), endógeno (a transformação parte de si – do homem e do mundo) e ter

<sup>10</sup> Santos (2010, p. 105) explica o termo Ecologia da seguinte forma: “Entendo por ecologia a prática da agregação da diversidade pela promoção das interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas.

estágios de avanço bem definidos (ter trajetórias pré-estabelecidas). Seguindo por este caminho, Sztompka (2010, p. 139) acredita que se atinja o progresso social, “[...] e que o caminho em sua direção consiste em melhoria, aperfeiçoamento, libertação ou autorrealização”.

Por hora, percebe-se que o desenvolvimento de uma sociedade está atrelado ao nível de instrução de sua população, tendo em vista que, quanto maior for a instrução das pessoas, menores serão os efeitos das desigualdades e injustiças enfrentadas, uma vez que este público, conhecendo seus direitos, lutará para garanti-los e poderá contribuir de uma forma muito mais eficiente no processo de crescimento local. Sem instrução, o indivíduo estará refém da realização de tarefas mecânicas, que não demandem pensamento crítico, ficando alienado de decisões estratégicas, ou ainda, sem a possibilidade de opinar em questões que digam respeito a si próprio.

Esta situação realça as condições para o surgimento das injustiças sociais, haja vista que as oportunidades econômicas, culturais, morais ficam comprometidas, sendo represadas nas mãos de um grupo minoritário, opressores, detentores do saber, posicionados nas classes mais altas da sociedade. Dessa forma, as desigualdades vão se fortalecendo, empoderando ainda mais aos já abastados, além de calar e enfraquecer aqueles marginalizados.

Mudar este cenário é tarefa da coletividade, independente de classe social, mas para viabilizar esta importante transformação é necessário que as pessoas busquem conhecer as garantias conferidas pelas leis, democraticamente elaboradas a fim de extinguir as disparidades sociais, afinal, o homem modifica o meio em que está inserido, conseqüentemente se transmuta, e nada disso acontece no silêncio e no conformismo.

Em uma perspectiva sociológica, Sztompka (2010, p. 136) já afirmava que “a mudança é uma propriedade fundamental da sociedade”, pois a estática social faz a vida parar em todos os níveis de complexidade. As mudanças são marcadas por ações sutis como o aumento ou redução no número de indivíduos, até mais complexas como as interações entre estes, sua posição no geoespaço e a capacidade de transformação do meio – por meio da revolução social. A superação das monoculturas também passa por questões mais ou menos restritas, como já pode ser observado.

Dessa forma, se faz aqui a crítica à razão metonímica. O processo de mudança para a transformação passa pela suplantação da opressão e valorização das diversidades, pela troca das monoculturas pelas ecologias e, finalmente, pela reflexão e consciência de um mundo plural. Todas estas etapas tornam possíveis coisas que pareciam impossíveis. Manter-se nesta racionalidade que negligencia a profusão de conhecimentos e experiências, faz do sujeito um ser passivo, insipiente e conformado. Este indivíduo metonímico permanecerá sob dominação

e à sombra de uma leitura de mundo que não é sua. Reconhecer que a ecologia é uma forma mais saudável para o homem e para o meio ambiente é o princípio da mudança. Este novo conjunto de saberes/ações/políticas múltiplas e democráticas vem para questionar práticas hegemônicas, uma vez “[...] que a realidade não pode ser reduzida ao que existe” (SANTOS, 2010, p. 115).

O conhecimento abre portas antes fechadas para a parcela menos favorecida da sociedade, e é através destas aberturas que o homem vai se desenvolvendo, desenvolvendo a sua comunidade, melhorando ideias pré-existentes, criando inovações,... No entanto, para que esta seja uma realidade, e não apenas utopia, deve-se frear toda concepção bancária da educação, não ser conivente com olhares indolentes dos opressores, valorizar todos os tipos de saberes, como mostrado por Freire e Santos. Esta ação é libertadora, e o saber é um caminho sem volta para um futuro melhor, mais generoso, politizado, onde a influência das instituições educacionais fiquem refletidas nas ações positivas de uma sociedade igualitária e sensível.

### **4.3 A perspectiva desenvolvimentista aplicada à esfera educacional: a contribuição econômica**

Ao observar o intenso fluxo das cidades percebe-se que estes centros apresentam uma interação vívida entre população, indústria e comércio. Esta interação é movida pelas necessidades e pelos desejos, que por sua vez movem a Economia. Mas o que é, efetivamente, Economia? Respondendo esta pergunta, Mendes et. al. (2015) afirmam que a Economia é uma ciência que faz parte de nosso cotidiano, podendo ser encontrada nas mais diversas situações rotineiras.

A Economia nasceu com o objetivo de auxiliar na administração doméstica, sendo estendida ao mundo comunitário posteriormente, segundo Mendes et. al. (2015). Assim, de acordo com estes autores (2015, p. 16) é possível compreender a Economia como “[...] a maneira de administrar os recursos disponíveis com o objetivo de produzir bens e serviços, e de distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade”. Esta conceituação abarca questões muito amplas como escassez, oferta, tomadas de decisões e produção.

A fim de tornar este processo vantajoso e rentável, a Economia estimula o aumento da produtividade, que faz aumentar o acesso e o consumo de bens e serviço por parte da população. Estas decisões mediadas pelo mercado, observados os critérios de escassez, determinam a distribuição destes produtos. No entanto, quando o mercado falha neste papel gerenciador e a

distribuição fica díspar, o Estado entra em cena e intervém na Economia (MENDES ET. AL., 2015).

Mendes et. al. (2015) ainda complementam este conceito afirmando que, quanto maior a produtividade de uma região, maior será o acesso de sua população a estes bens. Logo, esta região será, potencialmente, mais desenvolvida que aquelas com menos produtividade. Esta implicação leva à outra caracterização importante: o desenvolvimento. Para os autores (2015) este conceito está relacionado ao aumento da capacidade de crescimento ou expansão da produção de itens tangíveis e intangíveis, investindo nas potencialidades existentes.

Para compreender melhor este aspecto da Economia é preciso esclarecer o termo ‘desenvolvimentismo’, ou ‘perspectiva desenvolvimentista’. Para Fonseca (2015), o conceito está ligado ao viés político da Economia, o qual busca, conscientemente, mudar o rumo ou a situação de algo. Assim, Fonseca (2015, p. 51) explica

[...] entende-se por “desenvolvimentismo” a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Conceituar o desenvolvimentismo é, de certa forma, pretencioso. Além disso, ao se propor a criar um conceito, Fonseca (2015) afirma que nenhuma definição é permanente ou livre de polêmicas, mas que são apenas parâmetros mínimos para a formação de seu núcleo. Assim, o autor apresenta o que ele considera como núcleo principal:

Figura 06 – Desenvolvimentismo: núcleo comum principal



Fonte: FONSECA, 2015, p. 30.

Para ele o desenvolvimentismo é o entrosamento entre 2 (dois) fatos indissociáveis no sentido prático: medidas reais da política econômica (capitalismo) + conjunto de ideias que expressam as ideologias políticas (intencionalidade). Através destas ações, a busca inicial dos desenvolvimentistas era a superação do subdesenvolvimento (que estava associado ao atraso), e a melhora dos indicadores sociais. O autor ainda frisa a diferença entre o desenvolvimento, que tem um viés social, e o crescimento, que trata diretamente de produtividade.

Neste ponto percebe-se a primeira relação interdisciplinar da Economia. Mendes (2015, p. 11) já afirmava que “[...] a Economia precisa trabalhar interdisciplinarmente para poder enfrentar os desafios postos às análises econômicas, que requerem diagnósticos precisos”. Dialogando estreitamente com a Sociologia, vê-se que esta teoria desenvolvimentista possui uma preocupação com a distribuição equitativa de bens, as mudanças da sociedade, além de considerar questões históricas, sociais, culturais e institucionais.

Esta atenção social dedicada pela Economia é explicada por Chiarello (2015) como uma condição essencial ao desenvolvimento, uma vez que o capital humano (se bem instruído) pode contribuir diretamente para tal. No entanto, segundo Chiarello (2015, p. 241) para viabilizar esta contribuição é preciso “[...] investimentos em educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança. No que tange ao capital social, quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de interesses comuns, melhores condições de desenvolvimento”.

Pode-se pensar sobre este tema em uma abordagem regional ou endógena, onde as relações sociais são determinantes para o progresso socioeconômico de toda a região. Haddad (2008, p. 21) esclarece que este processo “[...] é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região”.

Para Haddad (2008), o desenvolvimento regional apresenta algumas etapas que perpassam por todos os estágios da ação:

- Inconformismo com desempenhos insuficientes nas áreas sociais, econômicos e de sustentabilidade ambiental;
- Diagnóstico técnico e político das causas dos baixos desempenhos anteriormente citados;
- Plano de ação (tecnicamente seguro) que mobilize os segmentos da sociedade civil, autoridades e instituições locais;
- Finalmente, implementação da ação com controle das atividades, avaliação dos resultados e possíveis ajustes necessários.

Além disso, Haddad (2008) também aponta as várias formas de capitais intangíveis que são determinantes para o desenvolvimento regional como, por exemplo, capital institucional, humano, cívico, social, sinérgico, cultural, cognitivo e simbólico. Para este estudo se dará mais atenção ao capital institucional (na figura do IFRS e do arranjo produtivo local) e humano (representado pelos discentes e egressos que aplicam o conhecimento adquirido no IFRS em suas atividades laborais), pois o objetivo da pesquisa é desvendar a relevância do IFRS no desenvolvimento local.

Neste sentido, Chiarello (2015) descreve uma sociedade desenvolvida – ou em desenvolvimento – como sendo aquela que consegue interagir em 3 (três) eixos institucionais: Universidade<sup>11</sup>– Empresa – Governo. Este modelo é chamado de Hélice Tríplice, e é através dele que a instituição educacional produz o conhecimento relevante à sociedade, cria inovações tecnológicas para as empresas, e insere o governo neste processo de crescimento e inovação. Sobre o papel da universidade/escola, Chiarello (2015, p. 242) afirma que esta deve “[...] estar sintonizada com as questões locais, formando uma rede de cooperação que propicie a interação entre os atores, adotando um comportamento cooperativo, facilitando as ações coordenadas e baseadas na confiança”.

Esta relação entre universidade e sociedade só foi possível porque a primeira acompanhou a complexa e plural evolução da segunda, suprimindo suas demandas de conhecimento e inovação. Em sua essência, a universidade contribui com a sociedade em 3 (três) frentes: pesquisa, ensino e extensão. Todas estas cumprem uma função social e, dessa forma, “A ação dialógica da universidade com seu entorno, se dá por sua essência, por ser uma instituição social, que ouve as demandas desta sociedade e partilha alternativas para minimizar os problemas encontrados e promover o desenvolvimento socioeconômico” (CHIARELLO, 2015, p. 244).

Para este autor, é indiscutível a colaboração das instituições de ensino no desenvolvimento local e regional, uma vez que contribuem de forma direta na economia, com qualificação de capital humano, geração de tecnologias, emprego e renda, além de fomentar o empreendimento, e indireta, com a circulação financeira de salários de funcionários e docentes, e gastos de alunos que vem de outras localidades para estudar e necessitam se instalar na região. Nesta perspectiva, Chiarello (2015, p. 245) explica “[...] que diversos serviços são acrescidos ao meio universitário, entre eles: livrarias, atividades de lazer, restaurantes, bares e infraestrutura de alojamento e transporte, desencadeando um processo de desenvolvimento e

11 Por questões de identificação será utilizada a expressão Universidade, visto o objeto desta pesquisa. No entanto, esta característica aplica-se a toda instituição de ensino, desde a educação básica, técnica e superior.

geração de empregos”. Para o autor, além de movimentar os serviços e comércios já existentes, a instalação de uma universidade pode atrair os olhares externos, agregando valor à localidade e atraindo novos investimentos e empreendimentos. Assim, Chiarello (2015, p. 244) resume:

O setor produtivo, neste contexto, demanda das universidades, a tecnologia, inovação e os recursos humanos para funções diversas, permitindo atuação eficiente no ambiente globalizado e de alta competitividade. [...] Fruto da presença ativa destas instituições na região é que se constata a instalação e o crescimento de outros empreendimentos, seja no setor de comércio ou serviços, gerando emprego, renda e melhores condições de vida à população, resultado no desenvolvimento e crescimento regional efetivo.

No mesmo caminho, Ayres (2018) explica que o economista vê a educação como algo útil ao desenvolvimento, visto seu caráter científico e técnico. Desta forma, a educação vem a ser um investimento que leva o homem à transformação social, deixando de ser apenas um bem de consumo. No entanto, Ayres também destaca que a discussão a este respeito passou por momentos de tensão, uma vez que educadores acusavam os economistas de negligenciar a educação por muitos anos, apesar daqueles há muito frisarem seu importante papel desenvolvimentista. Em contrapartida, economistas desconfiavam dos educadores por considerá-los conservadores demais ao processo econômico.

Este atrito e desconfiança começou a ser dissipado com o advento da Teoria do Capital Humano – que tem Theodore Schultz como principal teórico – onde se explica que “[...] da mesma maneira que um indivíduo investe em maquinaria, aqueles que investem em Educação incorrem em custos iniciais, tanto monetários quanto de oportunidade (ao deixar de trabalhar), esperando ganhos futuros que mais do que compensem a decisão”, conforme explica Ayres (2018, p. 29). Lins (2013, p. 18) explica de forma resumida esta teoria, afirmando que

Portanto, podemos resumir as ideias da teoria do capital humano da seguinte maneira: a diversificação e as melhorias tecnológicas da produção têm por consequência uma maior exigência de qualificação por parte das empresas. Sendo assim, aqueles indivíduos com conhecimentos economicamente relevantes seriam mais bem remunerados. Observa-se que aqueles com maior escolaridade, se tratando do ensino médio completo e do ensino superior completo, recebem os maiores salários, sendo concluído, desse fato, que a competitividade nacional está vinculada ao desempenho econômico dos indivíduos. Por outro lado, a observação das pessoas acerca da maior concorrência pelos postos de trabalho as incentiva a buscarem formas de se qualificar, como mais escolaridade ou conhecimentos economicamente relevantes. Em outras palavras, uma economia que conta com grande escolarização média e superior de sua força de trabalho é mais produtiva porque os mais escolarizados possuem maior qualidade em seu trabalho, se comparados a uma pessoa não escolarizada, isto é, tais indivíduos são mais requeridos intelectualmente e estão envolvidos em processos produtivos mais complexos tecnologicamente.

Esta teoria corrobora a ideia de que a Educação é um investimento. Quanto mais qualificadas forem as pessoas, mais produtivas elas serão, afetando diretamente seu padrão de vida e a sociedade em que atua. Além de alterar seu próprio *status*, o trabalhador habilitado produz com mais eficiência, menor ocorrência de erros, bem como maior lucratividade, o que reflete positivamente na economia local, desencadeando uma difusão de bons resultados em todos os setores. Certamente que a Educação não carrega a responsabilidade do desenvolvimento socioeconômico sozinha, pois este é um processo bastante ramificado e interdisciplinar. Porém, ela representa um elo importante neste sistema. Neste sentido, Ayres (2018, p. 70) conclui com um questionamento intrigante:

[...] ao Economista compete o interesse e a responsabilidade pelo tipo de conhecimento que está efetivamente sendo passado através da Educação. A importância da ciência e da técnica é indubitável. Entretanto, faz-se necessário o apelo: àquele que não está diretamente em conexão com a Educação do ponto de vista econômico, e está satisfeito com o amparo de que ela pode ser não só uma variável importante, mas a fundamental para o crescimento sustentado a longo prazo, fica a questão: qual sociedade o homem da técnica, capaz de construir e operar um foguete, estará sustentando a longo prazo, caso ele próprio não conheça seus próprios direitos e deveres como cidadão? Qual o homem que está sendo formado a favor da técnica e da ciência se, enquanto capaz de construir e operar um foguete, ele pode, ao mesmo tempo, ser capaz de discriminar e desrespeitar?

Em vista disto reflete-se sobre o papel formativo – tanto técnico como humano – das instituições de ensino. A formação integral é essencial para que o indivíduo compreenda a relação mundo do trabalho x mundo social. O sujeito trabalhador prepara-se/profissionaliza-se para atuar em suas tarefas, cria relações em seu ambiente laboral que transpõe o ambiente corporativo e recebe seus honorários que são usufruídos por ele e seu núcleo familiar. Com este consumo gera-se movimentação econômica em vários setores e, conseqüentemente, estes ganhos (maiores ou menores) interferem no estrato social e no desenvolvimento social e econômico de todos os sujeitos envolvidos neste processo (indivíduos – empresariado – comunidade). Isto posto, complementa-se que a formação humana e crítica é essencial para que este sistema complexo que é a sociedade funcione de forma justa, coerente, urbana e democrática, a fim de que todos os cidadãos tenham oportunidades equivalentes, com respeito às diferenças e com consciência para interpretar o mundo circundante.

A Economia, enquanto foco desta seção, se mostrou uma área significativamente interdisciplinar e, dessa forma, é possível construir uma ponte entre as teorias educacionais, sociológicas e econômicas, uma vez que todas apresentam a mesma aspiração: o bem-estar e o progresso do homem e da sociedade. Enquanto a Educação cria oportunidade de conhecimento, a Economia gerencia as oportunidades de crescimento e desenvolvimento através do

conhecimento. Já a Sociologia, por sua vez, explica esta relação entre o homem, seu conhecimento, suas potencialidades, suas fragilidades e seu meio.

#### **4.4 A análise de discurso crítica: a contribuição da linguagem**

É possível afirmar que a sociedade é constituída e caracterizada por seres que interagem socialmente. Esta interação ocorre, principalmente, por meio da linguagem escrita e/ou falada. A utilização deste complexo sistema de comunicação aproxima o homem de seus pares, como permite a ele transmitir suas ideologias, anseios e perspectivas. É através da linguagem, também, que se constrói o diálogo, e com ele as opiniões divergentes e convergentes, além de servir como ferramenta de convencimento ou dominação.

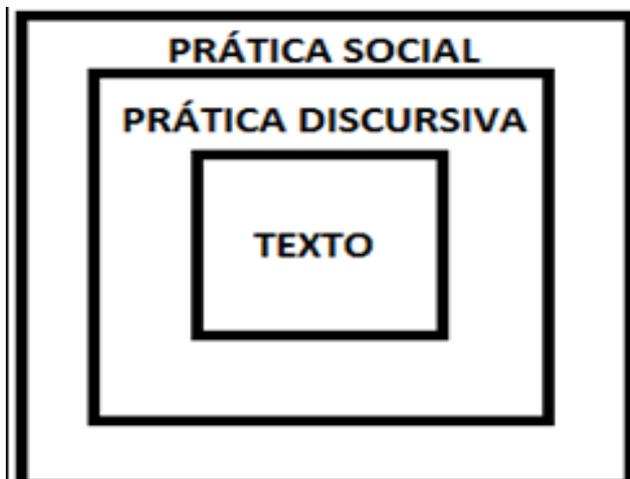
A linguagem carrega muito mais significado do que é possível interpretar sintaticamente, ainda mais se relacionada ao viés social da prática comunicativa. Mas como concatená-las? Primeiramente, observando quem são os indivíduos do discurso, e determinar de onde ele fala, como ele se comunica, e qual sua realidade de vida. Após, saber com quem ele fala, e se ambos estão em níveis sociais similares ou distintos. Por fim, tentar decifrar a carga ideológica da fala, presença de hegemonia, dominação e poder. Apesar de parecer, não é uma tarefa simples.

Estas relações comunicativas são de grande relevância para esta dissertação, uma vez que o levantamento dos dados será feito através de diálogos com os participantes, buscando conhecer suas opiniões e expectativas em relação ao objeto desta pesquisa, o IFRS – *Campus Ibirubá*. Além disso, este estudo se utilizará do “raciocínio dialético” descrito por Fairclough (2020) para explanar sobre a realidade colaborativa do *campus* em questão para com a sociedade a fim de construir um diagnóstico sobre sua efetividade, potencialidades e fragilidades. Assim, com a finalidade de interpretação das entrevistas, esta pesquisa utilizará a teoria de análise de discurso crítica (ADC), de forma a dar sustentação científica aos dados desta investigação.

De acordo com Fairclough (2001), tem-se nesta teoria a linguagem como ferramenta de uso social, moldada na interação entre os sujeitos que produzem textos com significados heterogêneos, sobrepostos e até contraditórios. Assim, os pontos estudados na ADC partem desde o texto e toda sua estrutura (vocabulário, gramática, coesão), a prática discursiva, sendo a produção, distribuição e consumo textual (força, coerência e intertextualidade), e a prática social, marcadas pela ideologia e pela hegemonia. Estes 3 (três) itens formam o modelo de análise tridimensional construído pelo autor, e como pode ser visto na figura abaixo, são

aspectos da comunicação que não ocorrem isoladamente, mas sim em um sistema inter-relacionado e dialógico:

Figura 07 – Modelo Tridimensional da ADC



Fonte: Fairclough (2001)

No entanto, em recente publicação, Fairclough (2020) afirma que, ao longo de 30 anos, sua metodologia de análise passou por transformações, e hoje se apresenta como um “raciocínio dialético”, ou seja, faz a crítica ao discurso relacionando-a às possibilidades de mudança social. Desta forma, a crítica da análise do discurso não é vazia em sua forma, objetivos e contribuição social, uma vez que a ideologia deixa de ser o centro do debate, e passa a ser parte do processo diagnóstico para a transformação social. Assim, o autor (2020, p. 31) explica:

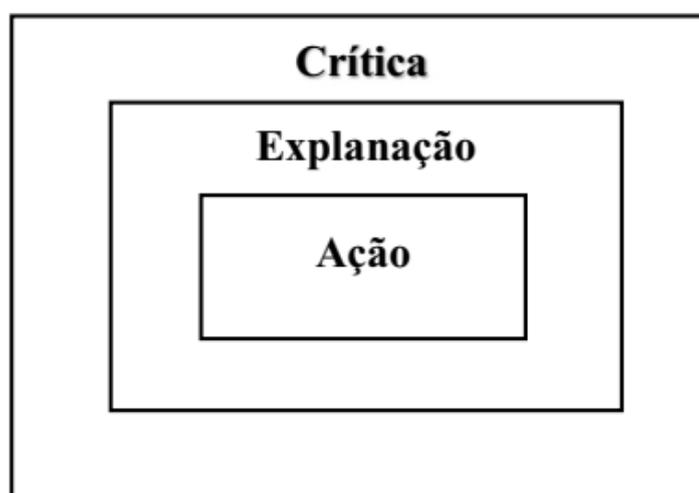
A ACD é uma forma de análise social crítica. Uma análise social crítica evidencia o modo pelo qual formas de vida social podem prejudicar as pessoas desnecessariamente, mas evidencia, também, o modo pelo qual essas formas de vida social podem ser modificadas. A contribuição da ACD está em elucidar como o discurso está relacionado a outros elementos sociais (poder, ideologias, instituições etc.); e em oferecer a crítica ao discurso como caminho para uma crítica mais ampla da realidade social.

Para o autor, a ideologia (termo chave da primeira versão da teoria) representa significações ou construções da realidade, em várias dimensões de sentido, carregadas por marcas históricas e convenções sociais. Fairclough (2001) trabalha a ideologia com base em três teorias, sendo elas: existência material nas práticas das instituições; ideologia como constituinte dos sujeitos; e os aparelhos ideológicos do Estado delimitando as lutas de classes. No entanto, a ideologia apresenta um problema de dominação das minorias, uma vez que as ideologias de maior poder e expressão se sobrepõem às demais.

Estas relações de poder e dominação são evidenciadas através da hegemonia, que Fairclough (2001) conceitua como a evolução na liderança econômica, política, cultural e ideológica de uma sociedade, imposta pela naturalização de um modo de pensar, articulando, rearticulando e desarticulando os discursos. Ainda, de acordo com o autor (2001, p. 122), “[...] hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento”.

Estas relações ideológicas e de realidade ficam mais evidentes ao serem abordadas de acordo com o “raciocínio dialético” (versão mais recente da metodologia de análise). Nesta perspectiva, Fairclough (2020) também apresenta um método tridimensional, que desta vez são formados pela crítica, explanação e ação. A crítica se constrói no contato imediato com a realidade analisada. No entanto, para que a crítica seja coerente e válida, é preciso explicar sobre os elementos sociais que compõem a situação em destaque. Por fim, traçar ações (ou políticas, de acordo com o próprio autor) de modificação para aquela realidade. A ADC, por vezes, não é ferramenta de operacionalização da mudança, mas o mapa que aponta o caminho para tal. Desta forma, é possível imaginar a seguinte evolução do modelo tridimensional:

Figura 08 – Possível evolução do modelo tridimensional da ADC



Esta metodologia de análise-explanação-ação é fundamental para a transformação social, pois os mais sutis problemas são detectados e superados após a reflexão de suas condições de surgimento, manutenção e reforço. Desta forma, percebe-se que há um vínculo estreito entre a realidade social e a cultura, uma vez que há, segundo Fairclough (2020, p. 33), uma “[...] preocupação com a reprodução da ordem social existente”. A cultura desempenha

uma função reprodutora e conservadora de práticas sociais que, em alguns casos, podem ser danosas a alguns grupos ou indivíduos.

Reforçando o viés interdisciplinar desta pesquisa, além da cultura, esta metodologia de análise se ampara em outras áreas como, por exemplo, na Pedagogia. “A análise social crítica é “transdisciplinar”; reúne disciplinas cujas características são facetas materiais de realidades sociais e facetas semióticas/discursivas” (FAIRCLOUGH, 2020, p. 33). Fairclough (2020) transcende a significação do diálogo, onde ele deixa de ser mero instrumento de comunicação para ser um indicador de poder. De acordo com Freire (2011), a linguagem, para estar em sintonia e atingir seu objetivo comunicativo social, deve ser acessível não somente a quem fala, mas a todos os envolvidos no processo comunicativo. Caso isso não ocorra, verifica-se a alienação. Esclarecendo, Freire (2011, p. 120-121) explica este fenômeno através da analogia do professor x educando, ou político x sociedade:

É que a linguagem do educador ou do político [...], tanto quanto a linguagem do povo, não existem sem um pensar e ambos, linguem e pensar, sem uma realidade a que se encontrem referidos. Dessa forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem.

Por este motivo se faz necessária a explanação da crítica e dos fatos relativos à realidade, através de uma argumentação prática sobre a situação atual e aquilo que deve ser feito para melhorar o cenário analisado. Estar imerso neste contexto faz com que a visão seja mais profunda e, conseqüentemente, as falhas sociais fiquem mais evidentes e menos negligenciadas. Freire (1999, p. 108) já mencionava que “Precisávamos de uma Pedagogia de Comunicação, com que vencêssemos o desamor acrítico do antidiálogo”. Com isso, a tendência de acerto das ações ou políticas são maiores e, com elas crescem as oportunidades de superar a alienação e a dominação por parte das elites.

Por fim, esta teoria auxiliará o presente estudo no que diz respeito à interpretação das ideologias, contextos e realidades, marcas pessoais, sociais e culturais dos participantes da pesquisa. A ADC também será oportuna na construção das possíveis respostas aos questionamentos levantados pela pesquisadora, oportunizando a análise da relevância do IFRS – *Campus Ibirubá* para o desenvolvimento econômico e social da sua região de inserção. Ainda, irá colaborar na concepção de ações ou políticas para consolidação ou adequação no trabalho pedagógico, profissional, social e humano realizado pela instituição.

Quadro 07 – Quadro síntese das teorias interdisciplinares

ÁREA E TEORIA	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR
Pedagogia / Teoria da Educação Libertadora	A atuação da Educação afeta de maneira direta a vida dos indivíduos que adotam o conhecimento como uma forma de melhorar de vida, em uma perspectiva social, cultural e econômica. Percebe-se esta relação na Teoria da Educação Libertadora, apresentada por Paulo Freire. A teoria diz que a Educação abre portas para que os cidadãos libertem-se das amarras impostas por aqueles que sempre os dominaram e os mantiveram alienados a um mundo plural, e com possibilidades maiores do que, simplesmente, perpetuar crenças, identidades, ideologias e atitudes de uma minoria opressora.	A Educação é um campo com vasta relação interdisciplinar visto que sua atuação pode mudar realidades em todos segmentos da sociedade, seja humano, social, cultural, ambiental, econômico, de desenvolvimento, etc. Os diálogos educacionais desta dissertação mostram as relações pedagógicas com a Sociologia (modificação da realidade imposta, e superação da dominação), com a Economia (contribuição na qualificação de trabalhadores, processos, lucratividade e retorno social), e com a Linguagem (análise do que se fala, como fala e por que fala).
Sociologia / Teoria da Sociologia das Ausências	A Sociologia tem um papel muito estreito ao da Educação, uma vez que permite ao sujeito, inserido em seu contexto, identificar-se e compreender-se como participante do processo social. A Sociologia das Ausências vem para fazer uma crítica à resistência indolente da hegemonia, que acredita existir uma verdade absoluta e inquestionável para um mundo singular, regido por uma racionalidade totalitária. No contraponto, a Sociologia das Ausências defende a substituição de monoculturas por ecologias, ou seja, acredita que o mundo é formado pela diversidade, historicidade, emancipação e dialogicidade.	As faces da sociedade podem ser observadas por diversos ângulos complementares. Pode-se pensar a Sociologia através da Educação e sua capacidade de transformação social, ou da Economia, que apresenta uma pluralidade de classes sociais e a mobilidade entre elas. Já a Linguagem remete à Sociologia quando se observa os diferentes locais de fala dos sujeitos, as variantes culturais e as cargas ideológicas e hegemônicas do ato de comunicação. Assim, é possível afirmar que a visão sociológica só está completa no entrelaçamento multidisciplinar, sob risco de uma análise superficial.
Economia / Teoria Desenvolvimentista	A Economia, sob a perspectiva do Desenvolvimentismo, apresenta a transformação de uma sociedade ou região para fins desejáveis, em um viés de crescimento que vai além do financeiro. Neste sentido, o capital humano auxilia diretamente neste processo, pois quanto mais capacitado for o indivíduo mais ele poderá contribuir no desenvolvimento. Assim, a Educação acaba sendo uma forma de investimento econômico.	O desenvolvimento gerado pela Economia passa pela qualificação dos processos, das pessoas, dos materiais, e das práticas socioculturais. A Educação vem como um investimento que proporciona retornos (não somente financeiros) à toda sociedade. A Sociologia caracteriza todas as camadas do tecido socioeconômico (bem como suas transformações), e a Linguagem é a ferramenta que provê a interação entre sujeitos e situações, necessária para qualquer processo de crescimento.
Linguagem / Teoria da Análise Crítica do Discurso	A interação humana se dá através da linguagem. A teoria da Análise Crítica do Discurso (ADC) faz a leitura da comunicação como uma ferramenta de uso social através do texto, da prática discursiva e da prática social. Esta teoria leva em consideração, principalmente, a ideologia de todos os envolvidos no diálogo, evidenciada pelo raciocínio dialético, que funciona como um mapa para a transform(ação) social.	A Linguagem relaciona-se com todas as áreas pela necessidade de comunicação interpessoal. Nesta pesquisa, o diálogo perpassa pela Educação como ferramenta de ensino, pela Sociologia como forma de exposição das condições e hábitos sociais, e pela Economia como força de convencimento, capacitação e estímulo das forças de trabalho.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A VOZ DO CAMPUS ATRAVÉS DE SEUS SEGMENTOS**

Este capítulo é destinado para a análise e discussão dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os participantes dos diferentes segmentos participantes da pesquisa. Como mencionado no capítulo metodológico, esta pesquisa se debruça sobre três esferas divergentes – porém complementares – ao processo educacional, com participantes docentes, técnicos administrativos e discentes (regulares e egressos). Os participantes não serão nomeados, por questões de confidencialidade.

A análise dos resultados se estruturou, em um primeiro momento, de forma isolada aos segmentos participantes, visando a construção do ponto de vista do grupo específico. Ao final, se fará a intersecção entre as partes, para uma discussão mais clara sobre os objetivos da pesquisa. Acredita-se que, desta forma, a compreensão do leitor será beneficiada, sendo possível desenhar um perfil social e ideológico dos participantes e compreender, com a ajuda da Análise de Discurso Crítica (ADC), as motivações, intenções e perspectivas nas respostas obtidas através das entrevistas.

A ADC será útil aos objetivos da pesquisa pois permite uma visão completa dos resultados coletados. A partir desta teoria é possível observar a fala (neste caso, as respostas dos entrevistados) por 3 diferentes ângulos: o texto a partir da sua forma, estrutura e variantes (em um sentido mais gramatical); a prática discursiva, marcada pela produção da fala e por quais mecanismos ela é entregue aos receptores (em uma perspectiva cultural); e a prática social, observando quem são estes entrevistados, qual seu local de fala, perfil sociocultural, e possíveis planos de ação para transformação da situação em questão. Esta análise também levará em conta as teorias interdisciplinares abordadas anteriormente, como um amparo de sustentação às ideias comentadas a seguir.

Destaca-se, ainda, que as entrevistas foram realizadas através de aplicativo de videoconferência em virtude da pandemia de COVID-19. Inicialmente pensada para ser realizada de forma presencial, a mudança na aplicação do instrumento foi necessária para manter a segurança e saúde de todos os participantes da pesquisa. A alteração não trouxe qualquer tipo de prejuízo ao estudo.

### 5.1 Análise dos resultados da esfera interna: Segmento Docente

O segmento docente desta pesquisa foi formado por 10 professores do IFRS – *Campus* Ibirubá, sendo 5 mulheres e 5 homens, com idades que variam entre 33 e 52 anos. A fim de manter o sigilo da identificação destes participantes, doravante serão chamados de Docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Dentre estes representantes do universo docente, 8 possuem título de Doutor (Docentes 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 10), e 2 o título de Mestre (Docentes 4 e 7), evidenciando o alto nível de instrução entre os participantes deste segmento. As referidas informações foram coletas na **pergunta 1** da entrevista, ao serem convidados a fazer uma breve apresentação pessoal e acadêmica.

O instrumento (Apêndice A) aplicado aos entrevistados deste segmento abarca questões relativas à identidade dos IFs e do IFRS, seu processo de ensino, preparação pedagógica, e a relação da instituição com a sociedade do município de Ibirubá, que buscam responder aos objetivos propostos nesta dissertação, como se verá a partir deste momento.

A **pergunta 2** da entrevista foi “Conhece e compreende a identidade de um Instituto Federal, e como a caracterizaria? ”, e as respostas foram, de modo geral, alinhadas ao que está previsto na Lei de criação dos Institutos Federais (IFs). Os principais pontos levantados foram que os IFs são instituições amparadas no tripé indissociável de pesquisa, ensino e extensão, visando uma formação completa ao estudante, sendo também mencionada a sua proximidade com a comunidade local, buscando atender suas demandas produtivas e sociais. Outro ponto muito lembrado foi a verticalização do ensino, oportunizando a permanência do estudante na mesma instituição desde a educação básica até a pós-graduação, o que permite que os jovens permaneçam em suas cidades natais, e lembrou-se, ainda, das licenciaturas, que devem ser modalidades presentes em todos os *campus*, na tentativa de sanar uma deficiência histórica na área educacional. Mencionou-se, igualmente, a interiorização da educação superior e técnica, ampliando o acesso a um público até então desassistido, e neste mesmo sentido, os participantes comentaram que os IFs possuem programas assistenciais que favorecem a permanência e o êxito de estudantes com algum tipo de vulnerabilidade social.

Os respondentes mantiveram uma familiaridade em suas análises, demonstrando que os docentes do *Campus* Ibirubá, em sua totalidade, conhecem a identidade dos Institutos Federais prevista em lei e documentos norteadores. No entanto, alguns dos participantes (3, 4, 6, e 7) mencionaram que ainda há um longo caminho de crescimento para a consolidação destas instituições, haja vista sua jovialidade. Também observaram que ainda se está pecando em

alguns aspectos, como na supervalorização do ensino superior em detrimento ao ensino técnico (integrados e subsequentes). Abaixo, trechos das falas de alguns dos docentes participantes:

Docente 3: “A essência dos IFs é uma luta histórica, [...] que é promover a inclusão. Ou seja, os Institutos Federais vieram para suprir essa lacuna, [...] para incluir os que, historicamente, ficaram excluídos do processo de educação. Só que, infelizmente, [...] não se tem, do ponto de vista prático, a clareza de qual é a missão dos IFs. A gente vê uma tentativa [...] de transformar os IFs em universidades, pela resistência de criar licenciaturas e cursos técnicos integrados e proeja. A gente fere radicalmente a essência de criação dos IFS. [...] Estamos nos afastando do documento de criação.”

Docente 8: “Somos uma instituição que visa promover o ensino de qualidade por meio da verticalização, e com olhar para o contexto regional, esse contexto em termos sociais, econômicos, ambientais, culturais. [...]. Outra característica é a descentralização, estar em inúmeras cidades do interior, não preciso ir a um grande centro para estudar, pensando como aluno. Além da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão [...].”

Na **pergunta 3**, “Compararia um Instituto Federal com uma Universidade Federal?”, houve divergência nas respostas. Os docentes 2, 3, 4 e 8 acreditam que não é possível fazer esta comparação, uma vez que os IFs são instituições com finalidades diversas às Universidades, visto as características previstas em sua lei de criação. A principal diferença citada por estes docentes foi a verticalização do ensino, pelo fato dos IFs ofertarem cursos desde a educação básica, como os cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes. Já os demais participantes (1, 5, 6, 7, 9, e 10) acreditam ser possível a comparação em alguns pontos, principalmente por ambas se tratarem de instituições de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, estes mesmos participantes reconhecem que há pontos de diferenciação, como o público atendido (educação técnica), a relação mais próxima entre professores e alunos pelo fato de serem *campus* menores nos Institutos, e também pela diferença de “idade” entre os IFs e as Universidades, sendo que os primeiros são muito jovens em relação às últimas. A seguir, algumas destas respostas:

Docente 1: “Compararia em alguma medida, [...] pois as Universidades também fazem ensino, pesquisa e extensão [...]”.

Docente 2: “Não. Em alguns pontos são comuns, eles têm proximidade, e outros não, pois temos públicos diferentes... A gente tem alunos do subsequente, alunos do ensino integrado... A gente tem pesquisa, ensino e extensão [...] Os servidores conseguem ficar um pouco mais próximos e dialogar com os alunos, e a Universidade é muito ampla, e não tem tantas relações. O Instituto é diferente, ele não é Universidade, pois está voltado ao arranjo produtivo local, fazendo

pesquisa mais aplicadas, perguntando o que importa para aquela comunidade [...]. Então eu entendo que é diferente.”

Em relação à **pergunta 4**, “Qual sua impressão a respeito do *Campus Ibirubá*?”, houveram respostas muito diferentes, algumas abordando questões mais técnicas, enquanto outras foram mais emocionais. De forma geral, os pontos levantados nas respostas abarcaram questões relacionadas ao quadro funcional, destacando o alto grau de comprometimento e responsabilidade de técnicos e docentes. No aspecto positivo também observou-se o crescimento do *campus* ao longo dos 10 anos de criação, tanto em número de alunos, infraestrutura, práticas pedagógicas, e na transformação social dos estudantes que passam pela instituição. Porém, também se mencionaram aspectos que merecem atenção para melhorias, como: ações institucionais não integram a comunidade, falhando na aproximação destes dois núcleos; neste mesmo sentido, frisou-se a necessidade de melhorar a relação entre família (pais e responsáveis) e instituição; apontou-se uma falha na comunicação e integração entre as áreas, chegando, em alguns momentos, a existir uma “rivalidade” entre estas; problemas de infraestrutura, como laboratórios e materiais, que prejudicam a expressão do potencial que existe na instituição; deficiência na área de controle e monitoramento de evasão, retenção e êxito de todas as áreas. Evidenciam-se estes pontos nos trechos transcritos abaixo:

Docente 3: “Acho que ele cometeu os mesmos erros que muitos *campus*, e muitos IFs do país todo cometeram, que foi a ânsia louca de criar cursos de graduação, e não tem estrutura mínima, e acaba deixando de lado nossa essência. [...] Eu vejo claramente que a gente entrou numa disputa de áreas pra cada um criar seu curso, como se isso fosse prioridade dentro do documento [...], às vezes é tanta mudança que não confere que a gente acaba se perguntando: será que é isso que tá previsto? Aí a gente lê o documento e vê que muitas etapas foram puladas [...]”

Docente 5: “Eu percebo um *campus* que, apesar de todos os problemas burocráticos que tem as questões públicas, é bem organizado. Sempre tem coisas a melhorar, mas é um *campus* bem organizado, que funciona bem, tem um corpo técnico e docente, que apesar de todas as dificuldades, tem uma grande maioria comprometida com o andamento do *campus* [...] o *campus* Ibirubá acolhe um público que ficaria desassistido da educação pública [...] que teria mais dificuldade em estudar, [...] acolhendo um público de nível socioeconômico mais baixo e de vulnerabilidade. Mas também percebo uma característica bem forte, de grupos que tem um nível socioeconômico bem elevado, em alguns momentos até tendendo a um espaço elitizado. [...] o *campus* poderia ter mais projetos e iniciativa de relação com a comunidade, principalmente nos contextos mais vulneráveis [...]”

Na **pergunta 5**, que foi “Como você analisa o tipo de ensino-aprendizagem proporcionada pelo IFRS?”, a grande maioria dos participantes afirmou que é um processo qualificado, e realizado por profissionais com índices de escolaridade acima da média, uma vez que o corpo docente é formado, basicamente, por mestres e doutores. Dessa forma, os estudantes sairiam da instituição preparados para as demandas do mundo do trabalho, e com competência crítica para a vida em sociedade. No entanto, quase todos os respondentes afirmaram que há questões a serem melhoradas, como problemas com infraestrutura (espaços, laboratórios, sala de aula, materiais,...), resistência de abordar determinadas temáticas (como a inclusão, sexualidade, questões raciais, ambientais...) tanto por parte dos professores como dos alunos, e da mesma forma há resistência de ambas as partes às novas metodologias e ferramentas tecnológicas – o que é contraditório, se tratando de uma instituição de ensino tecnológico -. Ainda mencionaram que, apesar de ser uma experiência interessante aos docentes, o fato de trabalhar com públicos tão plurais, é muito cansativo, desgastante e estressante, pois a preparação demanda muitas horas de trabalho e a construção de muitos materiais diferentes. Também foi mencionado pelos docentes 5, 6 e 8 que há uma atenção maior, talvez até uma dedicação maior, ao ensino dos cursos integrados, pois se acredita que os cursos superiores têm maior autonomia. Além disso, foi mencionado pelos docentes 6 e 7 que falta apoio pedagógico para sanar dúvidas a respeito do processo de ensino-aprendizagem. Vejamos: Docente 4: “A gente já evoluiu bastante [...], já teve formações e trabalhos com os docentes neste sentido de novas metodologias, novas formas de aprendizagem, mas ainda estamos distantes para uma instituição tecnológica [...]. Ainda temos muito a evoluir, mas realmente, nossos alunos tem uma educação, considerando as outras instituições, uma formação integral, para um cidadão que quer transformar, que quer mudança, que não aceita qualquer coisa da nossa sociedade [...]”.

Docente 9: Eu acho que esse é um dos grandes diferenciais do IF, [...] pelo fato de termos um número maior de horas e em termos de estrutura. [...] Acredito que podemos melhorar, a docência é um desafio, e cada um tem a sua particularidade [...].”

A **pergunta 6**, “Fale um pouco sobre seu planejamento didático-pedagógico, tendo em vista públicos tão diferentes em cada modalidade de ensino.”, foi respondida de forma muito particular por cada participante, por exemplo, o docente 1 aposta no estudo diagnóstico de suas turmas para adequar o atendimento a cada especificidade. Já os docentes 2 e 10 apostam, principalmente, em atividades práticas e de vivências do estudante. Os docentes 4 e 5 afirmam que é preciso aprofundar as temáticas a cada nível de escolaridade. Os docentes 3, 6 e 8 frisam que o planejamento pedagógico não é acabado, e que às vezes aquilo que você pensou não

funciona, e é preciso se reinventar, seja por resistência dos alunos, ou por falta de base escolar. Mas há um item que é unânime: o quão desafiadora é esta tarefa. Abaixo, alguns fragmentos destas falas:

Docente 1: “[...] Faço uma análise das turmas, um diagnóstico dos alunos, das dificuldades de cada um, e a partir daí eu tento trabalhar, na medida do possível e das minhas habilidades, com as turmas individualmente. [...] E procuro sempre ter um *feedback* deles, vou trabalhando ao longo do ano e fazendo avaliações, pedindo retorno [...]. É claro que com alunos que tem necessidades específicas a gente tem mais dificuldade [...]”

Docente 7: “As abordagens são totalmente distintas. No técnico a gente tem que andar de mãos dadas, vamos dizer. No superior eu tento dar um pouco mais de autonomia, “-Tente fazer sozinho e me procure.”[...] É uma experiência, e cada turma responde diferente, [...] é uma velocidade diferente, número de exercícios é diferente. [...] No integrado é mais cadenciado, se envolvendo mais com o aluno, [...] já no superior é mais corrido. [...]”

Em relação à **pergunta 7**, “Você acha que o ensino do IFRS proporciona ao estudante participação crítica e reflexiva nesta construção do saber?”, houveram posicionamentos semelhantes, mas não unânimes. Todos os docentes disseram acreditar que existem mecanismos para a inserção dos estudantes às esferas representativas e decisórias, bem como projetos, eventos e espaços para a discussão de temáticas transversais, como inclusão, gênero, sexualidade, política, meio ambiente,... No entanto, os participantes 3, 4, 5, 6, 8, 9, e 10, comentaram que, por vezes, este trabalho não se dá de forma completa, pois acaba ficando na esfera da teoria, quando na prática alguns servidores (docentes e técnicos) e estudantes evitam ou boicotam assuntos que são divergentes de seu ponto de vista ou possam gerar desconforto. Ainda os docentes 3 e 5 disseram haver dois polos dentro da instituição, que por vezes se chocam em um embate de força, onde cada um defende seu ponto de vista em detrimento ao outro, dificultando o pensamento crítico, maduro e respeitoso. O participante 4 observa que, na perspectiva da teoria, os professores desejam alunos críticos e questionadores, mas fora de sua sala de aula. O docente 6 afirma faltar preparação e instrução aos estudantes para esta participação representativa, e que estes espaços acabam sendo dados estatísticos ao invés de democracia. Os docentes 9 e 10 disseram que esta construção varia de acordo com cada professor, ficando mais evidente nas áreas humanas. Observe alguns trechos:

Docente 6: “Nós temos mecanismos que permitem a participação do estudante, mas nós não trabalhamos a formação do estudante pra que ele atue de uma forma crítica. [...]”

Docente 10: “Quanto à formação crítica, acredito que sim. Não tenho dúvidas... Eu fico um pouco estranho em falar disso... Nós somos muito metódicos na área técnica, e o pensamento

crítico não combina muito com metodologias (risos). [...] Isso quem pode te responder melhor são nossos colegas lá de História, Sociologia, Filosofia. [...]"

Em relação à **pergunta 8**, "Qual sua preocupação com a permanência e o êxito dos discentes do IFRS?", houve um ponto em comum em 7 das 10 respostas. Os docentes 1, 2, 4, 5, 6, 7, e 9 mencionaram que grande parte da evasão se dá pela falta de identificação com a área escolhida, ou pelo desconhecimento do que realmente se trabalha naquela área técnica. Isto ocorre, e muitos casos, pelo fato do aluno não buscar a formação técnica, mas sim educação básica de qualidade e gratuita. Assim, muitos estudantes chegam com expectativas que não são supridas pela instituição ou pelo curso. Para evitar este tipo de problema, sugerem melhorias na divulgação institucional, principalmente no período pré processo seletivo. Outros aspectos problematizadores para a permanência e êxito amplamente mencionados pelos docentes são problemas pessoais dos estudantes, além de questões relacionadas à emprego ou desemprego. Nestes casos, acredita-se que o controle de evasão foge da alçada institucional. Os participantes 1, 3, 5, e 6 apontam ainda que a exclusão, ou sentimento de não pertencimento, faz com que muitos estudantes, principalmente de baixa renda, desistam do curso por não sentirem-se à vontade em um ambiente que tornou-se elitizado. No entanto, algumas ações que minimizam estes problemas foram mencionadas, como a existência de bolsas de pesquisa, ensino e extensão, bolsas assistenciais à estudantes em vulnerabilidade social, comprometimento dos professores através de uma prática pedagógica adequada às necessidades individuais, além de um olhar cuidadoso aos sinais de desmotivação (por parte dos profissionais qualificados para este trabalho, como assistente sociais e psicólogos). Veja nos trechos abaixo:

Docente 1: "[...] Eu vejo que, geralmente, os alunos que evadem são alunos que tem outras questões... é preocupante, mas não sei se cabe a gente ou à Assistência (Estudantil) fazer algo sobre isso. [...] Em alguns casos há problema de aceitação em sala de aula, deles se sentirem acolhidos, [...] eles se sentem excluídos. [...] Alguns alunos evadem por que não se adaptam à área, não era o que eles queriam, ou foram só pelo ensino médio e não pelo técnico [...]."

Docente 3: "[...] Eu acho que a gente não tem feito nada pra isso. As ações que tem sido feitas, e eu não estou culpando ninguém e nem o *campus*, por que isso não é uma realidade exclusiva nossa, mas o que a gente tem feito neste sentido são ações muito superficiais, que não conseguem traduzir a complexidade da problemática. [...] Eu acho que as causas não são exclusivamente internas, [...] mas muitas causas estão relacionadas à escola mesmo. [...] A gente precisa de formação, se dedicar a entender esse sujeito, caracterizar esse sujeito, e partir de onde ele está [...]"

A **pergunta 9** questiona se o participante “Conhece a composição social e econômica da cidade de Ibirubá?”, e as respostas foram muito similares, onde todos revelaram ter um conhecimento limitado da constituição da cidade de Ibirubá, ou por falta de leitura sobre tal, por não residir na cidade ou residir há pouco tempo e não ter se apropriado da região, mas também por falta de inserção social. No entanto, os dez (10) docentes participantes fizeram uma caracterização a partir das suas impressões sobre Ibirubá, e concluíram – de forma unânime – que a composição econômica da cidade em questão é baseada na agricultura, e também em um importante polo metal-mecânico voltado ao agronegócio, além de comércio e serviços, porém em escala menos representativa. Além disto, foi mencionado pelos docentes 1, 3, 4, 8 e 10 que a cidade apresenta bons índices de IDH e PIB. Outro ponto amplamente caracterizado foi a clara divisão das classes sociais, sendo que alguns participantes disseram que o número de pessoas em vulnerabilidade social é muito pequeno, porém ela existe, mas acaba ficando “escondida”. A seguir, trechos das impressões destacadas pelos docentes:

Docente 9: “Acredito que tenho uma boa noção. Eu acho que a cidade de Ibirubá é uma cidade onde o principal desenvolvimento dela está relacionada à parte agrícola, juntamente com a indústria metal-mecânica. Ou seja, estas são as duas principais características do município frente à arrecadação, à questão de emprego, renda. Eu acho que o município de Ibirubá depende muito destas atividades, e por depender destas atividades que é um dos motivos de termos os cursos que temos no IFRS, [...]. É um município que temos pouco problemas na questão social, apesar de ter muito claramente esta questão de divisão de classes sociais, eu acho que aquela margem da população que está numa classe muito baixa ela é menor, comparada a outras cidades. [...]”

Docente 10: “Meu sentimento é, tanto é que eu não moro aí, então meu sentimento é de que é uma cidade que tem um IDH bastante alto. [...] Agora a questão de emprego, por ser uma região pequena e de poucos habitantes, tem muita indústria, e muita riqueza. [...] Eu acho que o que puxa tudo é o campo, por que vamos ver que tem indústria metal-mecânica pesada, mas voltada ao agronegócio, [...]”

Na **pergunta 10**, “Como você vê a relação IFRS x Sociedade?”, a maioria dos docentes demonstrou grande preocupação com o distanciamento entre estas duas esferas da pesquisa, sendo que apenas os participantes 5, 7 e 8 acreditam haver uma relação adequada entre o IFRS – *Campus* Ibirubá e a comunidade em questão. Estes dizem que a proximidade instituição x sociedade está sendo aprimorada ano a ano, apesar de ainda ser um pouco superficial e frágil em alguns quesitos. No entanto, veem as contribuições do IF como positivas para o município por contribuírem com o desenvolvimento econômico e social, visto a vinda de novos

moradores/consumidores (entre servidores e estudantes), contribuição de inovações para o arranjo produtivo local através do conhecimento lançado aos estudantes atuantes nestas áreas, benefícios gerais para a comunidade através dos projetos de pesquisa, ensino e extensão, diminuição da evasão da mão-de-obra qualificada, entre outros pontos. Em contraponto a este posicionamento, os docentes 1, 2, 3, 4, 6, 9 e 10 afirmam que a relação entre IF e comunidade é delicada e distante. Estes respondentes levantam questões de ambos os lados do processo: em relação à instituição, apontam um sentimento de superioridade desta em relação à comunidade, como se fossem detentores inquestionáveis do saber, e ainda, afirmam haver uma falha nos canais de comunicação da instituição, por vezes inacessíveis à população. Acreditam que deveria haver um empenho maior para atrair a comunidade para dentro do IF, a fim de que esta se aproprie de sua função, além de haver um olhar mais focado às demandas da comunidade, inclusive através do aperfeiçoamento de sua extensão. Já na esfera comunitária, um problema apontado pela maioria dos participantes é o preconceito político, por terem a instituição como tendo um posicionamento de esquerda (dada sua expansão durante as gestões do Partido dos Trabalhadores). Ainda, comentam que há uma sensação de roubo de espaço e emprego, uma vez que grande parte dos servidores concursados vem de outras regiões do Estado e do país. Por fim, os participantes afirmam que a comunidade não demonstra interesse em se envolver nas atividades do IF, desconhecendo seu caráter social, público e de gratuidade. Observe:

Docente 1: “Vejo uma relação não tão próxima, não sei se é uma questão do IF ou da sociedade, mas enfim, não vejo uma aproximação tão grande. Há um grande estigma da sociedade ibirubense em relação ao IF que talvez possa ter sido criada, ou não, pela instituição, [...]. Óbvio, os alunos que estudam lá, as pessoas que conhecem e sabem como funciona, mas quem não conhece tem um grande preconceito com a relação à criação dos Ifs, motivo pelos quais eles foram fundados, a relação com a comunidade, e tem questões políticas. [...], poderia ser um mais parte do outro. [...]”

Docente 6: “Eu acho que a gente pode fazer mais, tá. Eu acho que a gente se coloca muito numa posição como se a gente estivesse acima da comunidade, o que eu quero dizer que nós somos bons, já fazemos nosso papel na sua plenitude, e se vocês querem, que venham até nós. É uma analogia bastante simplificada, mas falta muito a gente baixar um pouco a bola e interagir mais com a comunidade. [...]”

Na **pergunta 11**, “Pela sua vivência, há procura da sociedade por parcerias com o IFRS?”, as respostas foram variadas, desde positivas, negativas, até sobre o desconhecimento do assunto. Os docentes 7 e 8 acreditam que há muita procura, e que em alguns casos não há como dar conta da demanda, seja por tempo, estrutura ou legalidade (já que muitos pedidos não

se encaixam em ensino, pesquisa ou extensão), sendo que neste último quesito é possível colaborar através de estágios. Os docentes 1 e 5 disseram não ter conhecimento sobre estas demandas. Já os docentes 2, 3, 6, 9 e 10 apontam para um cenário mais negativo, dizendo não haver ou haver muito pouco interesse da sociedade por parceria com o IFRS, inclusive frisando que as parcerias existentes são (geralmente) fruto do empenho e interesse institucional, não da comunidade. Estes participantes percebem certa resistência da cidade e das empresas em relação ao IF, certo desconhecimento sobre em que a última pode colaborar, ou um sentimento de que suas demandas não seriam suficientemente importantes (já que veem o IF como um espaço elitizado). Ainda, elencam outros agravantes como a infraestrutura do campus, poucos horários livres dos docentes e burocracia em excesso. Abaixo, algumas das respostas:

Docente 8: “Muita. Tem coisas que é nossa missão, que é nossa vocação, e que nos permite. E tem coisas que não é muito o foco. [...] Mas é interessante que eles nos procurem, pois tem coisas que a gente não pode fazer enquanto instituição, mas pode indicar um egresso, um aluno nosso que atenda [...]. É bom que eles nos procurem, porque a gente auxilia eles também, mas às vezes eles nos procuram por coisas que a gente não pode atender. [...] No Brasil e em Ibirubá eles ainda tem dificuldade de entender o que é pesquisa, que tem um investimento de risco [...]”

Docente 9: “Procura pouco, poderia procurar muito mais...dá pra dizer assim que procura quase nada. [...] Nós estamos numa região metal-mecânica-agrícola e nós não temos parceria com todas as empresas da região ou do município. Tipo assim, parece que preferem investir, ou fazer uma parceria com o IF somente com um viés de mercado, ou de *status*, vamos dizer assim. ‘Vou fazer uma parceria lá pra dizer que eu estou junto com o Instituto, mas não que eu queira ter uma parceria de muitos anos, onde ambos possam evoluir juntos. [...] Muitas vezes nós poderíamos ter uma situação até mesmo de recursos advindos destas parcerias pra desenvolver cada vez mais as atividades, mas acabam indo muitas vezes pra um órgão privado ou pra algum outro local por alguma situação que aconteceu ao longo da história. [...]”

Em relação à **pergunta 12**, “De que forma você percebe o interesse do público pelos cursos ofertados pelo IFRS?”, os participantes 1, 2, 6 e 8 responderam que há procura pelos cursos, mas com ênfase à área da Agronomia ou Técnico em Agropecuária, bem como à Engenharia Mecânica, por serem cursos de maior *status* profissional. Já as licenciaturas, técnicos subsequentes ou cursos da área da informática acabam não tendo tanta procura por serem relativamente novos, ou por terem uma carreira pouco valorizada. O participante 3 acredita que os cursos não abarcam toda a demanda, mas comenta que cursos concomitantes poderiam atender um público que fica desassistido. O docente 8 comenta que a pesquisa do Plano de Desenvolvimento Institucional demonstra que há interesse pelos cursos ofertados, mas

que também há demanda por áreas não contempladas nos IFs, mas que não são o foco desta instituição (que prioriza a área técnica, tecnológica e licenciaturas). Já os docentes 2 e 9 apontam uma procura pelos cursos do ensino médio integrado pela qualidade do ensino básico, e não por interesse pela formação técnica. Os docentes 1 e 4 apontam dificuldades no ensino subsequente, não só por falta de interesse na área, mas por ser um público diferenciado. Abaixo, a opinião dos participantes 5 e 7:

Docente 5: “Eu acho que sim, por que parte da seguinte ideia: quando foi construído o projeto do IFRS – *Campus* Ibirubá, e quando foram construídos os projetos pedagógicos dos cursos, eles foram construídos tentando levar em consideração uma demanda desse meio onde ele está inserido, ou dessa região. [...]. Por outro lado, o IFRS disputa com outras propostas pedagógicas de outras instituições, e que às vezes soa pro público que a proposta destas outras instituições são mais atraentes do que a do próprio Instituto Federal. [...] Tem alguns cursos com mais e outros cursos com menos [demanda]. [...] Os alunos do ensino médio, às vezes, escolhem o curso aleatoriamente por que eles querem mesmo é vir fazer o ensino médio. [...] Mas o curso que tem maior dificuldade e precisaria de uma atenção maior é o curso de Licenciatura, mas as licenciaturas não são só no IF [...], as licenciaturas sofrem a nível de Brasil, mas é em função da desvalorização da carreira docente. [...]”

Docente 7: “Acho que a gente tem casado bem essas áreas, por que uma área isolada é muito ruim, [...], Tem uma diversidade de áreas que consegue abranger muito mais gente. [...] A agro sozinha dá pra fazer bastante coisa, já a Agro com a Mecânica dá pra ampliar, e é o negócio da região. Mecanização agrícola é o forte da região, mas também, um monte de ferro não quer dizer tecnologia, [...] tecnologia tem que ter computação. [...]”

Sobre a **pergunta 13**, “Você acredita que os cursos estão de acordo com a realidade regional, e com os objetivos do Instituto Federal?”, nove dos dez participantes acreditam que os cursos estão alinhados com o arranjo produtivo local e atendem as especificidades institucionais apontadas nos documentos norteadores. Eles justificam suas respostas afirmando que o *campus* possui o percentual adequado de estudantes no ensino médio integrado, curso de licenciatura, cursos superiores alinhados ao perfil tecnológico, além de atenderem a verticalização, a interiorização e a interdisciplinaridade (através do diálogo entre as áreas). No entanto, estes mesmos respondentes observam questões a serem consideradas, como uma aproximação maior destas áreas às demandas sociais da região, a necessidade de revisão periódica das demandas e ofertas já que o contexto regional e suas necessidades podem se alterar com o tempo. Na contramão deste pensamento, o participante 3 afirma que os cursos não estão alinhados, uma vez que faltam campos de estágios adequados. Usa como exemplo o

curso de Ciência da Computação que não teria vínculo com o arranjo local. Já os cursos da área agrícola e mecânica atenderiam parcialmente a demanda regional, pois não se preocupam com questões sociais e das minorias, deixando uma lacuna significativa do público-alvo desassistida. Abaixo, trechos das entrevistas que abordaram esta questão:

Docente 2: “Eu acho que os cursos estão bem alinhados sim. Bem alinhados com o que é o arranjo produtivo local. Eu acho que sim, entendo que sim, por que segue a área da metal-mecânica que tem uma demanda, né. Segue a área da Agronomia, a área das Licenciaturas, então eu acredito que estamos sim bem dentro do que precisaria.”

Docente 4: “Eu acho que sim, Fernanda. Claro, talvez não no percentual que está lá na legislação, mas se nós considerarmos Ibirubá, nós temos cursos integrados, sendo que dos 10 cursos que nós temos, 3 são do Integrado, 2 são subsequentes, então são educação básica, e isso diz lá na lei de criação que 50% são educação básica, preferencialmente integrado. [...], temos 4 superiores, e no meu entendimento, enquanto Ibirubá, eles estão sim alinhados à região, à demanda regional, e também à lei de criação, [...] e atendem outro princípio, além dos 50% preferencialmente em cursos integrados, as licenciaturas, os cursos tecnológicos, também tem a verticalização, né. E eu acho que a gente não pode levar em consideração só um dos princípios, a gente tem que levar em conta todos os princípios. Então além desses dois, nós atendemos a territorialização, ou seja, a interiorização. [...]”

Sobre a **pergunta 14**, “Qual o tipo de profissional que devolvemos ao mundo do trabalho? E seria este, na sua opinião, o profissional que o mercado deseja?”, pode-se perceber respostas muito variadas. Muitos respondentes disseram não ter conhecimento suficiente para responder com convicção ao questionamento, outros afirmaram poder falar somente sobre sua área, no entanto, todos responderam de acordo com seu ponto de vista. Os participantes 1, 2, 4, 5 e 7 acreditam que os estudantes egressos do IFRS têm bom preparo técnico, qualificado para os desafios do mundo do trabalho, mas que também apresentam bom desenvolvimento humano, crítico e emocional. Frisam que muito depende de seu interesse em participar das atividades e projetos extracurriculares ofertadas pela instituição, e que contribuem grandemente para sua formação. No entanto, estes docentes veem que não é, exatamente, este tipo de profissional que o mercado deseja, uma vez que o mercado anseia por pessoas “robôs”, não questionadoras e não críticas, mas apenas bons sujeitos técnicos que operacionalizem suas tarefas. Já os docentes 3 e 6 acham que estamos pecando em ambas as esferas, não cumprindo com nosso papel social institucional, e nem atendendo a demanda do mundo do trabalho. Porém, o docente 3 frisa que para o mercado, o IFRS entrega o profissional perfeito: “Sim, senhor...Não, senhor...”. E os participantes 8, 9 e 10 veem que a instituição entrega à sociedade um profissional capaz, com

domínio técnico necessário (mas que ainda terá muito para aprender na vida prática), e com o diferencial de ter um pensamento mais amplo do mundo e da sociedade. E estes sim, acreditam que os profissionais egressos estão de acordo com o que o mercado de trabalho deseja. Observe: Docente 5: “Eu acho que o Instituto faz todo um esforço pra devolver pra sociedade, pra colocar no mundo do trabalho um bom profissional, com conhecimento técnico, com uma boa carga horária prática, inclusive de laboratório, [...], mas também, os Ifs tem uma preocupação de ter um bom profissional técnico, mas também tentar formar um ser humano com uma visão de mundo mais alargada. Tentar formar uma boa pessoa, que não saiba ser só um técnico ou um bom funcionário, mas que saiba ser uma boa pessoa para a sociedade. [...], eu entendo o mercado de trabalho mais restrito que o mundo do trabalho. No mundo do trabalho você vai interagir com o emprego, vai interagir com o trabalho e vai interagir com a sociedade, [...]. O mercado de trabalho, por ser mais rígido, mais fechado, não sei se é esse profissional que o mercado quer. [...] quer um profissional técnico, mas não quer que esse profissional pense muito. [...]”

Docente 7: “É difícil falar por todos os cursos, [...] eu acho que a gente entrega um profissional bem completo, mas claro, um cara graduado, um cara generalista, que tem uma base forte, mas não é um especialista. [...] Isso é o aluno que vai ter que buscar fazendo as atividades curriculares complementares, participando de seminários, que a gente também proporciona, [...], e tanto em formação cidadã, formação crítica. [...], então tem uma discrepância entre o que o mercado quer, e o que a gente forma. [...]”

Na **pergunta 15**, “Na sua opinião, expandir o número de cursos ofertados seria mais significativo que aprimorar os já existentes?”, as opiniões dos docentes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram de que é imprescindível consolidar os cursos que já são ofertados pela instituição, uma vez que há carências nestes (de infraestrutura, pedagógicas, de recursos humanos...), a fim de prezar pela excelência do ensino. Para tal, seria necessário ampliar e qualificar laboratórios, rever ofertas de cursos com baixa procura, analisar com cautela as demandas futuras, trabalhar questões de permanência e êxito dos estudantes e de verticalização. Outro ponto quase unânime é de que a expansão só pode ser considerada após fortalecer os cursos já ofertados, divergindo desta ideia apenas os participantes 3 e 7. Estes dois participantes entendem que a expansão é um erro, não havendo condições técnicas para tal. Abaixo, duas opiniões a respeito:

Docente 8: “Não. Na minha opinião não seria. Eu acho que a gente deveria fortalecer os cursos que a gente tem, e trabalhar para melhorar a permanência e o êxito, trabalhar nessa verticalização né, de ter uma especialização que eles possam fazer, por que a gente vê que nós, inclusive, temos mais áreas, outros *campi*. [...] Eu vejo assim, primeiro a gente tem que

fortalecer, tem que identificar essa questão da evasão, a questão da procura, a questão das cotas,... [...]"

Docente 10: "Se pudéssemos garantir a qualidade do que já oferecemos e expandir, pra absorver mais público, formar essas pessoas com uma consciência, nós estaríamos fazendo um grande bem à sociedade, tá. Só que pra expandir sabemos que é necessário recursos, [...]. Então eu acho que nós temos, pra esse período, manter o que temos, e já será grande coisa, [...], e se for possível mais adiante, claro, vamos expandir e fazer uma transformação, pra colaborar com a transformação do mundo...pro bem."

Finalmente, em relação à **pergunta 16**, "Você acredita que é possível o IFRS auxiliar no desenvolvimento socioeconômico do município? Em caso afirmativo, através de quais ferramentas? Em caso negativo, a que você atribui esta deficiência?", os entrevistados foram unânimes ao afirmar que toda instituição educacional tem este potencial, seja em um aspecto mais superficial ou mais profundo. O docente 3 comenta que há muitos pontos que deveriam ser revistos para que houvesse um impacto mais importante, e que ao longo dos anos erros foram perpetuados, como o reforço ao empreendedorismo e à meritocracia, não sendo este o objetivo da instituição. Ainda, este acredita que seria necessária a realização de formação aos profissionais do IF, do ponto mais básico e introdutório, a fim de que estes reconheçam a que vieram os Institutos Federais. No entanto, reconhece que, por mais precária que seja, a educação sempre produz algum resultado, mas que o IFRS poderia fazer mais. Os demais participantes (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) creem que o IFRS – *Campus* Ibirubá está colaborando com o desenvolvimento da região, e principalmente com o município onde está instalado. Inúmeros fatores foram ressaltados para ratificar este posicionamento como, por exemplo, a retenção de profissionais qualificados com formação técnica e superior na cidade e região, uma vez que antes da implantação do *campus* estes migravam para centros maiores a fim de estudarem, e dificilmente retornavam. Além disso, foi apontado como fator relevante o conhecimento que estes estudantes levam da sala de aula para aplicarem em suas rotinas profissionais, colaborando com o desenvolvimento do mundo do trabalho. Extrapolando a esfera profissional, lançou-se luz à melhoria de vida causada aos estudantes que se tornam mais competitivos na busca por melhores empregos e remunerações, impactando positivamente em sua vida pessoal, qualidade de vida e satisfação profissional. Em uma dimensão socioeconômica para o município, os entrevistados afirmam que a vinda do *campus* trouxe consigo um grande número de pessoas (servidores, alunos, familiares...) que movimentam financeiramente a cidade, aplicando seu dinheiro no comércio e serviços locais, trazendo rentabilidade até àqueles que não tem envolvimento direto com o IFRS. Ainda, os projetos de pesquisa, ensino e extensão foram

citados como fomentadores de desenvolvimento, mas os docentes 3, 4, e 8 comentam que ainda se deve melhorar neste aspecto, buscando uma integração maior entre instituição e sociedade. Por fim, o relato do docente 10 se mostra significativo, uma vez que ele próprio afirma ter vivenciado este poder transformador das escolas técnicas, tendo iniciado seus estudos no extinto Cefet, e considerando este um fator determinante para seu sucesso profissional e pessoal. A seguir, mais dois relatos de docentes acerca deste questionamento:

Docente 2: “Muito. Por que no momento que a gente começa a trabalhar as tecnologias [...] a gente vai fazer com que evolua, e trabalhando também com estas questões que a gente trabalha como um todo do estudante, [...] que vai evoluir também o lado social. Eu acho que isso não é um trabalho de 1 ou 2 anos, ou 5, ou como agora de 10 anos, talvez seja um trabalho que a comunidade vai sentir em 20 ou 30 anos. [...] eu tenho um relato de uma estudante que participou comigo de um projeto de pesquisa que ela me disse: “Professora, muito obrigada, por que foi graças ao estudo e por ter participado dos projetos de pesquisa que hoje eu tenho um trabalho, e o meu primeiro trabalho”. E este é um exemplo muito comum, pois também temos muitos alunos seguindo pro mestrado, como ingressando no mercado de trabalho a partir da experiência e do ensino ali no IF. [...]”

Docente 4: “Eu acredito muito que sim, tá, por que uma das questões que contribui muito com isso é justamente podermos contribuir com a formação técnica e superior dos nossos estudantes e eles permanecerem onde estão, por que o que acabava acontecendo com os estudantes do interior: acabava que ele ia embora e não voltava mais. Tendo um Instituto ali, os profissionais que estão se formando vão permanecer na cidade, vão permanecer na nossa região, e isso contribui significativamente para esse crescimento econômico e social, principalmente por que a gente trabalha com a indissociabilidade de todas estas habilidades que ele desenvolve, das competências que ele desenvolve, quando ele busca resolver uma demanda, e por isso que eu acho que a gente precisa intensificar ainda mais estas parcerias em termos de extensão. [...] Mas estes projetos só vão ser efetivos quando a gente envolver a comunidade, e esta comunidade se sentir parte da instituição, e quando nosso estudante, que é parte da comunidade, resolver demandas que não seriam resolvidas se não tivessem esta possibilidade. [...] Se a gente for avaliar, a gente já percebe diferenças, por mais sutis que são, mas já se percebe diferença”.

Ao fim da exposição das respostas à entrevista no segmento ‘professores’ passa-se à fase de análise, tendo como base a análise crítica do discurso e amparando-se nas teorias base desta dissertação. Inicialmente, observando questões relativas ao texto, é possível verificar que o público deste segmento apresenta excelente domínio da língua, construindo frases bem elaboradas e organizadas, e com facilidade de compreensão aos questionamentos. Pode-se

inferir este dado pelo alto nível de instrução destes participantes, como evidenciado na pergunta 01. Já no quesito de prática discursiva, vê-se uma construção de respostas muito adequadas à discussão, produzidas no sentido de serem diretas ao objeto do estudo a fim de serem o mais úteis possíveis para a pesquisa, conseguindo manter um diálogo entre os questionamentos, o que colaborou para uma entrevista fluida e sequencial. A fala dos participantes é elaborada de acordo com as vivências particulares de cada um, principalmente segmentada pela sua área de atuação, sendo que em alguns momentos suas respostas eram direcionadas a seus cursos de origem. Isto ressalta que em determinadas situações há um certo grau de isolamento e falta de diálogo entre as áreas formativas trabalhadas no *campus*. Também se percebe que os locutores se sentem à vontade para discorrerem a respeito da instituição, independente de qual seja seu ponto de vista (favorável ou contrário), pois acreditam ter conhecimento de sua estrutura documental, física e social. No entanto, percebe-se nas respostas iniciais que há uma lacuna formativa nesta direção, pois ao serem questionados sobre a identidade e finalidades dos IFs muitas respostas foram vagas ou superficiais e, por vezes, equivocadas ao compararem a instituição em estudo com as universidades públicas, visto que seus objetivos e finalidades são em muitos aspectos diferentes, como já apontado em capítulo anterior.

Por fim, ao analisar a prática social da fala destes entrevistados, observa-se marcações ideológicas e hegemônicas evidenciadas em suas falas. Primeiramente, fica claro que grande parte dos docentes acreditam que o trabalho realizado pelo *campus* Ibirubá seja bom e de acordo com a previsão normativa. No contraponto, sendo uma minoria, vê-se alguns posicionamentos contrários, afirmando que há muitos equívocos no desempenho de suas atividades, começando pelo desconhecimento das características, objetivos, finalidades e missões mais básicas apontadas na lei de criação dos Institutos Federais. No entanto, vale mencionar que todos os participantes, em algum momento da entrevista, apontaram problemas por parte do IFRS, de forma mais branda ou incisiva, demonstrando não haver mascaramento das deficiências. Sobre a relação instituição x sociedade, o que se vê a partir das respostas dos docentes é um grande distanciamento entre estas esferas, ficando evidente nas falas que estes percebem suas falhas na construção deste vínculo, uma vez que em diversas passagens citaram suas dificuldades na realização de projetos pela excessiva carga horária de aulas impostas a cada um. Porém, foi mencionado que pode haver uma parcela de responsabilidade da própria comunidade ibirubense neste afastamento, uma vez que ela não procura a instituição para formar parcerias e em dados momentos cria pré-julgamentos políticos sobre o IFRS.

Estas questões trazidas pela análise da prática social apresentam posicionamentos ideológicos individuais de cada participante, e ao longo das entrevistas foi possível perceber

traços de valores políticos, sociais, econômicos e intelectuais. Muitos docentes atribuem a questões políticas de esquerda ou direita a dificuldade de relação entre Ibirubá (citada como fortemente de direita) e o IFRS (instituição que foi expandida por uma política educacional de um partido de esquerda). Outro ponto citado foi a questão econômica da cidade de Ibirubá que, por apresentar índices positivos em vários indicadores socioeconômicos, não apresentaria de maneira tão evidente os reflexos causados por uma instituição de ensino técnico e tecnológico. Em outros termos, alguns entrevistados acreditam que comunidades com maiores vulnerabilidades sociais e econômicas sentiriam os efeitos da educação pública de maneira mais contundente, uma vez que esta seria sua oportunidade de qualificação, não sendo viável cogitar o ensino privado.

Para uma análise completa se deve considerar não apenas o dito pelos participantes, mas também aquilo que é omitido, negligenciado ou esquecido. Como já mencionado, os Institutos Federais possuem cursos de nível técnico, superior e pós-graduação. No *campus* Ibirubá há cursos técnicos integrados, técnicos subsequentes, superiores e pós-graduação (sendo estes de oferta irregular, sem ingresso todos os anos), e no decorrer das entrevistas os integrados e superiores foram constantemente citados, sendo que os cursos subsequentes não foram lembrados pela maioria dos docentes. Este olvidamento pode ser fruto de uma hegemonia criada dentro do próprio *campus*, onde os cursos de maior *status* (integrados e superiores) se sobressaem àqueles com menor procura. Neste caso, é perceptível certa desatenção com um grupo imprescindível ao desenvolvimento local (objetivo explícito na lei de criação dos IFs), uma vez que grande parte destes alunos atuam ou atuarão no setor industrial da região. Esta indiferença aos cursos subsequentes causa preocupação, uma vez que são estes que apresentam o mais alto índice de evasão do *campus*, de acordo com dados coletados no Sistema Acadêmico do IFRS, bem como, são estes estudantes que levam maior tempo em relação ao prazo sugerido para a conclusão do curso, retardando o alcance do êxito acadêmico.

## **5.2 Análise dos resultados da esfera interna: Segmento Técnico Administrativo em Educação**

Os técnicos administrativos em educação, doravante denominados TAEs, representam os servidores que não atuam na docência da instituição, mas em tarefas administrativas, de laboratórios, pedagógicas, e práticas na função-fim do IFRS, que é o ensino. Os 5 (cinco) representantes deste segmento foram sorteados, sendo 3 (três) do sexo feminino e 2 (dois) do sexo masculino, e suas funções são desempenhadas nos mais variados setores institucionais. O

nível de escolaridade dos TAEs, de modo geral, é bastante elevado, contando com doutores, mestres e especialistas. A escolaridade apresentada pelos participantes são: 2 (dois) especialistas, 2 (dois) mestres e 1 (um) doutorando. Suas idades variam entre 28 e 44 anos, e todos tiveram experiências profissionais em setores privados antes de sua nomeação em concurso público. Estas informações foram colhidas no **ponto 1** da entrevista, “Breve apresentação pessoal, trajetória acadêmica e profissional”.

Na **pergunta 2** “Conhece e compreende a identidade de um Instituto Federal?”, os 5 (cinco) entrevistados afirmaram conhecer a instituição, fazendo relatos de algumas características que constam em sua lei de criação. O participante 1 comenta que os IFs têm um papel social de atendimento a pessoas de classes sociais mais baixas, a fim de inserir estas pessoas de forma mais rápida e qualificada ao mercado de trabalho. Já o participante 2 menciona que os Institutos são o fruto de compensação de uma dívida histórica com a formação técnica. O participante 3 diz que uma das principais características dos IFs é a formação humana além de técnica, tornando seus alunos cidadãos críticos, além de profissionais qualificados. Na opinião dos TAE 4 e 5, a função dos IFs é a interiorização do ensino, colaborando para que não haja evasão profissional do interior e com o desenvolvimento destas regiões. Vê-se nas respostas destacadas:

TAE 1: “Acredito que os Institutos Federais, de acordo com a sua lei de criação e também baseado nas escolas técnicas dos quais eles são originários, eles têm uma identidade voltada a atender as pessoas de classes sociais mais baixas e que necessitam de uma formação profissional mais rápida para ter uma atuação mais dinâmica no mercado de trabalho e também conseguir posições melhores, uma colocação melhor neste trabalho.”

TAE 3: “Eu estudei, fiz o mestrado nesta área, sobre a educação profissional, na área dos Institutos Federais, e os Institutos Federais, minha compreensão teórica e da minha vivência profissional, a identidade que ele assume hoje, na atualidade, é uma identidade voltada tanto pra formação humana quanto a formação técnica, onde ele atua como protagonista, voltado ao mundo do trabalho. É uma identidade onde ele consegue acolher uma minoria social, ou deveria acolher uma minoria social, que muitas vezes a própria universidade não dá conta, as escolas não dão conta, então é essa parcela da população que está aquém do ensino, está distante deste universo que produz um sujeito diferenciado lá fora. Então, um sujeito que ao mesmo tempo consegue compreender o seu universo como sujeito crítico, né. Então hoje, na atualidade, essa não é uma educação do fazer, é uma educação onde exige o teu pensar, um pensar crítico, autônomo, de um sujeito que consiga compreender o universo onde ele está. [...] Então hoje, essa identidade do Institutos Federais é uma identidade que eu vejo que às vezes é até

contraditória, se tu pensar hoje o *Campus* Ibirubá a gente tem uma grande parcela da população que é bastante rica né, assim em termos, classe média. E por quê disso? Por mais que a gente implementou o programa de cotas né, por mais que a gente tem programas que promovam sujeitos em maior vulnerabilidade de estar dentro do IF, ainda é uma população que não tem acesso a nós. Então eu acho que falta uma base anterior ao Instituto Federal. [...] Eu acho que a nossa maior dificuldade está ainda naquele sujeito que a gente consegue colocar pra dentro do IF, consegue atender ele através do sistema de cotas, programa de benefícios, mas a gente não consegue atingir a permanência deste estudante.”

Em relação à **pergunta 3**, “Compararia um Instituto Federal com uma Universidade Federal?”, houveram 4 respostas negativas e 1 positiva. Os TAES 1, 2, 3 e 5 veem os propósitos de ambas instituições como diferentes, cada uma atuando no seu ramo, sendo que os objetivos dos IFs são de uma educação profissional e tecnológica que abarque também cursos de nível médio, diferentemente das universidades. Ainda apontaram que as universidades têm um viés mais academicista que os IFs, e que o último, por ser multicampi (com *campus* menores), consegue ofertar uma formação humana mais eficiente. O participante 5 ainda lembra que, equivocadamente, os IFs buscaram se equiparar às universidades atendendo fortemente ao ensino superior e pós-graduação, enquanto o foco deveria ser nos cursos técnicos e tecnológicos. No entanto, o participante 4 acredita ser possível a comparação dado seu quadro funcional e sua atividade-fim, mas ele frisa duas diferenças relevantes: orçamento (que nos IFs é menor) e pesquisa (que não é tão maduro nos IFs). Abaixo, dois destes relatos:

TAE 4: “Eu acho que é possível a comparação, por que o que acontece: primeiro, o quadro funcional né, um professor da universidade ou do Instituto tem a mesma qualificação, e às vezes até superior que das universidades, e os técnicos administrativos também, tá no mesmo patamar. Nós temos qualificações e temos caminhada na área privada que a gente traz que acaba agregando bastante. A única diferença é a questão de valores, de verbas, de orçamento, que nas universidades é muito além, e nós sempre com orçamento muito reduzido. Então a gente não consegue focar muito em pesquisa, né, e o que diferencia assim pra nós é a pesquisa em relação às universidades, mas tanto de local, de estrutura né, às vezes a gente tá melhor que a universidade [...]”

TAE 5: “Eu acho que...como posso dizer...eu acho que por um erro, na minha singela opinião, um erro de gestão dos Institutos Federais [...] querem se comparar a uma universidade, e eu acho que os objetivos na sua raiz não seria este, mesmo sendo multiníveis, eu acho que os Institutos deveriam se deter em qualificar muito mais os cursos técnicos e de graduação, e não

pensar nas especializações e nos mestrados. Cada um, mesmo que em muito se confluem, cada um dentro do seu quadrado.”

A **pergunta 4**, “Qual sua impressão a respeito do *Campus Ibirubá*?”, levantou uma diversidade de opiniões que se complementam. O participante 1 comentou que, apesar de buscar cumprir a legislação prevista a respeito de oferta de níveis e cursos, o *campus* procura se equiparar às universidades, perdendo seu perfil técnico e tecnológico pelo viés academicista. O participante 2 também mencionou que o *campus* Ibirubá procura cumprir com a legislação, mas complementou afirmando que há deficiências em questão de estrutura e de planos didáticos pedagógicos que necessitam ser revistos. O participante 3 diz que a educação profissional deve dialogar com o mundo do trabalho, mas que o *campus* não está aqui para satisfazê-lo. Dessa forma, este afirma que é preciso repensar linhas de atuação, reencontrar a identidade institucional e se voltar mais para a população mais vulnerável. Enquanto isso, o participante 4 acredita que a instituição está bem estruturada e que se trabalha bem com o que tem, apesar da limitação orçamentária, mas que poderia organizar melhor os ambientes práticos de aprendizagem, pois crê que o ensino está ficando muito restrito ao teórico. Por fim, o participante 5 menciona que o *campus* está bem alinhado com a economia regional, mas que apresenta fragilidades na pesquisa e formação dos servidores, o que prejudica o retorno de resultados à comunidade externa. Vê-se abaixo:

TAE 2: “Eu penso que em termos de estrutura, [...], eu penso que, claro, tem muitas coisas a ser melhorado ainda, eu penso que as salas de aula ainda não comportam bem aquilo que a gente, falando de um caráter mais pedagógico agora, tem que considerar que as salas de aula ainda são meio apertadas né, em termos de estrutura física. Mas eu penso que tem melhorado muito a nossa estrutura do *campus* Ibirubá, e eu não diria assim com certeza “Ah, ela atende”, em termos de infraestrutura, eu diria que ela atende às necessidades do que nós ofertamos, agora, se nós fôssemos ofertar a mais, eu penso que daí não, minha visão. [...] Quanto à estrutura pedagógica, a gente ainda tá se construindo, eu não diria nem que a gente tá se consolidando, porque daí isto é outro patamar, é um outro nível...a gente tá se construindo. [...] Eu penso que o *campus* Ibirubá, e eu não sei se ele é o único, de todo o instituto, dos 17 *campi*, mas nós aqui de Ibirubá somos um *campi* que cumpre a legislação, por que nós ofertamos integrado, nós ofertamos o subsequente, nós ofertamos o ensino superior, e ofertamos dentro do ensino superior uma licenciatura, então em termos de caráter didático-pedagógico, no sentido de oferta eu acho que a gente cumpre os níveis e modalidades previstos na legislação”.

TAE 5: “Eu acho que ele está bem focado no que é a economia da região, mas ainda temos alguns percalços, muitas vezes até as próprias pesquisas que ocorrem dentro dele, e no meu ver

é um dos problemas, e até a formação dos professores e dos técnicos administrativos, que muitas vezes caíram dentro do Instituto após um concurso, mas não tiveram uma certa vivência a campo. Então muita coisa que se desenvolve aqui dentro, de por fins que não levam muito resultado para a comunidade externa. E eu acho que o objetivo teria que ser modificado para ser mais prático, digamos assim, mas com certeza, que nem quando tinha o Pronatec e outros programas se agiu muito nesta parte da extensão direto com a comunidade, que estava muito bem vinculada aos ensejos da região”.

Sobre a **pergunta 5**, “Como você analisa o tipo de ensino-aprendizagem proporcionada pelo IFRS?”, os participantes também levantaram questões diferentes entre si. O TAE 1 afirma que o ensino prestado é de qualidade, dada a competência de seu corpo técnico e docente, quando comparado às demais escolas da região, mas também comenta que falta investimentos para melhorar a infraestrutura. O TAE 2 comenta que os documentos pedagógicos da instituição necessitam de revisão e que, ainda assim, não refletem a prática docente. Esta prática estaria muito individualizada, e faltaria a construção de um perfil de ensino institucional. O TAE 3 diz que as atenções estão muito direcionadas ao ensino integrado, que tem oportunidades de vivenciar de maneira mais efetiva as oportunidades de ensino-aprendizagem, sendo que os cursos subsequentes e superiores acabam ficando, por vezes, desassistidos. Posto isso, ele diz que falta formação aos docentes, que deveriam conhecer melhor seus alunos, a instituição e a realidade onde estão inseridos. Já o TAE 4 diz não ter conhecimento a respeito das questões de docência e, por consequência, do processo de ensino-aprendizagem. O TAE 5 comenta que deveria se dar mais atenção às atividades práticas, pois algumas vivências estão ficando somente no âmbito teórico. Observa-se nos trechos:

TAE 1: “Olha, acredito que o ensino do IFRS ele tem uma qualidade muito boa. São professores altamente especializados, altamente qualificados, o corpo técnico-administrativo também é bem qualificado, proporcionando suporte para os alunos, por causa que a questão de aprendizagem ela não vem somente da parte de ensino, ela engloba todo o contexto da educação, toda a infraestrutura da instituição e em outras questões, mas focando aqui na questão do IF, o ensino é de alta qualidade. Não existem escolas particulares ou públicas que tenham professores em sua maioria mestres ou doutores para o ensino médio como acontece no Instituto Federal. A questão da graduação também, a qualidade é muito boa por causa disso, favorecendo as oportunidades que os servidores têm para continuar estudando, para continuar se aperfeiçoando, então são muitas possibilidades que facilitam esse quadro tão qualificado como tem no Instituto Federal. Uma questão que pode prejudicar é a falta de investimentos em infraestrutura na questão de laboratório, questão de compra de material que ano após ano vem recebendo muitos

cortes, afetando a infraestrutura da instituição, a falta de verbas para aquisição de material permanente, por exemplo. Cada vez mais restrita, cada vez mais difícil. Então isso prejudica a qualidade do ensino, então nós temos dois polos. Enquanto nós temos pessoal extremamente capacitados, extremamente qualificados de um lado, do outro lado nós temos um pouco a infraestrutura que deixa a desejar”.

TAE 2: “[...] Eu penso assim, se a gente se pautar pelos nossos documentos...uma questão é a questão documental, outra questão é a ação. [...] Após 10 anos nós não voltamos mais pra revisar essa proposta (Proposta Pedagógica Institucional). Penso que assim, a questão de ensino aprendizagem, por dois motivos talvez a gente não avançou muito, no sentido mais de resgate mesmo e de debate, não só de nível conceitual, mas de questão metodológica, didática, enfim, essa questão toda aí. A gente não avançou por dois motivos: o primeiro é que a gente não revisou ainda a nossa Proposta Pedagógica Institucional, que ele é um documento lá de 2011. [...] Outra questão que eu já falei antes é a crise de identidade, nós também temos uma crise de identidade no processo de ensino-aprendizagem, [...], nós temos colegas que vem de diferentes realidades e isso implica no processo de ensino-aprendizagem, [...] então se cada professor chega e entende que a proposta de educação, independente do componente curricular que ministra, [...] é da cabeça dele, e que ela não tá pautada, ou pelo menos referenciada na Proposta Pedagógica Institucional, aí fica difícil construir uma identidade do processo de ensino-aprendizagem. [...] minha visão é que o IFRS ainda não tem uma identidade de processo de ensino-aprendizagem, um norte, uma referência, e aqui a gente não tá falando da autonomia didático-pedagógica de cada professor, ou de cada disciplina, ou de cada curso [...]”.

A **pergunta 6**, “Você acha que o ensino do IFRS proporciona ao estudante participação crítica e reflexiva nesta construção do saber?”, suscitou respostas muito similares, em que os participantes creem ser ofertado aos alunos a participação democrática na construção das ideias e normativas institucionais, bem como seu desenvolvimento crítico individual, seja por meio de projetos, voluntariado, eventos, oficinas, palestras... Os respondentes 1 e 4 acreditam que as oportunidades são oferecidas, mas que depende do interesse de cada aluno, enquanto o TAE 2 acredita que algumas disciplinas (das áreas propedêuticas) tem uma ênfase maior às questões reflexivas, e outras deixam a desejar neste viés humanizador. Já o TAE 3 crê que estes temas são mais trabalhados nos cursos integrados, em comparação aos subsequentes e superiores, isto por que o público mais jovem ainda está construindo sua personalidade, enquanto os estudantes adultos já vêm com sua bagagem constituída, e ainda, os últimos (quase na totalidade) trabalham durante o dia e não tem tanta oportunidade de aproveitar as atividades ofertadas pela instituição. O TAE 5 menciona o visível crescimento dos alunos que concluem os cursos

integrados e ingressam nos superiores do IFRS, apresentando uma maturidade e qualificação superior aos demais. Observa-se a seguir:

TAE 2: “Eu penso que sim, eu penso que mesmo que a gente ainda esteja com meio uma crise de identidade no sentido de proposta pedagógica, por que na verdade, eu não sei em percentual, vamos dizer assim, eu vou chutar, 70% de nós, ou até mais, não conhece a proposta pedagógica institucional, nunca leu, nem sequer visitou o documento [...]. No sentido de criticidade, eu penso que sim, embora a gente tenha essa crise de identidade a gente faz um bom trabalho, eu penso que, por que a gente tem servidores muito bem qualificados [...], por que a gente consegue atingir essa criticidade? Por que, [...] cada evento institucional, seja da pesquisa, da extensão ou do ensino, e preferencialmente quando estão todos juntos, [...], ali a gente vê isso, onde o aluno é protagonista, é o aluno que vai lá e apresenta, é o aluno que argumenta, é o aluno que interage, que prepara, que faz tudo, então eu penso que neste sentido da criticidade, sim, a gente atinge. Acho que a gente não atinge muito a questão humanizadora, acho que isso a gente precisa avançar um pouco, mas no sentido de reflexão, por que a gente batalha muito pra não tirar dos nossos currículos estas, embora alguns cursos possuem menos carga horária no sentido de componentes vinculados mais às ciências humanas, que vai trazer os elementos desta formação profissional destes alunos, eu penso que a gente ainda pode avançar muito nisso, mas penso que a gente cumpre [...]”.

TAE 3: “Eu acredito que não é para todos os cursos, até por que o objetivo dos cursos integrados é um, e ele permite fazer isso que tu tá me dizendo, ele permite fazer uma leitura crítica da realidade. Os cursos subsequentes eu não consigo ver isso, e na minha pesquisa aparece isso, por que aparece uma desalienação deste sujeito em termos técnicos e não em termos de leitura de mundo. [...] como eles são trabalhadores durante o dia e estudantes a noite, aquilo ali não permite esse sujeito viver de forma literal aquilo, sabe. Como ele é um sujeito que carrega uma bagagem mais pesada, então assim, eu acho que ele procura vir ali compreender a aula, fazer o curso, mas não se envolver de forma tão literal assim com o curso. Ele leva uma bagagem mais técnica, sabe. [...] Ele é um sujeito que já vem constituído pra nós. [...]”.

Na **pergunta 7**, “Qual sua preocupação com a permanência e o êxito dos discentes do IFRS?”, os participantes levantam pontos que vão além de problemas institucionais, mas também questões particulares dos estudantes, perfil dos cursos, falta de conhecimento sobre as áreas formativas ofertadas pelo IFRS. O TAE 1 comenta, entre outros pontos, que o viés academicista com que se deparam os alunos, acaba afastando-os, uma vez que os discentes que procuram cursos técnicos desejam uma formação mais prática para sua vida profissional. Já nos cursos integrados, segundo este participante, não há alto índice de evasão, mas os estudantes

não têm real interesse pela área técnica, mas sim pelo ensino médio de qualidade que os deixam mais competitivos para os processos seletivos das instituições superiores. Na mesma linha, os TAEs 2 e 3 afirmam que depende do curso e da modalidade, já que o integrado funciona bem, mas o subsequente acaba sendo um gargalo em que não há bons níveis de permanência nem êxito, e de nada adianta o aluno permanecer se ele não alcança o êxito. Eles mencionam existir um grupo de trabalho no *campus* que estuda estas situações, e propõe ações para suas soluções, e na opinião destes participantes, deveria se ouvir mais o que os alunos tem a dizer, repensar alguns cursos, e observar o investimento que se tem no integrado para que os estudantes, no fim das contas, não permaneçam na área (já que buscam a instituição pelo ensino médio). Enquanto isso, os TAEs 4 e 5 acreditam que a culpa da evasão não é da instituição, mas sim de uma base anterior fraca, e quando os ingressantes se deparam com disciplinas mais complexas, se assustam e desistem. Estes dizem que, se os alunos fossem apresentados à essência dos cursos através de visitas à instituição, este esclarecimento diminuiria a frustração dos estudantes com as áreas e, conseqüentemente, melhoraria a questão da evasão e do êxito. Abaixo, algumas destas ideias apresentadas pelos participantes:

TAE 1: “A questão da evasão no campus Ibirubá, ela é muito complexa por causa que ela permeia fatores que não estão somente ligados à instituição. Existe uma parte da responsabilidade da instituição e outra parte, eu acredito que seja um reflexo sociocultural da sociedade na qual o Instituto Federal está inserido, no caso Ibirubá e região do Alto Jacuí. Por que? A questão da instituição e de, talvez em alguns cursos com a evasão maior ou até mesmo a própria dificuldade para fechar turmas, talvez haja uma necessidade de replanejamento do próprio curso, [...] porque, no caso, eu acredito que em alguns momentos esse viés acadêmico dentro do curso técnico, ele prejudica o desenvolvimento do curso em si. A pessoa que procura aquele curso parece não estar sendo ouvida para a construção do projeto pedagógico, a construção e elaboração desse curso em si. Então você colocar um estudante que trabalhou o dia inteiro na empresa dentro de uma sala de aula e encher ele de conteúdos teóricos como se ele tivesse no curso superior isso é um fator que com certeza vai ampliar a evasão. Por que essa pessoa não está procurando isso, ela está procurando outra coisa, ela está procurando um curso que ela possa aprender melhor a prática que ela já tem no seu trabalho na sua atividade laboral. Por outro lado, a gente tem também a questão sociocultural da cidade, por causa justamente da formação da sociedade do Alto Jacuí. Questões econômicas, questões sociais que impactam na permanência desses alunos no Instituto Federal, a gente tem baixíssimo nível de evasão nos cursos técnicos integrados, porém os profissionais que concluem o curso técnico integrado eles não necessariamente vão atuar nessa área. Eles procuram muito a instituição por causa do

ensino médio de qualidade, dos profissionais, da qualidade da educação que eles vão receber ali, no entanto eles acabam não utilizando necessariamente o curso técnico depois, coisa que quem vem procurar apenas o técnico está interessado somente no técnico. E aí a gente vê essa redução. Já nos cursos superiores a gente vê que tem muito mais concorrência. Tem muito mais opções para que o estudante escolha para qual Universidade ele quer ir, então, devido ao fato de a sociedade aqui ser, em sua maioria de classe média, tem condições de financiar uma universidade privada ou até mesmo conseguir um PROUNI, um programa que não tenha que pagar universidade privada, ou mesmo para umas classes mais altas pagando a mensalidade total. [...] E também a questão de uma característica que eu escutei ex-alunos do Instituto comentarem, existem perfis e perfis de estudantes né, então, alguns estudantes, quando eles chegam no IF e eles percebem que o ensino é de fato cobrado, exigido do estudante para que ele estude, eles acabam mudando para uma universidade particular onde o principal é estar com a mensalidade em dia, não necessariamente a qualidade do estudo, porque tem gente que procura isso então eu vejo mais ou menos nesses fatores as principais questões”.

TAE 4: “[...] não é a instituição que provoca isso, que está fazendo errado, mas sim a falta do estudo do ensino fundamental e ensino médio que acarreta isso. O pessoal chega lá com uma cabeça ‘Ah, vou me formar...’, mas não tem nem noção do que precisa fazer pra se formar, da quantidade que precisa estudar, aí a pessoa chega lá e ‘Bah, não é bem isso que eu quero’, daí troca, ou acontece de desistir, tal. [...] no Vem Pro IF, que é feito, demonstrar bem a realidade, o que é feito naquele curso pra não acarretar a evasão desnecessária, [...]. Minha percepção é que tem que preparar melhor o aluno antes dele entrar, na demonstração dos cursos, [...] não mostrar só a parte estética, a parte bonita dos cursos, [...]”.

Sobre a **pergunta 8**, “Conhece a composição social e econômica da cidade de Ibirubá?”, os participantes 1, 2, 3, 4 e 5 se mostraram confortáveis em afirmar que a economia da cidade e da região é baseada na agricultura e nas indústrias, comércio e serviços voltados ao ramo metal-mecânico, o que proporciona um *status* de cidade rica, quando comparado seu PIB a outras regiões do Estado. Ainda, os TAEs 1 e 3 comentam que, por ter uma colonização europeia, é uma sociedade muito fechada a novas ideias e novas pessoas. Em consonância, o TAE 4 diz perceber uma inclinação política de direita muito importante na cidade, o que causa alguns atritos entre a comunidade e o IFRS, que não tem um perfil tão conservador. A seguir, duas passagens destas respostas:

TAE 2: “Eu penso que de Ibirubá, especificamente, é a questão industrial e a agricultura. Eu observo que o que move a região como um todo, e o município de Ibirubá, inclusive dados de

pesquisa relacionadas a estes dois eixos, é o que mais move o PIB. [...] e a prestação de serviços também, mas ela também está lincada com estes dois aí, [...].”

TAE 4: “A gente sempre fala que é um padrão alto, de renda né. Então se a gente ver toda a área agrícola ali, e a área metal-mecânica...as pessoas já tão num patamar mais elevado. Claro que existem diferenças, como em todas as cidades existe né, mas eu vejo assim, na comunidade envolve muita política no meio sabe, acaba levando a política pra dentro do Instituto, entende...tanto internamente, pessoas internas à instituição, quanto às externas. Por que aí tu acaba fazendo um comentário que, politicamente, não reflete a real situação interna da instituição, o querer da instituição. Então às vezes acaba as pessoas falando mal, falando coisas que não conhece, só por ser politicamente contrária à visão da instituição, ou de alguns lá dentro. [...] Mas assim, a gente vê durante a pandemia, que foram feitas várias campanhas, várias ações pra ajudar a comunidade, projetos de extensão com empresas locais e da região...então acho que é isso que é importante, fazer parcerias pra que a comunidade perceba que é o caminho do estudo que vai melhorar ainda mais a nossa comunidade aqui de Ibirubá”.

Em relação à **pergunta 9**, “Como você vê a relação IFRS x Sociedade?”, todos os TAEs afirmaram perceber um distanciamento significativo entre ambas esferas, e que este é um ponto a ser melhorado a fim de atingir os objetivos institucionais. Os motivos apontados foram diversos, sendo lembrado pelos TAEs 1 e 2 que pode ter havido um sentimento de perda pela comunidade quando o IFRS assume a estrutura onde funcionava a antiga escola ETAJ, o que pode dificultar a aceitação da nova instituição. O TAE 2 ainda comenta que há um desconhecimento da comunidade a respeito do papel social do IFRS, mas que isso pode ser reflexo de uma falha na extensão institucional, uma vez que esta poderia estar muito mais inserida no contexto externo. O TAE 3 acha que a relação entre ambas é muito ruim, apesar da comunidade reconhecer em vários momentos a qualidade da instituição, falta apoio e diálogo neste vínculo. Além disso, este também aponta que a comunidade não compreendeu que o IFRS veio para trabalhar com uma parcela da população mais marginalizada. Os TAEs 4 e 5 apontam questões políticas como fruto deste distanciamento, destacando que este viés apresenta atitudes equivocadas de ambos os lados, além de um certo preconceito com a figura do servidor público. Abaixo, algumas das ideias comentadas na questão:

TAE 3: “Por vezes muito ruim. Mas eles nos valorizam...é até contraditório dizer isso...porque eles sabem que nós somos bons. Por exemplo, quando a gente teve greve, a gente passou por vários momentos, e a sociedade não tava junto com nós. [...] A sociedade não compreende, por exemplo, assim, [...] que nós viemos pra trabalhar com esse público mais marginal da sociedade. E como aqui a situação socioeconômica, o poder aquisitivo é maior, [...] eles acham isso

repugnante. [...] Eu entendo que não há um diálogo, e há algumas expressões que vem da comunidade que eu vejo que ela não entende a nossa identidade”.

TAE 4: “Eu acho que existe um distanciamento. Eu acho que poderia ser mais aproximado, por que o que acontece, às vezes assim, a gente percebe que às vezes um pouco a estabilidade do cargo acaba deixando de certa forma os servidores um pouco distanciados, sabe...parece que não precisa da comunidade, que tanto faz... Às vezes até uma atitude, falo tanto politicamente quanto socialmente, acaba distanciando um pouco a instituição da comunidade. [...]”.

Na **pergunta 10**, “Pela sua vivência, há procura da sociedade por parcerias com o IFRS?”, os participantes apontaram que este quesito apresenta várias lacunas, estando em uma fase inicial em que se faz necessária uma maior inserção de ambas esferas. O TAE 1 coloca que ao longo dos anos esta relação vem melhorando, mas ainda tem muito a ser melhorada, e para tal é preciso vencer uma barreira criada por uma sociedade mais fechada, como é o caso de Ibirubá. Já o TAE 2, 3 e 5 comentam que existe uma relação de parceria, porém, as demandas são, na grande maioria, do próprio IFRS e não da comunidade. O participante 2 atribui isso à sociedade ainda não ter compreendido o papel social dos IFs e, em sua opinião, é papel da instituição mostrar quem é e a que veio. Já o TAE 5 crê que as demandas internas do IF não impactam a comunidade diretamente, e não geram melhorias ao público externo, e isto acaba afastando as pessoas. O TAE 3 afirma que as parcerias são um jogo de interesses políticos, e que as deficiências desta relação se devem, também, ao desconhecimento do público externo sobre o perfil do Institutos Federais e por questões ideológicas internas e externas, mas, ele completa dizendo que sem as parceiras não se atinge o objetivo de impacto social a que a instituição se propõe. Por fim, o TAE 4 afirma não ter conhecimento deste assunto. Observa-se estas falas nos trechos abaixo:

TAE 2: “Sim, eu penso que sim, [...] mas eu penso que é muito mais da parte nossa, o Instituto procura mais do que a sociedade procura o Instituto. Mas isso está ligado à sociedade não compreender o papel social do Instituto. [...] Acho que tá melhorando essa relação, a sociedade tá procurando mais, eu percebo pelos projetos, pelas parcerias, [...] uma boa inserção são os estágios. [...] A gente quer que a sociedade esteja dentro da nossa instituição, e a gente também quer estar dentro da sociedade, seja o arranjo produtivo que for, seja na área da agricultura, metal-mecânica, ou na área da informatização. [...] Mas eu acho que a gente pode avançar muito, mas aí é nós, enquanto instituição que temos que avançar mais, eu penso, pra justamente a sociedade entender o papel social, por que tem um instituto aqui”.

TAE 5: “As parcerias, geralmente, que eu acompanhei, e algumas até puxei frente, elas sempre foram por demandas nossas. A gente tinha um problema, e foi lá tentar resolver, em comum

acordo. É meio que ilusório tu pensar que...se endeusar, pensar que o IF é o suprasumo, e que as empresas necessitam do Instituto Federal. Não...tem que ser uma via de dois lados, elas têm que ter um retorno também. [...] Falta um pouco da nossa parte acadêmica, professores e técnicos, se inserir na comunidade, melhor, pra tu vivenciar os problemas e aí trazer pra dentro, e ver algo que tu possa desenvolver, [...] pra trazer uma solução, [...]”.

Sobre a **pergunta 11**, “De que forma você percebe o interesse do público pelos cursos ofertados pelo IFRS?”, os respondentes 1, 2 e 5 levantaram um ponto em comum, afirmando que há interesse pelos cursos integrados, e que os mesmos não apresentam índices significativos de evasão, porém, os estudantes não procuram a instituição pelo ensino profissional, mas sim por uma educação básica de qualidade que os torne mais competitivos para seguir a carreira acadêmica em outras áreas. Ainda, o TAE 1 diz que os cursos subsequentes não têm mais procura, e que deveriam ser repensados. O TAE 2 acha que para haver uma procura maior, primeiramente a sociedade deveria compreender as diferentes modalidades ofertadas, e levar em conta que há uma lei que rege as ofertas. O TAE 5 completa afirmando que sempre haverá procura pelos cursos, uma vez que estes estão alinhados à realidade econômica da região. O TAE 4 crê que existe procura ao que já é ofertado, mas que poderiam haver cursos nas áreas administrativas pois existiria demanda local para tal. O TAE 3 não respondeu à questão. Abaixo, vê-se algumas passagens deste tema:

TAE 1: “Aí nós temos três segmentos, os cursos técnicos integrados no qual existe uma procura muito grande por parte do público, no entanto, esse público procura o ensino médio, procura a qualidade dos professores que fazem a qualidade do ensino da instituição juntamente com todos os outros fatores de estrutura, de projetos, de pesquisa, de extensão, formarem um conjunto de Ensino Médio que compete de igual para igual com escolas privadas. Então nesse ponto o IF está sendo bem-sucedido..., mas bem-sucedido em fechar e manter turmas, mas não necessariamente bem-sucedido no seu propósito que é formar profissionais para o mercado de trabalho com os cursos técnicos. Temos também os cursos subsequentes nos quais eu acho que existe uma falha grande por parte da instituição de não remodelar esses cursos ao que o mercado está procurando, por causa que não há alunos interessados, não há pessoas interessadas mais nos cursos que estão sendo ofertados. E aí é preciso fazer uma investigação dos motivos, porque você ter 30 vagas e preencher no máximo 10 no processo seletivo, é porque tem algum problema ali, então é preciso que investigue qual é esse problema, investigue o que tá faltando o que que é necessário aprimorar esse curso para que então ele atinja o seu objetivo. E por fim os cursos superiores. Nos cursos superiores existem dois lados, digamos assim. Existem cursos superiores que estão com grande procura, porém as turmas que estão formando são pequenas. Mas isso

também pode ser uma característica das pessoas, maioria normalmente não termina o curso no prazo [...]. Já os cursos que não estão tendo procura, é muito da questão do local, de questão de pesquisa de mercado, questão de conversar mais com os estudantes, verificar o que que eles procuram e ver se esses cursos estão adequados para as necessidades das pessoas que estão ali, não adianta você ver a necessidade do mercado se você não ver a necessidade das pessoas. Por exemplo, não adianta o mercado ter uma grande necessidade de profissionais da área de matemática nas escolas se não é o interesse dos alunos em cursarem matemática. [...]

TAE 5: “Eu acho que, como a função dele é no âmbito local, digamos assim né, os cursos são mais ou menos ligados às principais áreas né. [...] Nos cursos técnicos eu vejo que muito é pela qualidade no ensino, que às vezes o pessoal não quer seguir propriamente na área, mas sabe que o ensino é excelente, então entra ali pra ter um ensino médio de qualidade pra alavancar outras áreas de conhecimento”.

A respeito da **pergunta 12**, “Você acredita que os cursos estão de acordo com a realidade regional, e com os objetivos do Instituto Federal?”, todos os participantes entendem que em relação ao alinhamento dos cursos com o arranjo produtivo local, estes estão corretamente ofertados. No entanto, os mesmos comentam que somente isso não basta para o sucesso institucional. O TAE 1 afirma que as demandas de mercado não se justificam se não há interesse do público pela área. O TAE 3 acredita que a oferta do integrado está coerente, mas que os cursos subsequentes devem ser repensados, pois seu ciclo de interesse e demanda já se esgotou. Além disso, ele comenta que a região anseia por um curso de Pedagogia, mas que há poucos dados para discutir de forma concreta sobre o interesse dos cursos ofertados ou potenciais novas ofertas. O TAE 5 acredita que não deveria haver tantos eixos temáticos, e que seria mais vantajosa a concentração do conhecimento em uma área e, além disso, ele acredita que não há necessidade de oferta da licenciatura, mesmo reconhecendo sua importância e sua previsão em lei. O TAE 4 não respondeu a questão. A seguir, vê-se duas destas opiniões:

TAE 1: “Alguns e alguns, justamente como eu falei anteriormente. Alguns cursos estão alinhados tanto com o mercado local, que é principalmente agrícola e metal-mecânico, e também tem a parte de informática que está em todas as companhias agora especialmente ainda mais. No entanto é questão de ver o que que as pessoas também querem fazer, não adianta ter um curso que tem demanda de mercado e não tem procura de pessoas, é um equilíbrio que precisa ser analisado”.

TAE 2: “Sim, eu penso que em termos de vagas sim, de eixo de atuação com o arranjo produtivo local...Pode ser revisto, pode ser melhorado sempre, mas penso que, como aqui a base é a agricultura e metal-mecânico, eu penso que sim, a gente atende isto, e em termos de vagas

também, a gente atende sim a legislação, nós atendemos o percentual da lei, e eu penso que sim, está alinhado”.

A **pergunta 13**, “Qual o tipo de profissional que devolvemos ao mundo do trabalho? E seria este, na sua opinião, o profissional que o mercado deseja?”, suscitou bastante reflexão aos respondentes, e houveram respostas diferentes entre estes. Os TAEs 1 e 2 acreditam que os egressos do IFRS são muito qualificados tecnicamente e que estão de acordo com as expectativas do mercado de trabalho, mas que muitos destes não pretendem atuar na área técnica, mas sim, continuar a verticalização dos estudos. O TAE 2 ainda completa dizendo que o mercado está satisfeito com este profissional técnico, mas para atingir o mundo do trabalho falta trabalhar o lado humano destes estudantes, que é um dos objetivos institucionais. Já o TAE 3 afirma o oposto, que os egressos do IFRS são altamente críticos e questionadores, e que estes não satisfazem o mercado, uma vez que o mercado é simplificador, cabendo ao mundo do trabalho absorvê-los. O TAE 4 diz que falta conhecimento prático aos estudantes egressos quando chegam ao mercado de trabalho, pois as aulas estariam focadas na parte teórica. Por fim, o TAE 5 contradiz o participante anterior, afirmando que o conhecimento ofertado no IFRS é altamente prático, e desperta elogios de diversas áreas. Abaixo, vê-se duas opiniões distintas: TAE 3: “Olha, sinceramente, nem sempre é. O mercado de trabalho, ele simplifica né, ele quer um sujeito que vá lá e cumpra o que ele tá querendo, e muitas vezes, esse sujeito que sai do IF, o aluno que sai fresquinho do IF, ele chega lá e já começa a questionar ‘por que isso é dessa forma?’, ‘por que não pode ser de outra?’. Então, sinceramente, eu acho que, principalmente pra aquele estudante que passa mais tempo com nós e se envolve mais, ele vai responder de forma diferente lá no mercado de trabalho. [...] Eu não sei se o instituto está tão preocupado com o mercado de trabalho sabe, ele tá preocupado em qualificar esse estudante, em melhorar a vida desse estudante, [...]”.

TAE 5: “Por ter acompanhado, digamos assim, algumas coisas até com empresas, tem empresas que a gente tem um excelente relacionamento, que a gente tem um vínculo do IFRS com a comunidade externa, tem ex-alunos nossos que estão trabalhando ali, e grande parte do nosso vínculo com essas empresas é em função dos ex-alunos. Então isso só tem, digamos assim, elogios, que eu posso dizer na parte agrícola, e eu posso falar da parte mecânica também, [...] e são excelentes na verdade. [...]”.

Em relação a **pergunta 14**, “Na sua opinião, expandir o número de cursos ofertados seria mais significativo que aprimorar os já existentes?”, as respostas também não foram unânimes, sendo que o participante 1 diz que é necessário repensar os cursos ofertados que apresentam problemas com evasão e procura, mas que o caminho não é a ampliação. De forma

similar, os TAE 2 e 5 acreditam que a expansão quantitativa de vagas e cursos não se justifica sem consolidar o que já existe, pois já se cumpre o previsto em lei, mas é preciso maior envolvimento com a comunidade. Os TAEs 3 e 4 acreditam no processo de expansão, desde que bem pensado, reavaliando-se os cursos já existentes. Complementando, o participante 3 diz que seria importante ofertar cursos de curta duração, envolvendo de forma mais direta uma parcela da comunidade não contemplada. Observa-se abaixo:

TAE 3: “Eu acho que em algumas áreas a gente vai ter que fazer isso, se tu quer saber, a minha opinião é essa. Bem fria, sabe. Acho que a gente teria que fazer isso mesmo...teria que expandir, repensar as áreas, rever se realmente é aquilo, por que a gente não sai do lugar, a gente tá remando contra a maré. [...] Eu acho que a gente deveria, se tivesse a oportunidade, investir em cursos FIC, a gente teria que investir em cursos de curta duração de repente, e fazer, digamos, atividades de férias diferenciadas pra os trabalhadores né, proporcionar coisas diferentes pra nossas comunidades, de repente até fazer um projeto de extensão que traga essa comunidade para o IF. A gente tem um módulo lindo, maravilhoso e não ocupa esse espaço, fazer atividades de final de semana, trazer essa comunidade pra dentro. Eu entendo que, nesse ponto, alguns cursos teriam que ser repensados de forma urgente”.

TAE 4: “Eu acho que os cursos que a gente tem ali vão ter que ser sempre aperfeiçoados, por que nós temos avaliações né. Tanto avaliação do MEC, quanto depois o ENADE. [...], eu acredito também na expansão, mas assim, tem que ser muito bem pensada. Como eu comentei, a área administrativa tá faltando um pouco no nosso *campus*, [...]”.

Finalmente, na **pergunta 15**, “Você acredita que é possível o IFRS auxiliar no desenvolvimento socioeconômico do município? Em caso afirmativo, através de quais ferramentas? Em caso negativo, a que você atribui esta deficiência?”, percebe-se uma unidade nas respostas, com 100% dos respondentes acreditando que o IFRS tem capacidade de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, do arranjo produtivo local e, principalmente, na vida dos estudantes. O TAE 1 afirma que tanto o conhecimento adquirido pelos alunos, quanto a vinda de inúmeras pessoas para a cidade (sejam servidores, alunos, e suas famílias), faz com que se melhorem processos de trabalho, hajam investimento e inovações, aumente consumo local,..., e isso tudo gera crescimento e desenvolvimento, porém, estes impactos não seriam tão facilmente sentidos pelo fato da região de implantação ter um índice econômico já satisfatório. O TAE 2 acredita na contribuição social e econômica para a cidade e estudantes, dada a capacidade dos docentes, técnicos e infraestrutura, quando comparada à educação municipal ou estadual, mas comenta que ainda poderia contribuir mais com as questões culturais da região. O TAE 3 cita que, apesar dos problemas de comunicação entre as esferas

internas e externas, o IFRS faz a diferença na vida de seus estudantes, e estes modificam a sociedade, e tudo isto graças às políticas afirmativas que transformam vidas. Por fim, os TAEs 4 e 5 dizem que a instituição, através de seu ensino, contribui com a melhoria das atividades locais, gerando um crescimento importante. A seguir, dois trechos destas respostas:

TAE 1: “Mas com certeza, o Instituto, ele contribui muito para a parte socioeconômica da cidade, seja na formação de pessoas que se tornam mais reflexivas, que tem uma educação de qualidade, que podem utilizar isso em seu dia a dia, não necessariamente no seu trabalho, mas na sua família, na sua vida, no seu cotidiano, utilizarem aprendizagem que elas têm no Instituto Federal e a infraestrutura. O Instituto Federal também auxilia as empresas da região por meio de parcerias que desenvolvem novas tecnologias, aprimoram tecnologias existentes que são importantíssimas para o desenvolvimento Regional. A questão mais direta, assim, por exemplo, a vinda de estudantes de outros municípios para residirem em Ibirubá, que vão consumir no comércio local, que vão utilizar a infraestrutura local e gerar lucro para cidade, a vinda de servidores de outros municípios também para residir em Ibirubá, construir sua residência, formarem sua família no município. Então tudo isso contribui para o desenvolvimento e para a questão socioeconômica da região. O Instituto federal, com certeza, é muito importante. No entanto.... Como é que eu vou colocar isso? No entanto, as características da região, elas têm uma resistência quanto a entrada do Instituto Federal, quanto a permanência da instituição, quanto aos propósitos, é quase como se a comunidade tentasse transformar o Instituto em algo que ele não é, transformarem uma escola pública em particular, digamos assim. Então, eu não sei, sinceramente, se o *Campus* Ibirubá está localizado na melhor região que poderia, que teria o melhor potencial para explorar a identidade. Como é que eu vou colocar isso... explorar as potencialidades de um Instituto Federal, por exemplo, você tem comunidades mais carentes que o Instituto Federal ele é assimilado pela comunidade, ele faz parte da comunidade de uma forma tão intrínseca que você não poderia ver aquela cidade sem aquela instituição, ela é primordial, ela não deixa dúvidas disso, mesmo com muito menos tempo de existência do que o *campus* Ibirubá. Não quero dizer que a instituição não seja bem-vinda na cidade, claro, é sempre bem-vinda, é uma instituição Federal. Ibirubá deveria estar orgulhosa em ter uma instituição Federal. E aí a gente vê nas falas da comunidade um contrassenso muito grande, porque? Porque quando a comunidade vê o Instituto em ação, vê projetos, vê as atividades desenvolvidas, as parcerias, a comunidade se exalta, fica orgulhosa e elogia o Instituto, no entanto, na primeira crise, digamos assim, ou na primeira situação que a comunidade não considera exatamente como ela gostaria, na formatação que ela gostaria que fosse aquele ensino, ela dá muitos passos para trás em relação a aceitação do *campus*. [...]”.

TAE 3: “Eu acho que sim. Eu entendo que apesar de todas nossas dificuldades, né, de comunicação com a comunidade, dificuldades internas de formação, a gente ainda contribui de forma significativa com a sociedade. Por que que eu falo isso? Porque ele traz algo diferenciado que a gente não tinha antes. O IF representa aquilo que de mais precioso a gente tem hoje, que é o nosso conhecimento. E isso, apesar... da sociedade não compreender a nossa identidade, ela acredita na nossa capacidade, e essa capacidade que a gente tem é uma capacidade de transformar sim, e a gente tem feito através das políticas de ações afirmativas. Tem muito estudante que a gente não tem ideia das famílias que a gente transformou, por que muitas vezes esses alunos, principalmente dos cursos subsequentes e superiores, que é a primeira pessoa da família a tá tendo a oportunidade de tá fazendo uma faculdade, por que se não fosse o IF, não teria outra chance. [...] E economicamente acho que é um ‘baita’ ganho pra Ibirubá ter o IF, por que olha quantos servidores que a gente tem, o quanto a gente tem usufruído dos serviços de Ibirubá, [...]”.

Ao fim da apresentação das respostas do segmento Técnico Administrativo em Educação (TAE), passa-se à análise da estrutura do discurso. Inicialmente, conforme aponta Fairclough, o olhar se lança ao texto (ou a fala) e sua organização. Percebe-se que, assim como os docentes, os TAEs da instituição apresentam um bom domínio da língua, com bom repertório vocabulário, geralmente, construindo frases eficientes para sua intenção comunicativa. Dessa forma, quanto à estrutura textual desta etapa das entrevistas, pode-se afirmar que este tópico foi aliado para atingir os objetivos da pesquisa pois o diálogo se deu de maneira fluida, coesa e coerente em praticamente toda a coleta dos dados. Implica-se esta condição ao nível de escolaridade dos participantes que é substancialmente elevada.

Quanto à prática discursiva, que está estreitamente ligada às questões do texto, é possível afirmar que a produção da fala se deu em um campo de conhecimento e vivências confortáveis aos participantes, uma vez que estes sentem conhecer a realidade do que está sendo pesquisado. A respeito da distribuição, consumo e contexto deste discurso, evidenciou-se que por se tratar de entrevista sigilosa os participantes demonstraram sentir-se à vontade para levantar questões polêmicas e/ou delicadas, mas importantes para o estudo.

Já em relação à prática social, tão importante para esta análise por considerar questões ideológicas e hegemônicas, pode-se perceber visões e opiniões por vezes diversas entre técnicos e docentes, dada às experiências vivenciadas nas práticas profissionais de cada segmento. Em relação à compreensão da identidade institucional, pode-se perceber na fala de alguns participantes que há lacunas neste ponto, com caracterizações muito rasas sobre os objetivos e finalidades dos IFs, empreendendo descrições sobre aspectos estritamente estruturais, de

interiorização e de oferta, ignorando questões mais complexas como papel social, políticas afirmativas, verticalização, previsão legal dos eixos técnicos, tecnológicos e licenciaturas, entre outros. Por vezes, percebe-se um equívoco identitário, em que alguns participantes consideram os IFs como universidades, negligenciando sua missão com o ensino de nível médio.

Outro ponto preocupante é o afastamento de grande parte dos técnicos administrativos das atividades pedagógicas e de ensino, uma vez que estes manifestam seu desconhecimento ou não participação destas, afirmando manter-se apenas na execução de suas atividades laboratoriais ou administrativas. Isto gera uma certa alienação destes profissionais para com as finalidades institucionais mais amplas, inclusive, na relação com a comunidade externa.

A respeito dos cursos e eixos temáticos, os TAEs demonstraram, assim como os docentes, uma preocupação importante com os cursos subsequentes, dado seu alto índice de evasão, baixa procura, retardo de conclusão do curso, e pouco êxito. Em muitas passagens foi afirmado ser necessária a revisão destes cursos. Já sobre os cursos integrados, os participantes afirmam que há grande procura e êxito, mas levanta preocupação também que grande parte destes alunos não vem para o IFRS a fim de buscar uma formação técnica, mas sim um ensino básico de qualidade. Isto prejudica os objetivos propostos em lei, uma vez que estes ‘profissionais’, ao fim de sua qualificação, não retornarão sua contribuição para a sociedade externa, mantendo em aberto as demandas e necessidades regionais. Por fim, pouco se falou a respeito dos cursos superiores, a não ser a baixa procura do curso de Licenciatura em Matemática, mas como as licenciaturas são uma prioridade na lei de criação dos IFs, sua manutenção não foi questionada.

Em se tratando da relação do IFRS com a comunidade de inserção, todos os participantes afirmaram haver um distanciamento, mas que está melhorando com o tempo. Este distanciamento foi associado a questões culturais da cidade, e também a vieses políticos distintos. No geral, os TAEs afirmam que para estreitar laços com a comunidade é preciso trabalhar mais no sentido de divulgação da instituição, a fim de que a comunidade a reconheça, a assimile e busque por ela para soluções de demandas locais. Porém, foi comentado em diversas passagens que atitudes e opiniões individuais de servidores, em redes sociais particulares, que possam parecer ofensivas ao público externo (seja no âmbito político, social ou cultural) não passam isentas neste processo de aproximação, o que prejudica a instituição e acaba afastando seu público-alvo, que vai além de estudantes, mas da sociedade de modo geral e seu arranjo produtivo.

Nota-se que o segmento TAE possui uma visão mais crítica da instituição, em relação aos docentes. Enquanto estes apresentam falas mais amenas, aqueles apontam feridas abertas

que precisam ser tratadas como, por exemplo, uma crise de identidade administrativa e pedagógica, falhas de acolhimento estudantil, negação aos problemas de algumas áreas formativas, falta de diálogo entre os servidores e gestão, bem como individualismo no exercício das tarefas, entre outros pontos já comentados acima. Estas questões ideológicas (marcadas pelas visões e pressuposições dos participantes) e hegemônicas (em suas bagagens pessoais, políticas, culturais...) mostram que há divergências internas em diversos temas, no entanto, também há pontos de convergência importantes como a necessidade de reestruturação dos cursos subsequentes, e a urgência de aproximação com a comunidade.

### 5.3 Análise dos resultados da esfera interna: Segmento Discente

Uma instituição educacional só tem sentido e vida em virtude de seus estudantes. Estes, buscando por conhecimento e oportunidades, constroem, junto dos professores, um saber ecológico, plural, cidadão, crítico e humanizado que contribuirá para a transformação de toda a comunidade. Dito isto, este segmento também é de extrema relevância para a pesquisa, e para contemplá-la foram entrevistados 10 discentes, sendo 5 egressos (participantes 1, 2, 3, 7 e 10) e 5 regulares (participantes 4, 5, 6, 8 e 9). Chama-se atenção para o fato de que 3 destes egressos (participantes 2, 7 e 10) permanecem na instituição, completando o ciclo da verticalização (um discente concluiu um curso subsequente e partiu para o ensino superior, e dois discentes concluíram um curso integrado e hoje cursam uma graduação), que é um dos objetivos explícitos na lei de criação dos Institutos Federais. Além disso, enfatiza-se que nenhum dos egressos está atuando diretamente na área de formação, destacando que aqueles que se mantiveram no mesmo eixo temático optaram pela verticalização do ensino. Os participantes têm de 22 a 49 anos, sendo 6 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, e suas falas representam as modalidades integradas (participantes 2 e 10), concomitantes (participante 1 e 7, modalidade não é mais ofertada pelo *campus* Ibirubá) e superiores (participantes 3, 4, 5, 6, 8 e 9). Vale mencionar que 7 participantes não são oriundos de Ibirubá, mas sim de cidades do entorno. Alguns passaram a residir na cidade, e outros se deslocam diariamente. Outra questão a destacar é que alguns estudantes, ao fim do processo formativo no IFRS, continuam no meio acadêmico, seguindo na pós-graduação, como é o caso do participante 1 que já concluiu 2 especializações, e do discente 3 que está realizando seu mestrado. As informações acima foram obtidas na **pergunta 1** da entrevista, em uma breve apresentação pessoal.

Seguindo o roteiro, a **pergunta 2**, “Conhece e compreende a identidade de um Instituto Federal?”, trouxe o *slogan* institucional em inúmeras respostas (participantes 1, 2, 3, 4, 6 e 9):

“Educação pública, gratuita e de qualidade”. O discente 1 comenta que tem noção da identidade, mas não é capaz de identificar tudo. Ele lembra de que a instituição tem uma perspectiva de formação técnica funcional para ajudar na busca pelo emprego. O discente 2 diz que o IF é uma fuga do ensino comum já que tem as opções de cursos técnicos, e que estes são preparatórios para o futuro. O estudante 3 afirma que o IF cumpre com um papel social na comunidade. Os discentes 4 e 5 lembram que os professores são muito qualificados, que a instituição é acessível a todos, que os cursos são variados e abrangem as demandas da região. O discente 6 diz que a instituição tem como finalidade o desenvolvimento regional, o que justifica os cursos ofertados. O discente 7 comenta que a instituição melhora a vida das pessoas, principalmente as mais carentes. O discente 8 caracteriza como uma instituição que oferta ensino superior e médio, possui professores qualificados, atende grupos mais vulneráveis na busca pela igualdade de acesso. O discente 9 diz que o IF é uma oportunidade de acessar educação gratuita e de qualidade. Já o discente 10 comenta que o IF é uma instituição essencial para o desenvolvimento das carreiras. Aos 10 participantes foi perguntado se estes conhecem ou foram apresentados aos documentos institucionais, e todos disseram que não tiveram ou não lembram de ter tido acesso aos mesmos. Abaixo, duas destas respostas:

Discente 1: “Olha, eu tenho uma noção assim, mas não me julgo capaz de identificar pontualmente todos, certo. Tenho uma ideia de que é pra, como diz o *slogan*, oferecer cursos gratuitos e de qualidade, fazer uma formação técnica funcional pra auxiliar prioritariamente a conseguir um emprego. Então iniciou principalmente nas áreas de informática, agropecuária e hoje tem se expandido. Este é o meu entendimento sobre o que o IF faz”.

Discente 6: “Eu acredito que a instituição ela tem um cunho bem forte no desenvolvimento regional, e tendo em vista isso, eu acredito que é por isso que tenhamos os cursos de Engenharia Mecânica, Ciência da Computação, Agronomia, Matemática, que no meu ponto de vista são as demandas da região, e isso fortalece que se tenha mais profissionais nesta área. E o cunho principal também é... outro viés de fornecer esse alcance a educação de maneira gratuita e de qualidade, como tá na lei, e também pra, enfim, desenvolver todas as pessoas, o maior número de pessoas da comunidade local, e de fora também, que é o meu caso.”

Na **pergunta 3**, “Compararia um Instituto Federal com uma Universidade Federal?”, as respostas estavam divididas, uma vez que os participantes 1, 3, 6 e 7 dizem que estas instituições são diferentes entre si, já os discentes 2, 4, 5, 8 e 9 acreditam que estas são sinônimas. O primeiro grupo afirma que os IFs são instituições de educação mais prática, que trabalham em uma perspectiva social e acolhedora, com *campus* mais segmentados e difundidos no interior, alinhados às necessidades da região, além de ofertarem cursos integrados ao ensino médio, e

buscarem pela verticalização do ensino. Já as universidades teriam um viés mais academicista, focado em pesquisa e pós-graduação. O segundo grupo diz não ter diferença, pois a qualidade do ensino e estrutura é equivalente. A seguir, dois exemplos de respostas:

Discente 4: “Olha, ao meu ver não tem diferença, eu não consigo diferenciar. Pode ser que olhando o estatuto de um e do outro consiga se diferenciar, mas eu entendo que a minha formação é equivalente a uma formação de uma universidade federal também. [...] Teria que entender por que é instituto e não universidade federal, esse conhecimento também não tenho”.

Discente 7: “Primeiramente não, por causa do integrado. O integrado hoje, na minha opinião, é uma situação que coloca o Instituto Federal muito adiantado assim, em questão de fazer teu ensino médio e técnico, e ter a graduação na sequência. Já nas universidades federais não, [...]”.

Em relação à **pergunta 4**, “Qual sua impressão a respeito do *Campus* Ibirubá?”, a maioria dos entrevistados disseram ter uma visão muito positiva do *campus* no quesito ensino, qualificação dos servidores, mas que ainda há muito o que avançar no sentido de infraestrutura, ofertas e valorização de cursos. O discente 1 diz que apesar da estrutura antiga, a instituição tem um ensino de qualidade, comparável ao privado, principalmente quando comparado ao ensino estadual e municipal. O discente 2 afirma que é um lugar para se desenvolver, por isso que o nível de exigência é maior que nas demais escolas, e também aponta a possibilidade de continuar os estudos, graças à verticalização, bem como o apoio educacional e pessoal recebido. O discente 3 diz que o IF contribui com a sociedade através de projetos. Já o discente 4 também frisa a estrutura antiga, e que há uma desvalorização entre os cursos, como por exemplo, beneficiando cursos mais elitizados em detrimento às licenciaturas. Este também lembra que falta valorização da comunidade, ou que esta sequer conhece ou sabe que existe o IFRS. O discente 5 diz que a instituição tem objetivos bem concretos, e conta com profissionais qualificados. Por sua vez, o discente 6 comenta, entre outros pontos já citados, que a posição geográfica do *campus* não é favorável, uma vez que fica fora da visão da maioria das pessoas. O discente 7 diz que sente uma desvalorização dos cursos superiores em relação aos integrados. O discente 8 afirma que a instituição tem um bom acolhimento aos estudantes, e que os professores se preocupam com seus alunos. O discente 9 aponta que o *campus* está bem estruturado, e que seus cursos são adequados à região. Por fim, o discente 10 lembra que o *campus* mudou muito ao longo da sua trajetória, para melhor, mas que a comunidade demorou muito para conhecer a identidade da instituição. Observa-se nos trechos abaixo:

Discente 3: “Excelente, por que, por exemplo, antigamente a gente nunca pensava que ia ter uma universidade em Ibirubá, [...] tem uma estrutura, como ele é novo, tem uma estrutura que é excelente, claro, tem muita coisa pra melhorar ainda né. [...] Só tem a contribuir pra sociedade

como um todo ali de Ibirubá, além de trazer mais gente pra morar na cidade, conhecer... além de todos os projetos que são realizados com a comunidade [...]”.

Discente 9: “O *campus* Ibirubá, eu acho que ele tá bem estruturado assim, ele tem uma infraestrutura muito boa, comporta todos os cursos de forma adequada...claro, gostaria que tivesse mais cursos [...] mas não é tão simples assim, mas eu gosto muito, e eu acho que ele alcança o que se propõe”.

Sobre a **pergunta 5**, “Como você analisa o tipo de ensino-aprendizagem proporcionada pelo IFRS?”, a qualidade do ensino foi unânime, sendo apontado que este vem melhorando cada vez mais. O participante 1 comentou que, como ingressou no *campus* no seu primeiro ano de funcionamento, ele vivenciou um período mais difícil, mas que vê enormes melhorias atualmente no quesito infraestrutura e docentes. Os participantes 2, 5 e 10 comentam que o IFRS se destaca em relação a outros estabelecimentos educacionais, sejam públicos ou privados, preparando seus estudantes secundaristas para a continuação dos estudos, no entanto, comentam que poderia haver mais atividades práticas e facilitar o acesso aos laboratórios. Já os discentes 3, 4, 8 e 9 dizem que apesar de o IF ser muito bom, ter professores qualificados, algumas estruturas pedagógicas poderiam ser melhoradas (como laboratórios e salas de aulas), e investir mais em práticas. O participante 6 diz que os professores são exigentes, mas muito acessíveis para sanar dúvidas, e isto é muito positivo para a formação. O participante 7 fez somente elogios ao ensino, docentes e instalações. Na sequência, duas destas respostas:

Discente 2: “O ensino é de alto nível comparado tanto com as outras escolas que a gente tem na região. [...] a gente sai dali preparado pro vestibular direto, não existe uma necessidade de buscar um cursinho pré-vestibular [...]. Questão de didática dos professores, não me lembro de casos que fugiam da qualidade, eram todos professores muito interessados, às vezes faltava, sendo bem sincero, faltava um pouquinho da troca mútua, e não sei se eu sabia aproveitar a aula como o professor queria passar [...] e eu hoje no mercado de trabalho consigo colocar em prática o que eu aprendi aí, [...] pra mim 80 ou 90% do curso teria que ser aulas práticas. [...]”.

Discente 8: “Infraestrutura e laboratórios estão crescendo e eu estou gostando, e ainda tem investimentos, a gente vê que de fato o Instituto busca e vem crescendo. Professores a mesma coisa, no sentido de que eles são qualificados, [...], mas falando no geral, o ensino vale a pela, vale mesmo muito, a gente aprende bastante, mas claro, isso vai muito do aluno, e isso é em qualquer lugar [...]”.

No que tange a **pergunta 6**, “Você acha que o ensino do IFRS proporciona ao estudante participação crítica e reflexiva nesta construção do saber?”, com exceção do participante 1, todos os demais afirmaram crer que a instituição promove uma educação crítica e participativa.

O discente 1, por ter vivenciado um processo de transição, diz que isto ocorria parcialmente, mas que melhorou após a federalização. O discente 2 fala que a instituição oportuniza o debate sobre uma diversidade de assuntos, mas que seria interessante trazer mais temas relacionados às áreas técnicas, bem como, poderia haver uma maior participação dos alunos sobre o que e quais eventos participar. Além disso, ele diz que seria rico para a formação profissional e de caráter se houvesse uma interação maior com a comunidade externa. Os participantes 3 e 4 dizem que eram um ao entrar e outro ao sair, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. O participante 5 diz que as opiniões do IF são fortes, e por vezes inflexíveis, mas ainda assim oportunizam a discussão e trazem diversos pontos de vista e, diante disso, ele ainda comenta que os alunos mais velhos já vêm com uma bagagem ideológica, e dificilmente mudam seus conceitos. Os discentes 6 e 7 dizem que há espaço para debate de todos os assuntos, mas que poderiam haver mais atividades optativas nesta perspectiva. Os discentes 8 e 9 afirmam que o IF é um espaço onde a diversidade é respeitada, oportunizando espaços de diálogo e pensamento crítico. Já o discente 10 menciona a parte cultural do IF, oportunizando ao aluno atividades para vencer a timidez, e visando um desenvolvimento humano completo. Observa-se abaixo:

Discente 9: “Com certeza, comparando com, por exemplo, as escolas de ensino médio aqui da cidade, [...] o IF proporciona muito mais essa interação, esse senso crítico do que qualquer outra escola pública aqui do nosso município. O IF ele dá oportunidade pros alunos, além de se expressarem e se manifestarem e ter um pensamento crítico, desenvolver vários outros projetos, participar de eventos, de projetos de pesquisa. Eu acho que ele está muito bem preparado”.

Discente 10: “Sim, eu acredito que sim pela minha experiência, [...] eu era uma pessoa muito tímida e o IF me proporcionou coisas distintas como me levar pras artes, pra dança, pra música, e eu cresci muito como pessoa nesta vivência de interações com públicos diferentes, e isso foi potencializador [...]. Potencializa o desenvolvimento completo do ser humano, do acadêmico, enfim... por que me proporcionou eu estar num nível médio e estar discutindo assuntos de nível de graduação, [...], e também a nível humano, de saber estabelecer interação com essa pluralidade que é o IF hoje [...]”.

Sobre a **pergunta 7**, “Por que você procurou um curso no IFRS?”, muitos estudantes apontaram motivos financeiros e geográficos para ter optado pelo IF. Sequencialmente, o participante 1 diz que se interessava pela área ofertada, o participante 2 disse que procurou o IF pela qualidade do ensino médio, o participante 3 comentou que tentou estudar em outra instituição e não se adaptou, o que o fez voltar à cidade natal e ingressar no IF por uma questão de comodismo. Já o participante 4 falou que sempre teve sonho de ser professor, mas que não tinha condições de pagar uma faculdade, e no IF isso se tornou possível e viável por ser gratuito

e ter transporte. O participante 5 disse que escolheu o IF por não ter condições de pagar uma faculdade privada, além de não ter que se deslocar todo dia para isso, e também pelo fato do curso escolhido se alinhar à economia da região. O participante 6 optou pela instituição por ser público, e por ter gostado do campus e da região. Já o participante 7 disse que o único caminho para o jovem de classe mais baixa é o estudo, ainda mais se é gratuito e próximo de casa. O participante 7 mencionou que onde residia não havia uma instituição pública de ensino superior, por isso buscou o IF, que oferecia educação gratuita e de qualidade. Por último, os participantes 9 e 10 mencionam que queriam fazer uma faculdade, e escolheram o IF pela qualidade do ensino, por ser na própria cidade e por ser gratuito. A seguir, a transcrição de duas respostas:

Discente 5: “Inicialmente eu não tinha opção de engenharia na região, [...]. Eu optei por aguardar o vestibular do IF, por questões financeiras por que eu não tinha condições de pagar. [...] Eu procurei a Engenharia Mecânica, não era a minha primeira opção, por ela tá alinhada com mercado regional, e também por que eu consigo muito bem adaptar a Engenharia Mecânica ao meu serviço hoje [...]. Então ela tá vindo pra me desenvolver, e sem ter o ônus financeiro, o desgaste físico, enfim, pra conseguir a minha formação”.

Discente 9: “Primeiro por que eu queria muito ter um ensino superior, queria uma formação superior, eu queria me formar em alguma coisa. Segundo por que está aqui no nosso município, é de graça, né, tá aqui na porta da minha casa, [...], e acredito também na qualidade, pode ter certeza...eu acredito no ensino no Instituto”.

Em relação à **pergunta 8**, “Está satisfeito com o ensino que recebeu?”, os participantes 1 ao 9 afirmaram estar satisfeitos, alegando ter vivenciado experiências importantes (desde culturais até profissionais), sempre com professores qualificados, espaço acolhedor e humanizado, além de mencionarem que o IF se destaca em relação às demais escolas da região. Por sua vez, o participante 10 disse estar satisfeito com o ensino que recebeu na modalidade integrada, mas que no ensino superior está 50% satisfeito apenas, acreditando que teriam melhorias estruturais, pedagógicas, e sociais a se fazer, inclusive no quesito integração com indústria, que o IF deveria buscar contribuir mais com este setor. Observa-se abaixo:

Discente 3: “Sim, com certeza. Além das oportunidades que eu tive de participar de congressos, tive outras vivências no caso, com outras culturas, outros povos, [...]”.

Discente 10: “Ensino técnico sim, ensino superior 50%, se fosse mensurar um número. Eu acho que o ensino técnico tem um ensino muito bom, [...], a gente ter um curso de Engenharia Mecânica foi um sonho, não desmereço o curso, mas teriam muitos outros caminhos que teriam que ser melhorados. [...] Outra coisa, é a integração entre a indústria e a academia, eu vejo isso muito distante, a gente tem muito empecilho dos dois lados pra essa ponte ser construída, e essa

é uma falha bem grave assim, que eu vejo, e existe às vezes um projeto, e o IF não contribui academicamente...a empresa contribui com dados, com o problema, e o IF não dá uma solução robusta. [...]”.

Na **pergunta 9**, “Qual sua expectativa enquanto egresso?”, as respostas foram diversas. Inicialmente, o participante 1 não respondeu a questão, já os participantes 2 e 3 disseram que suas expectativas foram superadas, pois a qualificação abriu portas maiores no mundo profissional. O participante 4 disse que ao término do curso deve procurar por outra área. Os participantes 5 e 6 disseram que se veem como profissionais bem preparados, tanto técnico quanto humanamente, e que pretendem continuar a caminhada profissional onde já estão hoje. O participante 7 diz que quer buscar um emprego na área, mas não na região, já que ele não sente que os profissionais são valorizados. Os participantes 8 e 10 disseram que pretendem seguir na vida acadêmica, no entanto, o discente 10 afirma viver uma crise, pois acha que a indústria também oferece um bom caminho, e que mesmo indo para a pós-graduação, seria importante ter a vivência prática. Finalmente, o participante 9 diz que sempre sonhou com a docência, e que espera estar preparada para o mundo do trabalho. A seguir vê-se a fala de dois estudantes:

Discente 2: “Minhas expectativas foram realmente superadas em grande escala, por que na minha visão, até quando eu fui procurar emprego me perguntavam no que é que eu gostaria de trabalhar, e eu sempre colocava que seria usinagem, manutenção, que eu pensei que seria um operador de máquina hoje, e por ter o curso técnico, uma baita porta foi aberta pra mim. Eu tenho certeza absoluta que sem o curso técnico não estaria onde estou hoje [...]”.

Discente 7: “A expectativa é conseguir emprego na área, mas a gente sabe que se tu quer uma coisa boa na área, um emprego bom, com remuneração boa, aqui na nossa região tu não vai encontrar. Os empresários da região não sabem valorizar os profissionais que tão se formando no Instituto [...]”.

Quanto à **pergunta 10**, “Pretende desempenhar a função/profissão que aprendeu no IFRS?”, houve vários objetivos diferentes, desde a troca de área até a continuação dos estudos. O participante 1 explica que já está trabalhando em outra área, mas que seguidamente utiliza em sua rotina os conhecimentos do curso. Os participantes 2, 3, 7, 8 e 10 dizem que pretendem continuar os estudos (ou já estão), realizando a verticalização até o doutorado, mas veem que seria importante também experimentar a prática da profissão. O participante 4 diz que não pretende mais seguir na área, pois se interessou por outra profissão que, além de satisfatória, tem uma remuneração maior. Já os participantes 5, 6 e 9 afirmam que vão trabalhar na área de formação. Contextualizando estas respostas, vê-se:

Discente 4: “Hoje eu não pretendo mais seguir na área da educação, já mudei esse meu rumo de vida, [...], não desisti da faculdade por que isso não faz parte de mim, começar uma coisa e desistir né, quis terminar, vou terminar, mas depois de terminar vou estudar na minha área, na área que atualmente eu trabalho. [...]”.

Discente 8: “Pretendo, no entanto, [...] muita coisa tu aprende dentro do ambiente escolar, sempre foi assim e sempre vai ser, e outras tu aprende fora também né, quando se está trabalhando, então sim, pretendo pôr em prática isso. [...] O foco realmente é o mestrado, não conseguindo vou trabalhar sim na área, mas pretendo não sair dessa área”.

Em relação à **pergunta 11**, “Ao término de sua formação, ficará na região ou migrará para outro local?”, viu-se uma divisão de opiniões. Os participantes 1, 7, 8 e 10 pretendem migrar para outros lugares que ofereçam oportunidades de trabalho melhor, oportunidade de continuar estudando, ou uma vida mais próxima dos grandes centros. Por sua vez, os participantes, 3, 4 e 6 afirmam que tudo vai depender das propostas e oportunidades de trabalho, mas que estariam abertos a ficar ou sair. Já os participantes 2, 5 e 9 dizem que já estão com as vidas e profissões encaminhadas na região, e diante disso, pretendem permanecer aqui. Abaixo, a transcrição de dois posicionamentos dos estudantes:

Discente 5: “Olha, como eu tô encaminhado hoje no meu emprego, numa visão minha, talvez... eu já tô bem posicionado, a ideia é permanecer, eu não tenho planos de sair da região né, já tô estabilizado, já constituí casa e família, enfim, então a minha ideia é permanecer”.

Discente 6: “Como eu tive a oportunidade de vir pra cá, eu também sou bem aberto às oportunidades que possam vir. Hoje eu gosto do que eu faço, acredito que tenha potencial de eu ficar, mas se realmente tiver uma oportunidade que a região não ofereça melhor também tô apto a buscar um novo caminho”.

Sobre a **pergunta 12**, “Conhece a composição social e econômica da cidade de Ibirubá?”, o estudo recebeu respostas muito diversas, com algum ponto de confluência sobre o arranjo produtivo local, que foi citado pelos participantes 1, 3, 4, 5, 6, 8 e 9, como sendo agricultura e indústrias metal-mecânica. Além disso, o participante 1 também cita que este arranjo produtivo gera renda e faz outros setores, como o comércio, girar, e que a sociedade de Ibirubá ostenta a riqueza que possui (mesmo aqueles que não a detém). O participante 2 comenta que a cidade segue um padrão regional de riqueza, mas que há uma parcela da população mais carente, e que seriam estes o foco do IFRS. O discente 3 acrescenta que é uma cidade pequena, porém desenvolvida. Já o discente 4 diz não conhecer o viés social de Ibirubá. O participante 5 também comenta que é uma cidade com bom padrão de vida (o que dificultaria atingir os objetivos sociais do IF), o que faz seu custo de vida ser elevado, e que seus moradores

são mais reservados. O participante 6 vê que a cidade é rica, com poder aquisitivo alto, tem uma boa estrutura e vem se expandindo, e tem uma minoria em condições de vulnerabilidade, que a agricultura de Ibirubá é de latifúndios e não agricultura familiar, e que a indústria se destaca pelas inovações tecnológicas, bons salários e por ser geradora de renda. O participante 7 diz que a cidade é fora dos contextos usuais dos IFs, já que tem poucos estudantes sem condições sociais e econômicas. O participante 8 completa sua resposta afirmando que é uma cidade de classe média a alta, e que não se sente acolhida em Ibirubá. Já o discente 9, além de ver Ibirubá como uma cidade de classe média, acha que as pessoas são bem instruídas (escolaridade). Por fim, o participante 9 diz que esta é uma cidade elitista e forte, mas que como todas as outras, tem algumas vulnerabilidades sociais. Vê-se nas transcrições abaixo:

Discente 1: “Acredito que sim. Agricultura baseada na agricultura e setor metal-mecânico né, e os outros serviços é principalmente pra atender a população. [...], com isso gera empregos, e as pessoas precisam de todos os tipos de serviço. [...]. A questão social, eu vejo que as pessoas têm uma necessidade de parecerem ricas, [...], então essa questão social tenha a evoluir, a questão de se preocupar consigo mesmo, e auxiliar um pouco mais as outras pessoas, [...]”.

Discente 5: “Município com grande parte agrícola né, dependemos muito da agricultura, com uma indústria metal-mecânica muito forte né, na qual emprega praticamente nossa população, nossos trabalhadores, e o comércio também com algumas empresas referência né, o nível social das pessoas, eu acredito que o padrão de vida é muito bom né, eu não tenho ideia de quanto tá a renda per capita do nosso município hoje, mas com certeza é superior a alguns municípios da região né, e com relação às pessoas, as pessoas de Ibirubá, pelo fato delas terem o padrão de vida um pouco maior, algumas né, elas são umas pessoas mais na delas, a qualidade de vida aqui eu acredito que é muito boa né, mas o custo de vida também é alto. Então isso é o que eu penso hoje de Ibirubá. Voltando um pouco pro lado do IF, talvez dificulte de pessoas externas com dificuldades financeiras conseguirem ingressar aqui pelo fato de que aluguel, alimentação, transporte, aqui o custo é elevado”.

Quanto à **pergunta 13**, “Como você vê a relação IFRS x Sociedade?”, assim como nos demais segmentos, se levantou algumas preocupações a respeito. O participante 1 acredita que a sociedade não conhece o trabalho social do IF, e que o vê apenas como uma escola, e o envolvimento externo é apenas de familiares que tem estudantes que frequentam a instituição. O participante 2 diz que poderia ter mais participação social, já que o IF qualifica a mão de obra da região. O participante 3 comenta que a sociedade tem receio do que vem do IF, e acaba se fechando para ele, porém, para superar isto, ele diz que a comunidade deveria aceitar e reconhecer o propósito institucional, e o IF deveria mostrar mais seu trabalho e potencial. O

participante 4 diz que a comunidade de Ibirubá não dá a devida atenção ao IF e nem sente orgulho dele, mas isso por que não conhecem os objetivos e o trabalho do Instituto, no entanto, ele não saberia como esta realidade poderia ser alterada. O participante 5 diz que quem não conhece o IF acredita em informações mentirosas, cria uma desconfiança por questões políticas, mas que no IF não há bandeira e sim pessoas que pensam umas diferentes das outras, e a bandeira é a educação. Ele diz que para superar esta desconexão é preciso trazer as pessoas para dentro da instituição, melhorar sua divulgação, e realizar uma pesquisa sobre estas relações para encontrar soluções. O participante 6 afirma que a localização geográfica atrapalha pois acaba não sendo visto pelas pessoas, e ainda tem questões ideológicas e políticas que acabam afastando as empresas quando, na verdade, esta relação deveria estar sendo fortalecida, e no âmbito social, deveria se prestar mais assistência às demandas da comunidade, e a prefeitura poderia funcionar como um bom canal de levantamento destas necessidades, além de investir mais na divulgação do *campus*. O participante 7 comenta que o IF com Ibirubá é uma coisa, e Ibirubá com o IF é outra, pois o Instituto se esforça para ajudar mas a comunidade não valoriza nem aproveita o que a instituição oferece. Os participantes 8 e 9 também dizem que a comunidade não conhece o IF, ou sequer sabe que ela existe, o que contribui para o afastamento e a desinformação, o que pede melhorias na comunicação e divulgação do IFRS e o apoio do governo municipal, e ainda tem a imagem pejorativa que se tem do servidor público, que traz a desconfiança da comunidade. O participante 10, por sua vez, diz que já houve uma evolução nesta relação, mas que ainda falta a sociedade conhecer a instituição, bem como falta o IF se aproximar das empresas locais. Abaixo, exemplos destas falas:

Discente 8: “Eu acho que a comunidade deveria conhecer mais o IFRS, as pessoas conhecem limitadamente, eu acredito até que tem gente em Ibirubá, enfim, digamos assim em lugares mais excluídos da cidade, que nem sabem que tem IFRS lá, então acho que teria que ter uma aproximação maior, ainda tem um afastamento, e eu acho que poderia melhorar nesse sentido. [...] as pessoas acham que servidor e funcionário público, professor não tão trabalhando, e isso não é ‘privilégio’ só de Ibirubá [...]. Eu acho que a comunicação poderia melhorar, não sei como, daqui a pouco o IFRS ser mais divulgado do que já é, e as pessoas tinham que ter a mente mais aberta, por que acho que é das duas partes [...]”.

Discente 9: “Acho que isso falta ainda, tanto do Instituto quanto da sociedade, por que eu ainda encontro pessoas na sociedade aqui que não conhecem o Instituto ou que não sabem que nós temos aqui um Instituto Federal com ensino superior né, então eu acho que precisaria ampliar essa visão do IF, por que a sociedade ainda resiste um pouco. Eu acho que devia ter mais

divulgação [...], e um interesse maior dos governantes do município em divulgar o Instituto, por que é importante pro município também né [...]”.

Sobre a **pergunta 14**, “De que forma você percebe o interesse do público pelos cursos ofertados pelo IFRS?”, os respondentes 1, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 disseram que há cursos, principalmente os integrados, com grande procura, e outros com menos. Estes participantes levantaram a possibilidade de os estudantes do ensino integrado ingressarem apenas pela qualidade do ensino básico, para depois seguir em outra área, o que acaba não impactando na sociedade após sua conclusão. Ainda comentaram que os cursos superiores têm demanda em algumas áreas com maior *status* e outros cursos sofrem para fechar turmas, o que pode ser reflexo da preferência das pessoas por ‘universidade’, ou pelo nível de exigência ser muito alto, falha na divulgação dos processos seletivos, desinteresse, ou ainda, saturação de mercado. Os cursos subsequentes foram os que levantaram maior preocupação dos participantes, e mesmo estes sendo importantes ao arranjo produtivo local, não apresentam procura seja por comodismo, já que seu público é diferenciado pela idade e condição de trabalhadores, ou por não haver mais demanda, ou ainda pela oferta dos cursos superiores, que seriam mais convidativos. Já os participantes 2, 3 e 4 afirmam haver demanda, seja pela qualidade do ensino, pelo alinhamento dos cursos à realidade regional, ou pela demanda a suprir. Observa-se a representação destas falas nos trechos abaixo:

Discente 1: “Muito grande na parte do ensino médio, tá, e vai decrescendo na parte da graduação. Vamos dizer assim que o ensino médio é uma tentação, tu tá no nono ano “tenho que me dedicar por que eu quero passar no IF, [...] por que o ensino médio deles é bom, é melhor que da particular”, [...] então pra pessoa se preparar pra uma faculdade, entrar numa instituição federal, entrar numa graduação é importante um ensino médio de qualidade. Mas a questão da graduação, eu acredito que é bem menos procurado, então que a pessoa tem mais aquele conceito que [...] não vê como uma universidade, vê como um lugar com uma formação mais técnica [...]”.

Discente 7: “Em algumas sim, outras não. Por exemplo, eu sempre disse que se o objetivo do IF é chamar aluno pra estudar, tem que abrir Administração, [...]. Não que os cursos que a gente ofereça hoje não sejam importantes, todos são importantes, [...]. De repente, sei lá, se é na divulgação que falha, [...], se é falta de interesse mesmo, ou se é saturação de mercado de repente”.

Em relação à **pergunta 15**, “Você acredita que os cursos estão de acordo com a realidade regional, e com os objetivos do Instituto Federal?”, os dez participantes responderam positivamente. Estes afirmam que os cursos estão alinhados com o arranjo produtivo local, e

que os cursos dialogam entre si, potencializando o desenvolvimento local. Já as licenciaturas de qualquer natureza são uma necessidade de todo o país. Porém, o participante 10 diz que poderia haver melhorias no foco dos cursos, objetivando atender melhor as demandas locais, e a integração entre as áreas. Observa-se:

Discente 5: “Sim, estão muito bem, vamos dizer assim, divididos. Pegamos uma parte agrícola, que é nossa necessidade regional, pegamos uma parte de informática que a tecnologia da informação e precisamos disso pro nosso meio rural e pro nosso meio metal-mecânico, pras nossas indústrias, pras nossas lavouras, pros equipamentos. E a Engenharia Mecânica que acredito que tenha hoje mais de 5 mil funcionários contratados dentro de Ibirubá. [...]”.

Discente 10: “Acredito que sim, mas o inimigo do bom é o melhor, então acho que a gente poderia melhorar em relação à olhar para o setor em que a gente está inserido, [...], mas eu vejo que a interação entre a Agronomia e a Engenharia não existe, e eu acho que se essa interação existisse potencializaria muito o profissional [...]”.

A respeito da **pergunta 16**, “Qual o tipo de profissional que devolvemos ao mundo do trabalho? E seria este, na sua opinião, o profissional que o mercado deseja?”, o estudo teve respostas diversas neste tocante. O participante 1 diz que, diferentemente dos objetivos previstos em lei, o IF foca no viés acadêmico, deixando de lado a formação prática e técnica que o município e região demanda, e sabendo que ambos vieses são importantes, os dois deveriam ser oportunizados. De encontro a esta ideia, o participante 2 diz que falta a parte da pesquisa aos alunos do IF, o que faz falta para o mercado. O participante 3 fala sobre a criticidade dos estudantes egressos do IF, que além de qualificados são questionadores, e isto assusta aos empresários. Por sua vez, o participante 4 diz que os alunos são tidos como cabeças pensantes, qualificados e centrados, o que é desejável às empresas da região. Os participantes 5 e 7 comentam que, apesar de capacitados, os estudantes do IF necessitam de mais conhecimento prático, experiência, pesquisa, atividades extracurriculares e parcerias com o mundo do trabalho. O participante 6 complementa que além de mais conhecimento prático, o IF deveria preparar mais seus alunos para uma formação humana e de gestão, focada no relacionamento interpessoal, pois não basta ser somente técnico. Já o participante 8 diz que o IF forma um profissional humanizado, com boa qualificação técnica, principalmente nos cursos técnicos, que são um público mais jovem e acessível, mas que na vida profissional vai depender muito de cada um, e o mercado escolhe quem tem mais boa vontade. O participante 9 acredita que a formação está adequada às demandas, sendo que estes são profissionais preparados e qualificados. Por fim, o participante 10 faz o contraponto, afirmando que são profissionais fracos, com uma formação rígida e com falhas nos conhecimentos mais básicos, faltando

também relação com a vida real e prática, e que este profissional estaria longe do que o mercado deseja. Abaixo, duas opiniões dos estudantes:

Discente 3: “Acho que o IF dá pras empresas, primeiramente, um profissional bem qualificado e crítico, e acho que as empresas não querem pessoas críticas, [...]”.

Discente 6: “Eu acredito que sim, que está bem alinhado, podia ser, talvez, mais focado a algo voltado mais à gestão mesmo, esta conciliação da parte técnica com a parte humana também, [...], então eu acho que tinha que ser mais voltado pra área de relacionamento, [...], eu vejo que quando tu parte de uma pessoa muito técnica isso falha. [...]”.

Em relação à **pergunta 17**, “Na sua opinião, expandir o número de cursos ofertados seria mais significativo que aprimorar os já existentes?”, os participantes estão divididos, sendo que os discentes 1, 2, 4, 5 e 9 acreditam que seria válido expandir, mas com precaução. Para eles a expansão deve observar alguns pontos como priorizar cursos técnicos e tecnológicos, serem ligados às demandas locais, pensar em contribuir com a área educacional ou administrativa (que são necessidades para a região). Na contramão desta ideia, os participantes 3, 6, 7, 8 e 10 afirmam que é necessário primeiro consolidar os cursos já ofertados, investindo na estrutura e laboratórios atuais, além das pesquisas. Estes estudantes acreditam que após este processo de solidificação é possível pensar em expansão. Observa-se duas respostas que retratam estas opiniões:

Discente 2: “Os cursos que a gente tem, vamos dizer assim, já são...não sei se suficientes pra o que a região necessita, mas claro, se pudesse, com qualidade, expandir conseguindo trazer estrutura de ensino prático, pros alunos seria uma boa sim trazer mais cursos pro Instituto. Principalmente ligados à tecnologia, e a princípio o que é utilizado no dia-a-dia da região, [...]”.

Discente 8: “Eu acho que vale os dois, só que inicialmente, no meu ponto de vista, consolidaria e depois de alguns anos expandiria sim, quando estivesse mais firme, por que acho que expandir sempre é muito bem-vindo, [...]”.

Finalmente, na **pergunta 18**, “Você acredita que é possível o IFRS auxiliar no desenvolvimento socioeconômico do município? Se sim, através de quais ferramentas? Se não, a que você atribui esta deficiência?”, obteve-se 10 respostas positivas, mas tendo em vista de que todo trabalho pode ser ainda melhor. O participante 1 diz que o IF gera renda direta e indiretamente, através de salários melhores e consequente injeção no comércio local, além disso, as empresas sabem que os profissionais capacitados estão próximos, mas por ser uma instituição recente, ainda há muito caminho a percorrer. O participante 2 tem certeza que é possível, visto o trabalho social feito com grupos mais vulneráveis, e o auxílio aos estudantes na busca por melhores oportunidades profissionais, mas também acredita que pode melhorar.

O participante 3 diz que auxilia visto que os jovens já saem do ensino médio com uma profissão. O participante 4 comenta que se continuar havendo investimentos e trabalho social, o IF vai se tornar uma potência regional, pois já é nítida a diferença entre os profissionais que têm e que não têm a formação técnica. Os participantes 5, 6, 8 e 9 dizem que o IF já está impactando na região, graças ao seu potencial intelectual e no suporte educacional a quem não teria condições de pagar para estudar, além de reter a mão-de-obra na região. O participante 7 comenta que onde os IFs estão implantados se vê crescimento, pois com a vinda de mais pessoas há mais dinheiro sendo injetado na economia local, os jovens já saem da instituição com uma profissão, mas ainda há que melhorar no sentido das parcerias com empresas da região. Já o participante 10 também acredita que o IFRS já está impactando, mesmo com certas dificuldades e deslizes. As empresas estão sendo beneficiadas por não terem que investir tanto com a capacitação de seus funcionários, e as pessoas estão se colocando em outro patamar profissional, além de serem instigadas a continuar se qualificando (verticalização). Abaixo, duas respostas dos estudantes:

Discente 7: “Certamente, onde o Instituto tá implantado ocorre um desenvolvimento muito grande da região, tu pode olhar só pegando dados de quantas pessoas se mudaram pra Ibirubá depois da implementação do IF, a quantidade em reais que essas pessoas gastam no comércio de Ibirubá...então, isso é desenvolvimento. O profissional, tu pega um guri ou uma guria que ia fazer ali o ensino médio [...], com o IF tu pode concluir teu ensino médio e técnico junto e sair pro mercado de trabalho com uma profissão, já sabe que carreira tu vai seguir, ou por mais que não é aquela que tu vai seguir tu já sabe ‘isso não é o que eu quero’. [...]”.

Discente 10: “Sim, acho que temos e estamos fazendo isso, embora, não vou dizer aos trancos e barrancos, mas dificuldades e certos deslizes, estamos fazendo. Digo por mim mesmo, por exemplo, não tinha jamais a ideia de que poderia fazer um curso superior na minha cidade, então seria mais oneroso, mais penoso, até às vezes mais extenso esse tempo, [...]. A gente tá tendo uma mão de obra mais qualificada dentro da indústria, a indústria hoje tá deixando de gastar com treinamentos básicos...O que acontecia, tinha uma demanda gigantesca de mão de obra, entrava essa mão de obra totalmente crua, e hoje entrando um técnico em mecânica ele já vai saber o que é uma fábrica, desde às normas de segurança, [...], e isso bota o pessoal em outro patamar pra buscar se qualificar, estudar e subir de cargo dentro da empresa, [...]. Só que todo bônus traz um ônus, essa demanda grande de técnicos, grande de engenheiros, grande de tudo que é coisa, vai trazendo uma bolha, eu posso ter 10 estudantes de engenharia, e invés de pagar R\$3 mil pra dois, eu pago R\$1 mil pra todos...a lei de oferta e demanda”.

Ao fim da apresentação da coleta de dados do segmento discente é possível fazer a análise deste discurso, iniciando pela parte textual, que incorpora aspectos de vocabulário e

estrutura. Este grupo de entrevistados apresenta uma construção oral mais simples, em comparação aos outros dois segmentos, o que se deve, em alguns casos, a uma imaturidade intelectual já que são pessoas muito jovens, que em sua maioria estão iniciando suas trajetórias profissionais, educacionais (de nível superior) e, por que não dizer, de vida adulta. Percebe-se ao longo dos questionamentos o uso repetitivo de algumas palavras, o que configura falta de vocabulário, ou ainda o uso indevido de alguns termos, o que também é reflexo da falha vocabular. Quanto à estruturação e coesão das frases, também há problemas no tríptico ‘início, meio e fim’ das ideias, pois muitas vezes a construção das opiniões eram encerradas sem uma conclusão, para a imediata inserção de um novo tópico. Certamente que não é possível generalizar estas observações, uma vez que houveram respostas muito bem construídas, porém, estas foram em menor número, não se sobressaindo àquelas descritas acima. Percebeu-se que as respostas mais coesas foram dadas pelos estudantes de maior idade, e principalmente por aqueles que fizeram a verticalização no IFRS, iniciando seus estudos nos cursos técnicos, seja na modalidade integrada, subsequente ou concomitante, e após ingressando no ensino superior.

No que tange à prática discursiva, alguns aspectos foram mais relevantes à análise, por exemplo, a simplicidade na elaboração das respostas que, além das questões textuais, passam também pelo âmbito de produção e coerência. Os participantes não se detinham apenas aos pontos da entrevista, ampliando o contexto do diálogo para vivências pessoais que não se relacionavam ao tema do estudo, utilizando o espaço de fala da entrevista como se o mesmo fosse uma ouvidoria institucional. Ainda sobre a prática discursiva, no quesito força, pode ser observado respostas sem grande demonstração de conhecimento dos contextos pesquisados. Viu-se uma grande lacuna na identificação das características do IFRS, permanecendo as respostas em um nível muito superficial (citando basicamente o *slogan* institucional), negligenciando as finalidades deste modelo de instituição, e da mesma forma se fez a caracterização de Ibirubá, com impressões pessoais rasas sobre questões econômicas e sociais, ou ainda, admitindo não ter conhecimento sobre o assunto. Sobre a relação instituição x sociedade, os respondentes se fixaram a questões de seus próprios cursos, o que ocasionou choque entre as opiniões, conflitando com a real situação vivida entre o *campus* e a comunidade externa (já que as conclusões, nestes termos, deveriam ser obtidas de forma individual e desconexa), evidenciando uma necessária intervenção na apresentação institucional a todo contexto escolar (professores, técnicos e alunos) e na inter-relação, diálogo e complementação entre as áreas formativas, pois fica evidente a individualidade destas.

No sentido ideológico das falas (prática social), evidenciou-se que este grupo de entrevistados também acredita que questões políticas interferem no estreitamento de laços entre

o IFRS e a comunidade de Ibirubá, mas que um trabalho mais efetivo de divulgação poderia auxiliar na superação destas diferenças, pois o trabalho social de uma instituição educacional traz benefício a todos. Outro ponto é a relação com as indústrias locais que também fica prejudicado, e não só por questões político-ideológicas, mas por uma falta de contribuição do IF às demandas locais. Os estudantes apontaram em diversas passagens que o Instituto deveria se ater mais às necessidades da comunidade, e não somente às suas próprias, pois a busca por parcerias seria para suprir necessidades internas de pesquisa ou ensino, esquecendo que estas relações são uma via de mão dupla, e a esfera externa espera ter algum retorno, seja intelectual, de formação, de inovação ou de execução. Estes vínculos seriam de extrema relevância para o processo de aprendizagem discente, uma vez que a prática é parte elementar do ensino.

Também se falou sobre a diferenciação entre modalidades ofertadas, e alguns estudantes relataram haver uma atenção maior despendida ao ensino médio integrado, em detrimento aos demais níveis. Porém, estes mesmos alunos justificam que há um equívoco neste comportamento já que, em suas opiniões, a maior parte dos discentes dos cursos integrados sequer seguem na área de formação, utilizando o IFRS como um impulsionador de desempenho para vestibulares, vista sua qualidade de ensino acima da média regional. Este comportamento, para estes entrevistados, em nada contribui para o desenvolvimento e o fortalecimento econômico e social da região, já que estes potenciais profissionais não ingressam no mundo do trabalho e nem permanecem na região. No entanto, os mesmos entrevistados que apontam esta falha são os que mencionam desejar seguir na área acadêmica. Mais da metade dos participantes disseram que pretendem seguir seus estudos fazendo mestrado e doutorado, o que em primeiro plano também não contribuiria com a finalidade desenvolvimentista dos IFs.

Em relação à instituição e aos cursos, muitos discentes comentaram sobre uma possível expansão para outras áreas formativas. Algumas áreas seriam condizentes com o arranjo local, como cursos da área administrativa, mas outros não se encaixariam com os propósitos institucionais. Isto demonstra o desconhecimento dos estudantes às leis normativas do IFs.

Concluindo as contribuições da prática social, uma observação que pode parecer, à primeira vista, contraditória para o estudo é, na verdade, muito relevante. Quando os entrevistados afirmam que há um distanciamento entre o IFRS e a comunidade de Ibirubá mas, ainda assim, concordam que a instituição contribui com o desenvolvimento local, percebe-se que uma pressuposição não anula a outra. É fato, visto a recorrência de falas, que a integração da instituição com o município de Ibirubá ainda é falha, e há um longo caminho a percorrer para que ambas se reconheçam e se apoiem, porém, também é inquestionável que o IF colabora com o crescimento local, direta ou indiretamente, seja pela movimentação de pessoas externas,

pela injeção de mão-de-obra qualificada (mesmo que não na totalidade de seus egressos), ou pelo compartilhamento do conhecimento técnico.

#### **5.4 Uma intersecção entre os segmentos e as teorias educacional, sociológica e desenvolvimentista**

Os argumentos trazidos à discussão vêm ao encontro das teorias educacionais, sociológicas e econômicas apresentadas anteriormente. O capital humano, tido como um investimento social e econômico, é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento local. Oportunizar esta qualificação, e por consequência auxiliar no crescimento regional, é uma das premissas apontadas pelos entrevistados dos 3 (três) segmentos em várias passagens. Além de contribuir com sua comunidade, eles disseram que profissionais egressos da instituição, por serem mais competitivos, podem conquistar uma melhor qualidade de vida. Além dos benefícios pessoais, o conhecimento adquirido na instituição promove ganhos aos setores econômicos regionais levando para o mundo do trabalho ideias, estratégias e/ou equipamentos inovadores, gerando lucratividade, produtividade e cuidados com o meio ambiente.

No entanto, também subjaz às falas (principalmente pelo segmento discente) de que o mercado se aproveita da oferta de profissionais qualificados para reduzir salários. Supôs-se que quanto mais egressos disponíveis ao mercado<sup>12</sup> de trabalho, mais postos seriam abertos, mas os salários seriam diluídos entre estes. Porém, esta ideia entra em conflito com um ponto levantado pelos demais segmentos, de que ainda haveria muita demanda a ser suprida no arranjo produtivo local. Neste ponto não há como determinar, internamente, qual a realidade desta questão sem ouvir a esfera externa, ou seja, a comunidade de Ibirubá e seu arranjo produtivo (o que fica como sugestão para um estudo futuro).

O viés pedagógico trazido pelos entrevistados traz à tona a fala de Freire (2011), afirmando ser a educação uma ferramenta de libertação para o homem e seu entorno. De outro modo, o indivíduo estaria à mercê de um mercado explorador, sem perspectivas de melhorias, pois seriam incapazes de dialogar e questionar àqueles que os dominam. Durante as entrevistas, os participantes frisaram a importância da educação neste processo de libertação, afirmando ser ela capaz de transformar uma comunidade, seja no âmbito social, econômico e cultural. Mas, conforme diz a teoria freireana, o desejo pelo conhecimento, pelo saber, pela criticidade e pela criatividade deve partir do estudante. A escola oferece todas as ferramentas para que se dê o

<sup>12</sup> Ater-se à diferença entre mercado de trabalho e mundo do trabalho.

aprendizado, funcionando como uma ponte entre a dominação e a libertação, sendo de escolha do aluno cruzá-la ou não. O IFRS, de acordo com seus docentes, TAEs e estudantes, seria esta ponte, oportunizando uma educação crítica, reflexiva e humana, porém, ficando a critério de cada estudante a participação das atividades extracurriculares propostas. Ainda, sobre a relação instituição x sociedade, os ideais freireanos propõem que deve haver a união entre estas esferas a fim de oferecer ao indivíduo uma experiência integral de vida. Comunidade e escola devem, necessariamente, manter um diálogo afinado para que ambos se valham dos benefícios de um e de outro, porém, de acordo com as falas das entrevistas, esta é uma realidade praticamente inexistente (ou muito discreta) entre o IFRS e Ibirubá.

As entrevistas debateram constantemente sobre a necessidade de aproximação com a sociedade. Assim, em relação aos aspectos pedagógicos freireanos, é possível afirmar que um dos objetivos institucionais é uma formação cidadã, humana e reflexiva, e para tal é preciso considerar os problemas externos e realizar uma análise crítica entre o ser humano e o mundo. Com isso, será possível transformar a realidade da comunidade, tanto interna quanto externa, já que ambos ganham: estudantes tendo vivências práticas em sua formação, e a comunidade tendo solução para problemas reais. Através destas atitudes poderia ser construída uma relação mais próxima, consistente e parceira entre o IFRS e a cidade de Ibirubá.

Outro aspecto pressuposto pelos participantes foi relativo à formação completa ofertada pelo IFRS, mesmo com públicos tão plurais. Muito se falou sobre uma educação crítica eficiente com estudantes do ensino médio integrado, já que estes ainda estariam em um processo de formação de personalidade, diferentemente dos estudantes adultos, que já trazem consigo uma carga pessoal estruturada. Para um acolhimento mais eficiente de todos os níveis educacionais, o *campus* Ibirubá deveria reconhecer que a educação não é um processo vazio, e que os estudantes não são uma tábula rasa (como suposto na educação bancária). Isto poderia contribuir no processo de adaptação, permanência e êxito de alunos adultos, como nos cursos subsequentes, além de auxiliar a construção de um diálogo mais efetivo com este grupo, por vezes inacessível, em temáticas sociais e culturais. Este tópico é congruente entre as falas de alguns TAEs e alguns estudantes, e traz a reflexão sobre uma possível falha no acolhimento às vulnerabilidades dos estudantes dos cursos superiores e subsequentes.

Neste mesmo sentido, considerando as experiências anteriores dos estudantes, o processo educacional iria ao encontro dos princípios da Sociologia das Ausências, superando a Monocultura do Saber, porém, este caminho só pode ser percorrido conjuntamente por professores, alunos, famílias e comunidade. Dessa forma, outro aspecto sugerido durante as entrevistas foi de que as relações sociais são imprescindíveis para uma atuação institucional

eficiente no cumprimento de seu objetivo de colaboração com o meio, caso contrário, se estaria vivendo em um pilar da razão indolente: a razão arrogante, como se a instituição bastasse a si mesma.

Ainda na perspectiva sociológica trazida por este estudo, as respostas apresentadas pelos participantes remetem à existência de uma razão indolente também no mercado de trabalho, uma vez que este buscaria por mão-de-obra com finalidade de execução de tarefas, e não pela qualificação humana que gera debate, pensamento crítico e mudanças em um sistema rígido. Esta impressão lança reflexão sobre a atividade mecanicista, do “apertar o parafuso sem saber qual sua finalidade”, onde o patrão manda e o funcionário apenas obedece a ordens e verdades inquestionáveis (raiz da razão indolente), em uma sintonia perfeita com a teoria de dominação freireana. Segundo a maioria dos entrevistados, o papel social do IFRS é o exato oposto, ou seja, seu viés é de uma Sociologia das Ausências, mostrando a pluralidade do mundo a seus estudantes, e apontando a eles um caminho de diálogo, respeito às diferenças, e a busca pela inovação.

Contudo, um caminho para atingir a plenitude da Sociologia das Ausências é a integração das diversidades, e este é outro problema percebido ao longo das entrevistas (explicitamente citado pelo segmento discente, e constatado nos demais), já que não haveria uma inter-relação entre os eixos formativos do IFRS. Visto a composição econômica da cidade de Ibirubá, seria oportuno o estreitamento das áreas para que uma possa complementar a outra. A agricultura depende tanto do conhecimento agrônomo (Agronomia e Técnico em Agropecuária) quanto dos implementos fabricados pelo ramo metal-mecânico (assistidos pela área da Engenharia Mecânica, Técnico em Mecânica e Eletrotécnica), e estas duas estão intimamente ligadas à informatização e à inovação, que está cada vez mais presente em todas as áreas do mundo do trabalho (caso dos cursos da Ciência da Computação e Técnico em Informática), sem mencionar todo conhecimento matemático necessário em todos estes campos (envolvendo a Licenciatura em Matemática). Com este cenário desenhado, e considerando que há uma individualidade enraizada dentro do IFRS, é evidente o conhecimento que deixa de ser construído pelos alunos e a perda para a comunidade externa que deixa de ter soluções para seus problemas, sendo que estas soluções podem estar dentro do IF.

Há outros pontos de confluência entre os três segmentos participantes ao longo da coleta de dados, como o reconhecimento econômico da região alicerçado na agricultura e indústrias metal-mecânica. Igualmente, o alinhamento dos cursos ofertados com este cenário regional, a urgente necessidade de aproximação do IFRS com a comunidade de Ibirubá, principalmente na formação de parcerias que beneficiem o ensino-aprendizado dos alunos através de vivências

práticas e propiciem resolução de demandas deste público externo. Também melhorias na divulgação institucional tanto de informes gerais e de apresentação como de seu processo seletivo, cursos e modalidades de ofertas. Outra questão é o fato de ser uma instituição jovem e ter um longo caminho de consolidação antes de expandir seus cursos, revisão e/ou reestruturação de alguns cursos que não apresentam procura e nem êxito de seus estudantes como é o caso dos cursos subsequentes. Um fator a destacar é que, além de procurar sanar problemas relacionados à evasão em todos os níveis, as opiniões são unânimes sobre o potencial do IFRS para contribuir com o desenvolvimento econômico e social da cidade de Ibirubá, mesmo que de maneira discreta, o ensino é capaz de transformar seu entorno.

No entanto, também há questões divergentes entre os entrevistados, e elas são relacionadas à formação integral do estudante que alguns concordam estar ocorrendo, enquanto outros discordam desta afirmação alegando que a formação humana ainda está aquém do objetivo posto nos documentos normativos. Outro ponto de discordância está no entendimento das diferenças entre as Universidades e os Institutos Federais, já que alguns acreditam que suas finalidades são similares, enquanto outros compreendem que os objetivos formativos de cada uma das instituições são diferentes, porém complementares e importantes à sociedade. Também se percebeu opiniões opostas a respeito do perfil do profissional egresso, que para alguns entrevistados não corresponde ao que o mercado deseja, pois os estudantes que passam pelo IFRS seriam críticos, qualificados, reflexivos e preparados para o mundo do trabalho, indo na contramão do que o mercado de trabalho deseja, já que este procura por mão-de-obra que não questione os processos e decisões organizacionais, enquanto para outros participantes do estudo, estes estudantes serviriam perfeitamente ao mercado, já que a formação crítica não estaria sendo eficiente.

Diante disso, é possível determinar que há questões que não se esgotam, por ora, ao fim desta pesquisa, e outros objetivos do estudo foram atingidos na sua integralidade, no intuito de contribuir com as ações educacionais e sociais do IFRS. Ainda, há questões que só poderão ser concluídas a partir do diálogo com a comunidade externa, voz importante a ser ouvida para a criação de um vínculo positivo e contributivo entre instituição e sociedade. Expandir os propósitos dos Institutos Federais, como visto através dos dados, começa de dentro para fora, conscientizando primeiramente os segmentos internos para então aproximar a comunidade da identidade e das finalidades da instituição que a eles pertence.

Quadro 08: Síntese dos resultados por segmento

	<b>Segmento Docente</b>	<b>Segmento TAE</b>	<b>Segmento Discente</b>
<b>Identidade dos IFs</b>	Reconhecem a identidade, mas não de forma aprofundada (com algumas exceções), negligenciando o viés social da instituição e a necessária relação com a comunidade externa, mas citam a formação técnica, a verticalização, a interiorização, e a correlação com o arranjo produtivo local. Percebem que há algumas falhas em questões de estrutura.	Alguns técnicos conhecem a fundo as raízes da instituição, mas outros não entendem as finalidades básicas dos IFs (principalmente aqueles que não tem vínculo com a área do ensino). Além das características já citadas pelos docentes, eles ainda acrescentam as questões de acessibilidade e permanência a grupos minoritários e vulneráveis.	Neste segmento percebeu-se um desconhecimento dos objetivos e finalidades dos IFs muito significativo. Quando questionados se foram apresentados aos documentos norteadores, praticamente todos disseram que não. Em suas caracterizações, se apegam ao <i>slogan</i> institucional que diz que o IFRS é uma instituição de ensino público e de qualidade.
<b>Processos Pedagógicos</b>	No geral, entendem que o ensino se dá de forma completa, contemplando aspectos humanos e técnicos, mas reconhecem que as práticas poderiam ser mais eficientes. Nota-se um esquecimento dos cursos subsequentes neste diálogo, e maior atenção aos cursos integrados.	Os técnicos com relação à área do ensino destacam que a formação técnica é excelente, mas com deficiências no viés humano. Os demais participantes confessam não saber a respeito das questões pedagógicas, o que é delicado visto ser esta uma instituição de ensino.	Nesta temática, os alunos disseram ver o ensino do IFRS como muito bom, com professores qualificados, mas apontam deficiências nas disciplinas e laboratórios de práticas.
<b>Identidade de Ibirubá</b>	Esta caracterização foi coerente com a realidade do município, mas também sem aprofundamento, apontando ser uma região agrícola e de indústrias metal-mecânica, além de frisarem que este é um município rico.	Conseguem caracterizar de maneira razoável o município, com respostas muito similares aos docentes, sobre a riqueza da população e o arranjo produtivo, agrícola e metal-mecânico.	Como os demais segmentos, também identificam a região como agrícola e de indústrias do ramo metal-mecânico, rica economicamente, e de alto custo de vida.
<b>Relação entre IFRS x Ibirubá</b>	De maneira unânime, foi dito que existe um abismo entre a instituição e a cidade, seja por restrições políticas, ideológicas, ou por desconhecimento. Percebeu-se que há individualidade entre as áreas, o que também prejudica a criação de vínculo com a sociedade, mesmo seus cursos sendo alinhados às necessidades locais. Contudo, afirmam que o IFRS contribui com o desenvolvimento da região, seja de maneira direta ou indireta.	Os participantes afirmam haver um distanciamento entre as esferas. Isto seria pelo fato da comunidade ser muito fechada, e ter restrições políticas em relação à instituição. Alguns participantes dizem que o IFRS deixa a desejar nas contribuições às demandas da sociedade, mas ainda assim, acreditam que o IFRS tem potencial para auxiliar no crescimento econômico e social de Ibirubá.	Os estudantes afirmam que a relação entre o IF e a sociedade é quase inexistente, o que é ruim tanto para a comunidade como para seu processo formativo. Apontam questões políticas como causa deste distanciamento, bem como falhas na divulgação institucional, e um possível distanciamento entre os cursos ofertados. Mas, mesmo com problemas, os estudantes acreditam que o IFRS pode e está contribuindo com o desenvolvimento local.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de jovens, as instituições de ensino profissional tecnológico criadas através da Lei nº 11.892/2008, vem tendo destaque nacional e internacional em eventos de ciência e tecnologia, além de serem a porta de acesso à profissionalização para muitos jovens e adultos que não teriam esta possibilidade. Estas oportunidades seriam reflexos da interiorização, da verticalização, da gratuidade, das cotas de ingresso e das políticas estudantis para permanência e êxito ofertadas pelos Institutos Federais.

Além disso, os IFs se propõem a contribuir com o crescimento e desenvolvimento local, atendendo demandas da comunidade, e alinhando suas áreas formativas ao arranjo produtivo local, uma vez que sua instalação não seria aleatória, mas pensada para estas ações colaborativas, e para a expansão do ensino técnico e superior a lugares distantes dos grandes centros universitários. As relações em todas as esferas, objetivos e finalidades específicas destas instituições foram o ponto de partida para esta pesquisa que se propôs a compreender se estes objetivos estão sendo concretizados no IFRS – *Campus* Ibirubá, e se esta instituição consegue contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, principalmente da cidade onde está inserido.

O aparato metodológico utilizado na busca por estas inquietações foi de uma pesquisa qualitativa, a partir de um estudo de caso realizado dentro do IFRS – *Campus* Ibirubá. O universo de participantes é composto pelos grupos que compõem a instituição, ou seja, professores, técnicos administrativos e estudantes. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, aplicada a uma amostra de 25 participantes, sendo 10 docentes, 5 técnicos, e 10 discentes. Diante do cenário de pandemia vivido no período de realização da pesquisa, as entrevistas foram feitas por videoconferência, o que não causou danos à investigação, mas determinou algumas alterações necessárias, como a diminuição da amostra, uma vez que o objetivo original era inserir a comunidade externa no estudo através de seu arranjo produtivo local. Esta mudança foi realizada para proteger a integridade dos participantes e da pesquisadora.

No decorrer da elaboração do estudo foram propostos alguns objetivos, e a partir das pesquisas bibliográficas, escrita e coleta de dados estes foram alcançados. O objetivo geral, que foi de identificar os impactos das ações educacionais e sociais do IFRS – *Campus* Ibirubá no contexto econômico e social da região, foi atingido a partir das entrevistas. Tal afirmação é possível visto que os participantes citaram diversas formas de contato com a comunidade, de forma direta ou indireta, como através de projetos, colaboração com a melhoria de processos

em todos os ramos produtivos, ações de inclusão social, e ainda pela ampliação populacional economicamente ativa na região. Assim, pode-se dizer que o capital humano egresso da instituição contribui tanto para o mundo do trabalho quanto para a melhoria de sua própria qualidade de vida, e a comunidade em geral se beneficia com a circulação de mais pessoas na cidade, refletindo em questões de emprego, moradia, comércio, prestação de serviço, entre outros.

Em relação aos objetivos específicos, pode-se elencá-los e observar se os mesmos foram alcançados nesta pesquisa:

- Apresentar a identidade do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, bem como seus objetivos e sua história, em nível institucional e de *Campus*, no intuito de conscientizar seu público interno e externo das finalidades destes estabelecimentos: este objetivo foi alcançado ao longo da escrita da dissertação, apresentando o resgate histórico destas instituições, bem como em cada oportunidade de explanação da pesquisa para colegas, professores e banca de qualificação, e continuará atingindo cada pessoa que ler o referido estudo. Contudo, este objetivo será contemplado de forma mais completa em sua apresentação à comunidade interna e externa, como devolutiva da pesquisa, onde se organizará um encontro entre estas duas esferas, e se discutirá conjuntamente os resultados obtidos, bem como as ações possíveis para melhorias;
- Descrever o contexto social e econômico da região de abrangência do IFRS – *Campus* Ibirubá, a fim de compreender o ambiente e as peculiaridades de onde este IF está inserido: este objetivo também foi atingido com o auxílio de pesquisa bibliográfica e elaboração de referencial teórico que apresentou uma breve contextualização da região. As entrevistas também contribuíram para a construção de uma caracterização mais popular, demonstrando qual é o ponto de vista das pessoas que ali vivem, trabalham ou estudam, evidenciando questões culturais que, inclusive, interferem na relação entre o IFRS e a sociedade do entorno;
- Reconhecer as percepções dos diferentes segmentos internos do IFRS – *Campus* Ibirubá em relação ao tema estudado, observando a pluralidade de opiniões, culturas e ideologias: com a ajuda das entrevistas concedidas, foi possível detectar as opiniões similares e díspares entre os participantes, evidenciando que uma mesma questão pode apresentar compreensões diferentes ou equivalentes de acordo com o contexto, experiências e vivências do sujeito que fala;
- A partir dos resultados encontrados, refletir acerca das deficiências e contribuições do IFRS – *Campus* Ibirubá para a comunidade externa, em uma perspectiva desenvolvimentista, buscando encontrar pontos fortes e fracos nas atividades institucionais: a proposição deste objetivo tem um viés posterior ao estudo, sendo exposto nos resultados, na sequência destas

considerações finais, e principalmente no retorno dos resultados à comunidade acadêmica e societária, a fim de que esta pesquisa não seja apenas mais um artefato vazio, mas sim uma ferramenta de mudança. Ao longo da investigação percebeu-se muitos aspectos carentes de melhorias, necessariamente partindo de ações internas para então observar o mundo exterior. Certamente também se chegou a pontos positivos que devem ser perpetuados, incentivados e aperfeiçoados. Ambas situações, embasadas pelos resultados desta pesquisa, serão discutidas pela comunidade do *Campus* Ibirubá, na busca permanente de bem atender seus estudantes e sua comunidade.

Um fator importante para o alcance dos objetivos foi a interdisciplinaridade da pesquisa, colaborando com uma perspectiva mais completa do universo estudado, uma vez que a educação pode ser entendida como um vasto rio com diversos afluentes, interligando áreas do conhecimento distantes por si só, como é o caso da pedagogia, da sociologia, da linguística, e da administração ou economia. Este diálogo entre as diversas áreas trouxe um olhar diferenciado aos resultados pois destacou-se os sujeitos participantes da pesquisa e sua visão de mundo, bem como o papel educacional no processo de transformação social, aliando-se a uma perspectiva ecológica de sociedade, onde não há apenas certo e errado, mas sim uma pluralidade de possibilidades de mundos e vivências, e a forma como esta “educação libertadora”, não indolente, contribui para a qualificação do homem e para o desenvolvimento econômico e social de uma localidade.

Esta interdisciplinaridade foi construída a partir das teorias da Educação Libertadora de Paulo Freire, da Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos, da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, e, de maneira menos aprofundada, da Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz (a qual merece uma sequência do estudo). Neste ponto, não se faz necessário a explicação destas teorias, visto que todas já foram apresentadas, contempladas ao longo de capítulo teórico próprio, no entanto, é possível retomar o quadro 07 (Quadro síntese das teorias interdisciplinares), na página 83.

Na sequência, chega o momento de comentar os resultados atingidos nesta pesquisa, bem como de abordar as sugestões possíveis para ações de melhoria e evolução do universo estudado. Como já citado no capítulo anterior, um dos pontos mais relevantes observados com a coleta de dados foi de um necessário trabalho de caracterização institucional para todos os segmentos do IFRS. Ao longo das entrevistas dos docentes, TAEs e discentes ficou evidente um conhecimento limitado das finalidades e objetivos dos Institutos Federais, assim como a falta de familiaridade com os documentos norteadores institucionais. Esta situação, além de poder comprometer as atividades educacionais (validando somente o viés científico-

academicista em detrimento do técnico e profissional), faz com que a instituição se isole e perca sua natureza social, de acolhimento de demandas do arranjo produtivo, dos grupos minoritários e em situação de vulnerabilidade, e também da comunidade geral. Não obstante, os participantes da pesquisa também citam que a comunidade onde o *campus* está inserido igualmente não tem o entendimento da identidade dos IFs, vendo o IFRS de forma simplificada como escola ou universidade. Diante disso, a sugestão que o estudo traz é de realizar uma formação (seja em forma de seminário, minicurso, projeto...), iniciando com seu público interno, para sanar qualquer distorção de suas finalidades, e então partir para a divulgação institucional e conscientização do papel social do IFRS para com a comunidade local.

Observou-se, também, a necessidade de esclarecer para a comunidade interna a diferença entre o mercado de trabalho e o mundo do trabalho, uma vez que o primeiro é rígido, focado apenas na produtividade e lucratividade, desconsiderando a humanidade do trabalhador. Já o segundo observa as potencialidades, criatividade e o bem-estar dos profissionais envolvidos neste complexo processo de produção de bens, serviços e inovação. A sugestão para esta questão segue sendo a formação de servidores e estudantes, dialogando sobre o viés libertador da educação.

Outro ponto comentado, que pode estar intimamente ligado ao primeiro, é de que a comunidade externa não procura o IFRS para formar parcerias, ou mesmo para buscar auxílio nas demandas locais (sejam elas produtivas, sociais, culturais, ...). Como dito, isto pode ser reflexo da falta de conhecimento da comunidade sobre o papel social que o IFRS poderia desempenhar junto à população a partir de seus alunos, servidores, projetos, pesquisas, equipamentos, entre outros, ou ainda por uma falha no processo de divulgação institucional. Contudo, também se citou que questões políticas e ideológicas também podem interferir na criação deste vínculo, visto que Ibirubá, por seu perfil e histórico, apresenta um posicionamento mais conservador, e os IFs têm em sua gênese de expansão e criação uma raiz revolucionária. Certamente que a juventude do IFRS (com seus 11 anos) concorre neste problema, e exige da instituição um esforço maior para expandir seu nome e seu trabalho. Assim, sugere-se uma reformulação e intensificação no trabalho de divulgação do IFRS, esclarecendo à população o que é o *Campus* Ibirubá, quais são seus cursos e diferentes modalidades, formas de ingresso, o porquê de estar aqui, e seu potencial para auxiliar no desenvolvimento econômico e social da região. Outra recomendação a ser feita neste sentido é buscar um estreitamento de laços com o governo municipal, a fim de colaborarem mutuamente na desconstrução de preconceitos, na busca pela inserção do IF na comunidade e vice-versa, para que a sociedade se aproprie de algo que já lhes pertence.

Ressaltando que a pesquisa foi realizada apenas no âmbito interno, destaca-se que grande parte dos resultados dizem respeito a perspectivas do próprio IFRS. Assim, outra questão que merece atenção na esfera interna é a inter-relação entre as áreas formativas. Isto foi evidenciado pelo desconhecimento dos docentes e técnicos a respeito de questões referentes aos demais cursos, com os quais estes não têm relação. No entanto, todos os cursos e modalidades deveriam estar intrinsecamente ligados, com atuações e projetos interdisciplinares alinhados, dialogando entre si e colaborando mutuamente com as demandas econômicas e sociais, além de contribuir para uma formação integral de seus alunos. Este ponto também foi diretamente citado por alunos, que colocaram este distanciamento como um ponto fraco da instituição. Resolver esta fragilidade depende de diálogo entre todos os servidores e alunos, e da sensibilização destes para esta característica indissociável entre as áreas.

Estas atitudes de conscientização e de vinculação podem contribuir para reparar outra vulnerabilidade identificada, que são os projetos de pesquisa, ensino e, principalmente, extensão, hoje pouco expressivos na instituição. Segundo relato dos docentes e técnicos, a baixa realização de projetos estaria vinculada à alta carga horária exigida em outras atividades. Neste sentido, deveria haver uma reavaliação na distribuição das tarefas dos servidores, a fim de não sobrecarregar alguns. Além de contribuir com a formação dos estudantes, estes projetos poderiam funcionar como pontes entre a instituição e a sociedade.

Outro quesito que foi amplamente citado pela maioria dos participantes, e gera grande preocupação para toda a comunidade acadêmica, são os problemas vivenciados pelos cursos subsequentes. A baixa procura e o exíguo índice de conclusão entre estes estudantes sugere uma inevitável reestruturação desta modalidade, uma vez que todos compreendem sua importância para a região, vista sua duração mais curta, e sua contribuição para o arranjo produtivo local. Porém, alguns entrevistados disseram haver um certo desinteresse institucional com este público, negligenciando suas particularidades, já que a maioria dos ingressantes nestes cursos são adultos afastados das salas de aula por muitos anos, trabalhadores, e chefes de família, o que já contribui para um maior índice de evasão. Assim, cabe a este estudo sugerir um maior acolhimento destes estudantes, um olhar diferenciado por parte dos docentes (principalmente nas questões didático-pedagógicas) e, em casos mais urgentes, programas de assistência estudantis mais eficientes na busca pela permanência e êxito destes. Também é válido trabalhar melhor a divulgação desta modalidade nas publicidades dos processos seletivos de ingresso.

Conseguindo evoluir nestes pontos apresentados, a instituição poderá contribuir de forma mais eficiente nas demandas da comunidade externa, já que hoje isto não estaria ocorrendo em sua plenitude, segundo inúmeros participantes. Todavia, podendo parecer

incoerente, uma questão unânime durante as entrevistas é de que o IFRS tem potencial para colaborar com o desenvolvimento econômico e social da região. O que esta dualidade aponta é de que o IFRS, por sua identidade formadora, é um instrumento de transformação em todas as esferas, mas que poderia fazer mais, colaborar mais, e ouvir mais as vozes externas, estreitando os laços entre instituição e comunidade.

Além de expor este potencial transformador do IFRS, os entrevistados apontam outros aspectos positivos em relação à instituição, como uma formação crítica, reflexiva e humanizadora. Isto colaboraria com a preparação de profissionais mais aptos e capazes de entender o mundo do trabalho e as suas nuances socioculturais, além de econômicas. Além desta qualidade, os entrevistados também citaram a qualificação dos servidores como diferencial perante outras instituições.

Por fim, vale deixar uma última sugestão que seria de grande valia para o estudo, para a instituição e para a comunidade de Ibirubá. Em virtude da pandemia de COVID-19 vivida ao longo dos anos de 2020 e 2021, período de realização desta pesquisa, foram necessárias algumas adequações para garantir a segurança de todos os envolvidos, o que resultou na diminuição do campo estudado, que inicialmente previa participantes da esfera interna e externa ao IFRS. Sendo assim, recomenda-se para um futuro próximo dialogar também com esta sociedade onde o IF está inserido, ouvindo suas opiniões, angústias e sugestões, dando-lhes voz assim como foi oportunizado aos segmentos internos nesta dissertação. Esta continuação pode clarear ainda mais a atuação do *Campus* Ibirubá, revelando pontos novos e imprescindíveis não identificados até o momento.

Desta forma, conclui-se esta pesquisa ressaltando sua relevância tanto para a instituição observada, quanto para seus usuários e toda a comunidade circundante. Identificar os pontos fortes, e aperfeiçoá-los, é muito significativo, mas ter a maturidade de reconhecer as fragilidades e se propor a resolvê-las é ainda mais importante. O processo de inserção de uma instituição educacional em sua comunidade não é, e jamais será, uma via unilateral, dependendo da intenção de uma e da aceitação da outra, e toda e qualquer ação será sentida por ambas. Então é possível dizer que se houverem avanços, por menores que sejam, a partir do compartilhamento deste estudo, todos os envolvidos serão beneficiados, afinal, sendo o IFRS uma instituição pública, ele não pertence a seus servidores ou a seus alunos, muito menos aos governos ou partidos políticos... ele pertence a todos... ele é seu, meu... o IFRS é nosso.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. In: MAYLTA, Brandão dos Anjos; RÔÇAS, Giselle. **As políticas públicas e o papel social dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. Vol. 1. Natal: Editora IFRN, 2017, p. 13-35.

ALVES, Washington Lair Urbano. **A história da educação no brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996**. 93 fls. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior). UNISALESIANO, São Paulo, 2009.

AMARAL, Cláudia Tavares do; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs.). **Educação Profissional e a Lógica das Competências**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010, p. 167-206.

AMBROSINI, Tiago Felipe; ESCOTT, Clarice Monteiro. O acesso à educação profissional e tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Vol. 1, 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AYRES, Victor Rabello. **Economia e educação: percepção, evolução e responsabilidade**. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01/11/2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 26/04/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 15/05/2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 28/08/2019.

BRASIL. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Histórico da educação profissional e tecnológica (atualizado em 2016)**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em 01/11/2019.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus Ibirubá*. **Histórico do Campus Ibirubá**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ibiruba/todas-as-noticias/institucional/historico/>. Acesso em: 25/08/2019.

BRASIL. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 01/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes**. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Regimento geral do IFRS**. Aprovado em 2010 e revisado em 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Aprovado em 2009 e revisado em 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus Ibirubá*. **Regimento Interno complementar do IFRS – Campus Ibirubá**. Revisado em 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ibiruba/wp-content/uploads/sites/4/2018/08/Regimento-Interno-Complementar-IFRS-IBIRUB%C3%81.pdf>. Acesso em: 02/11/2019.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em: 12/04/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 12/04/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. **Histórico da EPT**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept> Acesso em: 12/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/centenario-da-rede-federal>. Também em: <http://centenariorede.mec.gov.br/> Acesso em: 13/05/2020.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. In: **Revista Extensão em Foco**, v.3, n.1, p. 240-257, 2015.

COELHO, Filipa; CARVALHO, Fernanda; MUCHARREIRA, Pedro Ribeiro. Educação Social: espaço de desenvolvimento pessoal e social. Páginas 27-42. In: LAUXEN, Sirlei de Lourdes; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore; SILVA, Enedina Maria Teixeira da. **Práticas Socioculturais na sociedade contemporânea**. Curitiba: Appris, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Raciocínio Dialético: crítica, explanação e ação. Tradução de Maycon Silva Aguiar. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som** – Policromias, v. 4, n. 2, p. 31-50, jan. 2020.

FARIA, José Henrique de. Epistemologia crítica, metodologia e interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Org.). **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa**. Barueri: Manole, 2015.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **Revista ConTexto**, vol. 03, nº 04. Porto Alegre: 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2015.

GADOTTI, Moacir. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria Nazaret. **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

GARCES, Solange Beatriz Billig; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; MERA, Claudia Maria Prudêncio de; EHMKE, Diego Paes; NETO, Eduardo Oliveira; DORNELES, Elizabeth Fontoura; BIANCHI, Patrícia Dall’Agnol; PERANZONI, Vaneza Cauduro. **Reflexos das questões sociais na geração de trabalho e renda para o desenvolvimento socioeconômico: um estudo em municípios de menor e maior densidade demográfica do COREDE Alto Jacuí – Volume 2**. Curitiba: CRV, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação : razões, princípios e programas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, 2008.

IBGE. Cidades@. **Dados estatísticos de Ibirubá – RS**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ibiruba/panorama>. In: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 05/11/2019.

IFRS. **Projeto Pedagógico Institucional**. Documento norteador institucional. Aprovado em 2011.

IFRS. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 22/2014. **Políticas de Ações Afirmativas do IFRS**.

IFRS. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 37/2017. **Regulamento dos núcleos de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade (NEPGSs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**.

IFRS. Pró-reitoria de Ensino e Diretoria de assuntos estudantis. **Observatório de permanência e êxito do IFRS: informações gerais dos estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. 2019.

IFRS. **Perfil institucional**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/institucional/> Acesso em 24/04/2020.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Revista perspectiva**. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, ano 14, nº 25, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LINS, Leonardo Melo. **Educação e Economia: um estudo da relação entre estrutura produtiva e demandas educacionais nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte**. Dissertação. Universidade de São Paulo. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Alessandro de. **Fundamentos socioculturais da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MENDES, Carlos Magno; TREDEZINI, Cícero Antônio de Oliveira; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; FAGUNDES, Mayra Batista Bitencourt. **Introdução à economia**. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília : CAPES/UAB, 2015. 182p.

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. **As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, 2019.

MOREIRA, Carlos Eduardo. Emancipação. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pg. 145 e 146.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Revista Linhas Críticas**. Brasília: vol. 16, nº 30, páginas 71-88, 2010.

PAIVA, Luiz Carlos de; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. **Educação e tecnologia na educação profissional e tecnológica: um material didático-formativo**. Anápolis: IFG, 2019.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RAMOS, Luiza Olivia Lacerda; FERREIRA, Rosilda Arruda. Sobre uma práxis interdisciplinar: aproximações e proposições conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 101, n. 257, p. 197-216, jan./abr. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul. **Perfil Socioeconômico do COREDE Alto Jacuí**. Porto Alegre: 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SARTORI, Jerônimo. Educação bancária / Educação problematizadora. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pg. 134-136.

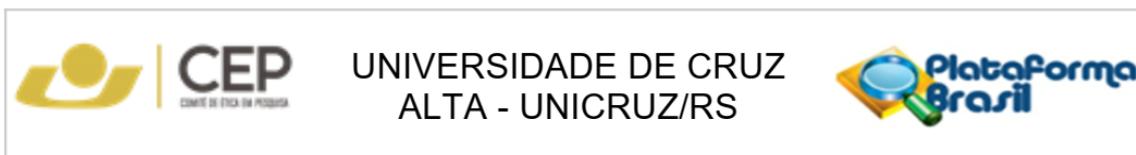
SCHEIFLER, Anderson Barbosa; LAUXEN, Sirlei de Lourdes. O ensino superior no Brasil: trajetória de desigualdades. Páginas 11-26. In: LAUXEN, Sirlei de Lourdes; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore; SILVA, Enedina Maria Teixeira da. **Práticas Socioculturais na sociedade contemporânea**. Curitiba: Appris, 2019.

SZTOMPKA, Piotr. Mudança e desenvolvimento. In: SCOTT, John. **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, pg. 136-139.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. **Memória**. 2020. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/> . Acesso em 12 jan. 2020.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXO A: Parecer consubstanciado do CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A RELEVÂNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e SOCIAL DA REGIÃO: ESTUDO DE CASO DE UM CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO

**Pesquisador:** FERNANDA ISABEL ROYER

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 26580419.1.0000.5322

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.820.665

#### Apresentação do Projeto:

idem versão 1

#### Objetivo da Pesquisa:

idem versão 1

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

idem versão 1

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

idem versão 1

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios estão descritos e as solicitações no TCLE foram atendidas.

#### Recomendações:

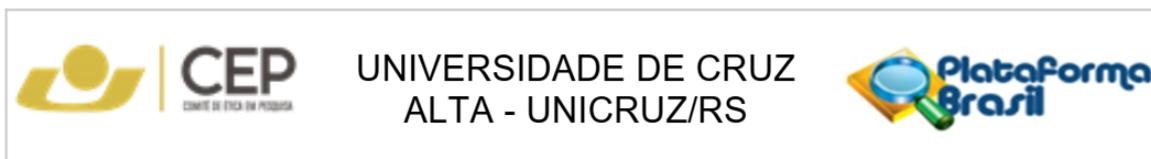
-

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As adequações solicitadas foram realizadas.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

**Endereço:** Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6 - Caixa Postal 858  
**Bairro:** Campus Universitário Prédio **CEP:** 98.020-290  
**UF:** RS **Município:** CRUZ ALTA  
**Telefone:** (55)3321-1618 **E-mail:** comitedeetica@unicruz.edu.br



Continuação do Parecer: 3.820.665

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1483506.pdf	07/01/2020 13:51:24		Aceito
Outros	formulariocep0701.pdf	07/01/2020 13:50:00	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE0701.pdf	07/01/2020 13:48:16	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetofernandajaneirocep.pdf	07/01/2020 13:46:03	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Outros	instrumentodecoleta.pdf	04/12/2019 14:46:16	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Outros	validacaodoinstrumento.pdf	04/12/2019 14:43:20	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Outros	termodesigilo.pdf	04/12/2019 14:21:24	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	04/12/2019 14:07:08	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacoesinstituicoes.pdf	04/12/2019 14:05:01	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	04/12/2019 13:59:34	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito
Folha de Rosto	folhadrostoassinada.pdf	04/12/2019 13:54:02	FERNANDA ISABEL ROYER	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CRUZ ALTA, 04 de Fevereiro de 2020

Assinado por:  
**Rita Leal Sperotto**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6 - Caixa Postal 858  
**Bairro:** Campus Universitário Prédio **CEP:** 98.020-290  
**UF:** RS **Município:** CRUZ ALTA  
**Telefone:** (55)3321-1618 **E-mail:** comitedeetica@unicruz.edu.br

## APÊNDICE A: Roteiro para entrevista de docentes do IFRS

A dinâmica da entrevista será ditada pela pesquisadora que poderá adequar os tópicos preestabelecidos em benefício do estudo, buscando incentivar o convidado a falar, sem interferências que possam influir nas respostas dos entrevistados. Os tópicos importantes a serem abordados são:

- 1) Breve apresentação pessoal, trajetória acadêmica e profissional;
- 2) Conhece e compreende a identidade de um Instituto Federal?
- 3) Compararia um Instituto Federal com uma Universidade Federal?
- 4) Qual sua impressão a respeito do *Campus Ibirubá*?
- 5) Como você analisa o tipo de ensino-aprendizagem proporcionada pelo IFRS?
- 6) Fale um pouco sobre seu planejamento didático-pedagógico, tendo em vista públicos tão diferentes em cada modalidade de ensino.
- 7) Você acha que o ensino do IFRS proporciona ao estudante participação crítica e reflexiva nesta construção do saber?
- 8) Qual sua preocupação com a permanência e o êxito dos discentes do IFRS?
- 9) Conhece a composição social e econômica da cidade de Ibirubá?
- 10) Como você vê a relação IFRS x Sociedade?
- 11) Pela sua vivência, há procura da sociedade por parcerias com o IFRS?
- 12) De que forma você percebe o interesse do público pelos cursos ofertados pelo IFRS?
- 13) Você acredita que os cursos estão de acordo com a realidade regional, e com os objetivos do Instituto Federal?
- 14) Qual o tipo de profissional que devolvemos ao mundo do trabalho? E seria este, na sua opinião, o profissional que o mercado deseja?
- 15) Na sua opinião, expandir o número de cursos ofertados seria mais significativo que aprimorar os já existentes?
- 16) Você acredita que é possível o IFRS auxiliar no desenvolvimento socioeconômico do município? Em caso afirmativo, através de quais ferramentas? Em caso negativo, a que você atribui esta deficiência?

## APÊNDICE B: Roteiro para entrevista de TAEs do IFRS

A dinâmica da entrevista será ditada pela pesquisadora que poderá adequar os tópicos preestabelecidos em benefício do estudo, buscando incentivar o convidado a falar, sem interferências que possam influir nas respostas dos entrevistados. Os tópicos importantes a serem abordados são:

- 1) Breve apresentação pessoal, trajetória acadêmica e profissional;
- 2) Conhece e compreende a identidade de um Instituto Federal?
- 3) Compararia um Instituto Federal com uma Universidade Federal?
- 4) Qual sua impressão a respeito do *Campus* Ibirubá?
- 5) Como você analisa o tipo de ensino-aprendizagem proporcionada pelo IFRS?
- 6) Você acha que o ensino do IFRS proporciona ao estudante participação crítica e reflexiva nesta construção do saber?
- 7) Qual sua preocupação com a permanência e o êxito dos discentes do IFRS?
- 8) Conhece a composição social e econômica da cidade de Ibirubá?
- 9) Como você vê a relação IFRS x Sociedade?
- 10) Pela sua vivência, há procura da sociedade por parcerias com o IFRS?
- 11) De que forma você percebe o interesse do público pelos cursos ofertados pelo IFRS?
- 12) Você acredita que os cursos estão de acordo com a realidade regional, e com os objetivos do Instituto Federal?
- 13) Qual o tipo de profissional que devolvemos ao mundo do trabalho? E seria este, na sua opinião, o profissional que o mercado deseja?
- 14) Na sua opinião, expandir o número de cursos ofertados seria mais significativo que aprimorar os já existentes?
- 15) Você acredita que é possível o IFRS auxiliar no desenvolvimento socioeconômico do município? Em caso afirmativo, através de quais ferramentas? Em caso negativo, a que você atribui esta deficiência?

## APÊNDICE C: Roteiro para entrevista de discentes do IFRS

A dinâmica da entrevista será ditada pela pesquisadora que poderá adequar os tópicos preestabelecidos em benefício do estudo, buscando incentivar o convidado a falar, sem interferências que possam influir nas respostas dos entrevistados. Os tópicos importantes a serem abordados são:

- 1) Breve apresentação pessoal, trajetória acadêmica e profissional;
- 2) Conhece e compreende a identidade de um Instituto Federal?
- 3) Compararia um Instituto Federal com uma Universidade Federal?
- 4) Qual sua impressão a respeito do *Campus* Ibirubá?
- 5) Como você analisa o tipo de ensino-aprendizagem proporcionada pelo IFRS?
- 6) Você acha que o ensino do IFRS proporciona ao estudante participação crítica e reflexiva nesta construção do saber?
- 7) Por que você procurou um curso no IFRS?
- 8) Está satisfeito com o ensino que recebeu?
- 9) Qual sua expectativa enquanto egresso?
- 10) Pretende desempenhar a função/profissão que aprendeu no IFRS?
- 11) Ao término de sua formação, ficará na região ou migrará para outro local?
- 12) Conhece a composição social e econômica da cidade de Ibirubá?
- 13) Como você vê a relação IFRS x Sociedade?
- 14) De que forma você percebe o interesse do público pelos cursos ofertados pelo IFRS?
- 15) Você acredita que os cursos estão de acordo com a realidade regional, e com os objetivos do Instituto Federal?
- 16) Qual o tipo de profissional que devolvemos ao mundo do trabalho? E seria este, na sua opinião, o profissional que o mercado deseja?
- 17) Na sua opinião, expandir o número de cursos ofertados seria mais significativo que aprimorar os já existentes?
- 18) Você acredita que é possível o IFRS auxiliar no desenvolvimento socioeconômico do município? Se sim, através de quais ferramentas? Se não, a que você atribui esta deficiência?

**APÊNDICE D: Relação de municípios de origem dos estudantes matriculados no IFRS – Campus Ibirubá entre 2010 e 2019**

CIDADE	NÚMERO DE MATRÍCULAS	ESTADO	%
AGUDO	1	RS	0,04
ALTA FLORESTA	1	MT	0,04
ALTO ALEGRE	40	RS	1,54
ALVORADA	1	RS	0,04
ARACRUZ	1	ES	0,04
ARROIO DO TIGRE	6	RS	0,23
AUGUSTO PESTANA	1	RS	0,04
BARROS CASSAL	2	RS	0,08
BENTO GONÇALVES	1	RS	0,04
BOA VISTA DO CADEADO	4	RS	0,15
BOA VISTA DO INCRA	7	RS	0,27
CACEQUI	1	RS	0,04
CACHOEIRA DO SUL	7	RS	0,27
CACHOEIRINHA	1	RS	0,04
CAMPINA DAS MISSÕES	2	RS	0,08
CAMPOS BORGES	22	RS	0,85
CAMPOS DOS GOYTACAZES	1	RJ	0,04
CARAZINHO	14	RS	0,54
CATUÍPE	1	RS	0,04
CAXIAS DO SUL	2	RS	0,08
CERRO LARGO	1	RS	0,04
CIDADE GAÚCHA	1	PR	0,04
CIDREIRA	1	RS	0,04
COLORADO	65	RS	2,50
CONSTANTINA	1	RS	0,04
CORONEL BICACO	1	RS	0,04
CRISSIUMAL	1	RS	0,04
CRUZ ALTA	100	RS	3,85
DEZESSEIS DE NOVEMBRO	1	RS	0,04
ENGENHO VELHO	1	RS	0,04
ERECHIM	3	RS	0,12
ESPUMOSO	154	RS	5,93
ESTRELA VELHA	6	RS	0,23
FELIZ	1	RS	0,04
FONTOURA XAVIER	1	RS	0,04
FORTALEZA DOS VALOS	182	RS	7,01
GETÚLIO VARGAS	1	RS	0,04
GUAPORÉ	1	RS	0,04
IBIRAPUITÃ	2	RS	0,08
<b>IBIRUBÁ</b>	<b>1160</b>	<b>RS</b>	<b>44,68</b>
IJUÍ	6	RS	0,23

IMBÉ	3	RS	0,12
INDEPENDÊNCIA	1	RS	0,04
IRAÍ	1	RS	0,04
JABOTICABA	1	RS	0,04
JACUIZINHO	4	RS	0,15
JANIÓPOLIS	1	PR	0,04
JARI	1	RS	0,04
JÓIA	2	RS	0,08
JÚLIO DE CASTILHOS	1	RS	0,04
LAGOA DOS TRÊS CANTOS	21	RS	0,81
MARAU	2	RS	0,08
MARICA	1	RJ	0,04
MISSAL	1	PR	0,04
NÃO INFORMADO	1	-	0,04
NÃO-ME-TOQUE	34	RS	1,31
NOVO CABRAIS	1	RS	0,04
OSÓRIO	3	RS	0,12
PALMEIRA DAS MISSÕES	6	RS	0,23
PANAMBI	5	RS	0,19
PASSO FUNDO	4	RS	0,15
PEJUÇARA	2	RS	0,08
PERUÍBE	1	SP	0,04
PINHAL	1	RS	0,04
POUSO NOVO	1	RS	0,04
PROGRESSO	1	RS	0,04
QUINZE DE NOVEMBRO	149	RS	5,74
RIO GRANDE	2	RS	0,08
ROLANTE	1	RS	0,04
RONDINHA	1	RS	0,04
SALDANHO MARINHO	16	RS	0,62
SALTO DO JACUÍ	22	RS	0,85
SANTA BÁRBARA DO SUL	8	RS	0,31
SANTA MARIA	4	RS	0,15
SANTA ROSA	1	RS	0,04
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	19	RS	0,73
SANTO CRISTO	1	RS	0,04
SÃO GABRIEL	1	RS	0,04
SÃO LEOPOLDO	1	RS	0,04
SÃO LOURENÇO DO SUL	5	RS	0,19
SÃO PAULO	1	SP	0,04
SÃO SEPÉ	2	RS	0,08
SARANDI	1	RS	0,04
SELBACH	211	RS	8,13
SOBRADINHO	3	RS	0,12
SOLEDADE	4	RS	0,15

TAPERA	224	RS	8,63
TEIXEIRA DE FREITAS	1	BA	0,04
TIO HUGO	1	RS	0,04
TOROPI	1	RS	0,04
TRÊS DE MAIO	2	RS	0,08
TUNAS	1	RS	0,04
TUPANCIRETÃ	2	RS	0,08
VIAMÃO	1	RS	0,04
VICTOR GRAEFF	4	RS	0,15
<b>TOTAL</b>	<b>2596</b>		<b>100%</b>

## **APÊNDICE E: Carta de apresentação e solicitação de autorização de pesquisa**

### **Carta de apresentação e solicitação de autorização de pesquisa**

Ao cumprimentá-los cordialmente, venho por meio desta carta apresentar e solicitar a autorização para realização de pesquisa de mestrado nesta instituição. Meu nome é Maria Aparecida Santana Camargo, professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Unicruz, orientadora da acadêmica Fernanda Isabel Royer, graduada em Letras-Português e Literatura, pós-graduada em Educação Especial Inclusiva, e servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Ibirubá, a quem se refere esta carta.

A pesquisa, intitulada “O papel de uma instituição de ensino tecnológico e profissional para o desenvolvimento econômico e social da região: estudo de caso de um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul”, tem por objetivo analisar os impactos causados pelas ações educacionais do IFRS – *Campus* Ibirubá no contexto social e econômico da região de inserção.

Seria de extrema importância para o estudo poder conhecer mais a fundo a realidade desta relação entre o IFRS e a comunidade externa. No entanto, para que isto seja possível, seu consentimento se faz necessário. Além disso, esta autorização também é pré-requisito para o envio do Projeto de Pesquisa ao CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.

Sua participação é voluntária, podendo haver desistência a qualquer momento, integral ou parcial, porém, seria de grande relevância sua participação, tanto para a pesquisa como para toda a sociedade que pode se beneficiar deste estudo. Saliento que todas as informações serão sigilosas, e ao término da pesquisa todos os envolvidos, e a comunidade em geral, serão convidados para assistirem a exposição dos resultados.

Estamos à disposição para eventuais dúvidas/esclarecimentos pelos telefones/e-mails:  
Maria Aparecida – (55) 999834109; E-mail: [cidascamargo@gmail.com](mailto:cidascamargo@gmail.com)  
Fernanda - (55) 996161936; E-mail [fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br)

Sem mais para o momento, despeço-me.

Atenciosamente,

---

**Maria Aparecida Santana Camargo**  
**Orientadora da pesquisa**

---

**Fernanda Isabel Royer**  
**Mestranda e Pesquisadora principal**

Cruz Alta, Novembro de 2019

<p><b>COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP</b> Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães – Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6, Caixa Postal 858, Bairro Campus Universitário CEP 98020-290 RS, Cruz Alta. Telefone (55) 3321-1618 E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br</p>
---

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pela  
instituição \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,  
ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, com sede no  
município de Ibirubá, autorizo a realização da pesquisa supracitada neste estabelecimento,  
tendo ciência dos esclarecimentos prestados pelas pesquisadoras, bem como do direito de  
desistência parcial ou integral. Dessa forma, será oportunizada à pesquisadora a coleta de dados  
através da realização das entrevistas pertinentes ao estudo.

---

**Carimbo e assinatura do responsável**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de novembro de 2019.

## APÊNDICE F: Termo de confidencialidade da pesquisa

**Título do estudo:** O papel de uma instituição de ensino tecnológico e profissional para o desenvolvimento econômico-social da região: estudo de caso de um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

**Pesquisadores responsáveis:** Fernanda Isabel Royer (mestranda) e Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Aparecida Santana Camargo (Orientadora).

**Instituição:** Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

**Curso:** Mestrado Acadêmico em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

**Contatos:** Fernanda – Fone:(55) 996161936; E-mail: [fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br)  
 Maria Aparecida – Fone: (55) 999834109 ; E-mail: [cidascamargo@gmail.com](mailto:cidascamargo@gmail.com)

**Local de coleta de dados:**

- ( ) Empresa da microrregião. Nome fantasia: \_\_\_\_\_  
 ( ) IFRS – *Campus* Ibirubá. Segmento: \_\_\_\_\_

Os pesquisadores do projeto de mestrado “O papel de uma instituição de ensino tecnológico e profissional para o desenvolvimento econômico-social da região: estudo de caso de um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul”, comprometem-se com a confidencialidade e sigilo das informações pessoais como nome e endereço dos participantes do projeto que, após preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, optaram por participar.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execuções referentes ao projeto e atividades científicas. As informações somente serão divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob responsabilidade dos pesquisadores pelo período de cinco anos, após, sendo destruídas.

Cruz Alta, RS \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
**Fernanda Isabel Royer**

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Unicruz**

\_\_\_\_\_  
**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Aparecida Santana Camargo**  
**Orientadora**

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães –  
 Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6, Caixa Postal  
 858, Bairro Campus Universitário  
 CEP 98020-290  
 RS, Cruz Alta. Telefone (55) 3321-1618  
 E-mail: [comitedeetica@unicruz.edu.br](mailto:comitedeetica@unicruz.edu.br)

## **APÊNDICE G: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Título do estudo:** O papel de uma instituição de ensino tecnológico e profissional para o desenvolvimento econômico e social da região: estudo de caso de um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

**Pesquisadores responsáveis:** Fernanda Isabel Royer (mestranda) e Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Aparecida Santana Camargo (Orientadora).

**Instituição:** Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

**Curso:** Mestrado Acadêmico em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

**Contatos:** Fernanda – Fone:(55) 996161936; E-mail: [fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:fernanda.royer@ibiruba.ifrs.edu.br)

Maria Aparecida – Fone: (55) 999834109 ; E-mail: [cidascamargo@gmail.com](mailto:cidascamargo@gmail.com)

**Local de coleta de dados:**

- ( ) Empresa da microrregião. Nome fantasia: \_\_\_\_\_
- ( ) IFRS – *Campus* Ibirubá. Segmento: \_\_\_\_\_

Prezado (a) Participante,

you are being invited(a) to participate, in a completely voluntary way, in the interview of this scientific research, which refers to the master's project titled "The role of a technological and professional institution for the economic-social development of the region: a case study of a *campus* of the Instituto Federal do Rio Grande do Sul", with full financing of the researcher, including any costs in the realization of the referred interviews.

Before agreeing to participate in this research, and answer the questionnaires of the interview, it is important that you understand the information and instructions contained in this document. The researchers will answer all your doubts before you decide to participate. You have the right to stop participating in the research at any time, without any penalty and without losing the benefits to which you are entitled.

**Objetivo do estudo:** Analisar os impactos causados pelas ações educacionais do IFRS – *Campus* Ibirubá no contexto social da região de inserção.

**Procedimentos:** Você participará da aplicação de uma entrevista semiestruturada, ou seja, o pesquisador terá um roteiro provisório do diálogo, mas que poderá se adequar à medida que a conversa for acontecendo. Esta entrevista abordará questões pertinentes ao tema da pesquisa.

**Benefícios:** Possibilidade de melhoria das atividades de ensino-aprendizagem do IFRS em função das opiniões prestadas nas entrevistas, adequando-se, também, às expectativas da sociedade, se estas forem viáveis. Estreitamento das relações entre a instituição e a região de inserção, comunidade em geral e empresas. Por fim, pode-se citar como benefício o desvelamento destas informações para o IFRS, a fim de que conheçam a relevância e os reflexos de seu trabalho para com a região onde estão instalados.

**Risco de constrangimento ou mal-estar durante a entrevista:** Caso você, convidado da pesquisa, sinta-se constrangido em qualquer situação, poderá optar por não participar do estudo, sem qualquer tipo de prejuízo, ou ainda, caso decida participar e vier a se sentir constrangido com algum questionamento específico, poderá optar por não responder a questão, de forma a evitar este desconforto. Nestes casos, a entrevista poderá ser cancelada ou suspensa até que o participante esteja confortável. Em caso de mal-estar físico ou mental, o participante da pesquisa será encaminhado para atendimento médico e os eventuais custos do tratamento serão de responsabilidade do pesquisador.

**Socialização dos resultados:** Ao término da pesquisa, todos os envolvidos serão convidados para participarem de uma reunião de compartilhamento dos resultados deste projeto de dissertação, onde conhecerão as considerações da pesquisadora, e poderão dialogar com o grupo sobre os dados compilados. Ainda, poderão realizar a leitura de eventuais publicações científicas decorrentes deste trabalho, disponibilizados aos participantes por meio eletrônico.

**Sigilo:** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente do exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este termo de consentimento livre e esclarecido em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Cruz Alta, RS \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
Assinatura do convidado

\_\_\_\_\_  
Fernanda Isabel Royer  
Mestranda

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Aparecida Santana Camargo  
Orientadora

Em caso de dúvidas ou considerações sobre a pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unicruz (CEP) que foi criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa integralmente e para manter a sua dignidade, bem como para contribuir no desenvolvimento do padrão ético das pesquisas. O horário de funcionamento é nas segundas, quartas e sextas-feiras das 08 horas às 11:30 horas e das 14 horas às 17:30 horas, no local e canais abaixo citados:

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães –  
Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6, Caixa Postal  
858, Bairro Campus Universitário  
CEP 98020-290  
RS, Cruz Alta. Telefone (55) 3321-1618  
E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br